FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.238 QUINTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022 R$ 6,00

cenários 2023
os desafios no novo ano

O que falta avançar

Repórteres e articulistas da Folha analisam obstáculos e soluções acerca de temas centrais do debate público no ano que vem

TCU aposta em relação colaborativa após gestão crítica com Bolsonaro Política A12

Lula terá obstáculos para repetir política externa das gestões anteriores Mundo A14

Teles querem financiamento do BNDES para 5G nas empresas Mercado A18

Maior desafio na educação é reconstruir MEC após caos na pandemia Cotidiano B3

Saúde terá de reduzir filas de cirurgias e avançar na vacinação em 2023 Saúde B4

Gestão ambiental do petista, lançada para europeu ver, promete hesitação Ambiente B4

Ano terá Copa feminina e passagem de bastão entre veteranos e novatos Esporte B7

Cultura deverá mudar com retomada do ministério e Lei Aldir Blanc 2 Ilustrada C3

Corrida B8

Da Guerra da Ucrânia à Copa do Mundo, teste sua memória sobre 2022

Guia C7

Festas de Réveillon para todos os gostos ainda têm ingressos à venda em SP

Ilustrada C4

Uma nova Pinacoteca

Museu passa por reforma para abrigar sua terceira sede, a Pinacoteca Contemporânea. Espaço vai acolher obras grandiosas, valorizar espaço aberto e contato com o público.

STF suspende armas no DF na posse, que terá reforços

Medida tomada por Moraes em meio a ameaças vale até o dia 2; governo autoriza emprego da Força Nacional

Em meio a temores que vão de confusões pontuais a atentados terroristas, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente no próximo domingo ganhou reforços nesta quarta.

O ministro Alexandre de Moraes (Supremo) suspendeu o porte de armas de fogo no Distrito Federal até 2 de janeiro, um dia após a cerimônia em Brasília.

Em sua decisão, que exclui o aparato estatal e a segurança privada, ele cita a prisão de um bolsonarista que tentou explodir uma bomba no aeroporto da cidade no fim de semana passado.

Segundo Moraes, se houver violência e inação do poder público, "responsabilidade por omissão ou conivência será apurada".

Foi um recado ao governo federal e ao do DF, acusados de leniência ante protestos contra a diplomação de Lula. Manifestante antipetistas, que pedem golpe militar contra a posse, ocupam áreas contíguas ao QG do Exército na capital.

Além da decisão, que acatou um pedido feito pelo futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, o governo federal publicou portaria autorizando o emprego da Força Nacional no evento.

A unidade apoiará a Polícia Rodoviária Federal, que integra o esquema da posse. Ao todo, 8.000 pessoas farão a segurança. Política A4

Defesa e Justiça do novo governo divergem sobre protestos golpistas A7

PF vê fake news e crime de Bolsonaro durante pandemia

A PF diz que Jair Bolsonaro cometeu atentado contra a paz pública ao dizer que vacinas contra Covid aumentavam risco de contrair Aids e incitou a crime ao desestimular o uso de máscara. O presidente, que não se manifestou, não foi indiciado por uma questão de foro. Política A8

Congresso dará apoio desigual a reformas de Lula

O futuro governo Lula terá apoio desigual para suas reformas no Congresso. Há ambiente favorável às mudanças tributárias já propostas, mas resistência e alterações, ainda que pontuais, na legislação trabalhista aprovada na gestão Michel Temer, em 2017. Mercado A16

Brasil tem 207,8 milhões de habitantes, estima Censo

Uma indicação prévia do Censo Demográfico 2022 do IBGE estimou que a população brasileira é composta por 207,8 milhões de habitantes. A instituição fez a divulgação antes do fim do trabalho devido à necessidade de encaminhar os dados ao TCU (Tribunal de Contas da União).

O repasse é necessário para os cálculos do Fundo de Participação dos Municípios. Nos anos de Censo, são enviados dados do próprio recenseamento. Mas, como a coleta de 2022 será finalizada apenas em 2023, o instituto que teve que adaptar a sua metodologia, utilizando projeções. Cotidiano B1

Edson Fachin

O amanhã traz sinal de esperança e de preocupação

O intento de amesquinhar o Judiciário tem se revelado persistente. E não irá cessar. O amanhã entremeia sinais de esperança e sintomas de elevada preocupação. Opinião A3

Petistas são 32%, e bolsonaristas, 25%, diz Datafolha

Pesquisa do Datafolha mapeou a polarização política brasileira. Um terço dos ouvidos se diz petista, enquanto um quarto se declara bolsonarista. Distantes de forma equânime dos polos se encontram 20% do eleitorado. Poder A12

Eduardo Anizelli/Folhapress

ILHAS MALVINAS OFERECEM IMERSÃO EM VIDA SELVAGEM

Colônia de pinguins-rei em Volunteers Point, nas Malvinas/Falklands; experiência é cara, pois o acesso ao arquipélago britânico enfrenta restrições da Argentina, que o reivindica Turismo C8

EDITORIAIS A2

O apagão de Xi
Sobre guinada da política da China contra a Covid.

Nota baixa
Acerca de resultados do ensino com o PSDB em SP.

ISSN 1414-5723
9 771414 572056 34238

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), Everton Fonseca (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O apagão de Xi

Pressionada pelas ruas e pela economia, China abandona política de Covid zero sem um plano B

Durante quase três anos, o líder chinês Xi Jinping apresentou-se como o comandante em chefe contra um insidioso vírus descoberto no fim de 2019 em seu país.

Munido do arsenal que apenas uma tecnoditadura com amplo controle sobre a liberdade de seus cidadãos pode oferecer, assombrou o mundo com sua resposta inicial à pandemia da Covid-19.

Lockdowns draconianos, restrição de entrada e saída, testes, ferramentas tecnológicas de acompanhamento e o desenvolvimento rápido de uma campanha de vacinação fizeram do berço da crise um relativo oásis.

Como seria previsível, Xi usou o desempenho politicamente, bradando a cada discurso a superioridade do tal socialismo com características chinesas sobre os ocidentais que empilhavam seus mortos.

Exportou a propaganda com as vacinas, o que de resto era seu direito: mesmo baseados em tecnologias ora menos eficazes para as novas variantes do Sars-CoV-2, os imunizantes salvaram milhões.

O triunfo teve um preço. A economia, que havia desacelerado a 2,2% de crescimento em 2020 e tido uma forte retomada de 8,1% em 2021, voltou a engasgar —com 3,2% de expansão projetada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Ocidente, por sua vez, buscou algum grau de autonomia quando observou complexos fabris chineses serem fechados por causa de uma mera ocorrência de Covid-19.

Mais importante, multidões protestaram de forma inédita no fim de novembro contra as regras rígidas, atacando o governo do país asiático. Como o mundo de 2022 não toleraria um novo massacre da praça da Paz Celestial, Xi cedeu.

Só que, em vez de lançar mão de um plano B, de transição, ele começou a abandonar todos os preceitos de sua política de Covid zero desde o início do mês.

Pessoas com sintomas respiratórios passaram a ser obrigadas a comparecer ao trabalho, não há mais quarentena para entrar na China e o arcabouço de vigilância está sendo desmontado.

O resultado é uma onda nunca vista de contaminações pelo país, que os apologistas do regime dizem ser aceitável porque a Covid-19 se mostra menos fatal hoje.

É aposta, que incorre no risco de fomentar novas e imprevisíveis variantes, mas o fato de que o governo suspendeu a contagem de casos e a testagem em massa sugere um apagão sanitário já denunciado pela Organização Mundial da Saúde. As mortes poderão ser contadas em milhões, dizem especialistas.

Apenas na segunda (26), Xi enfim falou sobre o tema. Proferiu platitudes, sem citar a opacidade oficial ou prestar contas acerca da reviravolta —uma lembrança de como ditaduras funcionam.

Nota baixa

Em 28 anos de gestões tucanas, avanço do ensino paulista não fez jus aos recursos do estado

Ancorar o debate nacional sobre educação em estatísticas pedagógicas e gerenciais constitui um dos legados de governos do PSDB, iniciado com Fernando Henrique Cardoso. Em São Paulo, os dados mostram que os tucanos não foram capazes de fazer o ensino oficial alçar o voo desejado.

O partido esteve no comando do estado mais rico da Federação por 28 anos. No período, os números delineiam um desempenho insatisfatório. Nessas quase três décadas, os paulistas não lograram alcançar as metas fixadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por exemplo.

Basta mencionar o ensino médio, responsabilidade estadual: o objetivo era nota 5,1 no Ideb, mas ficou em 4,4. Meros 7% dos estudantes completam esse nível com conhecimento adequado de matemática, segundo a avaliação pelo Saeb.

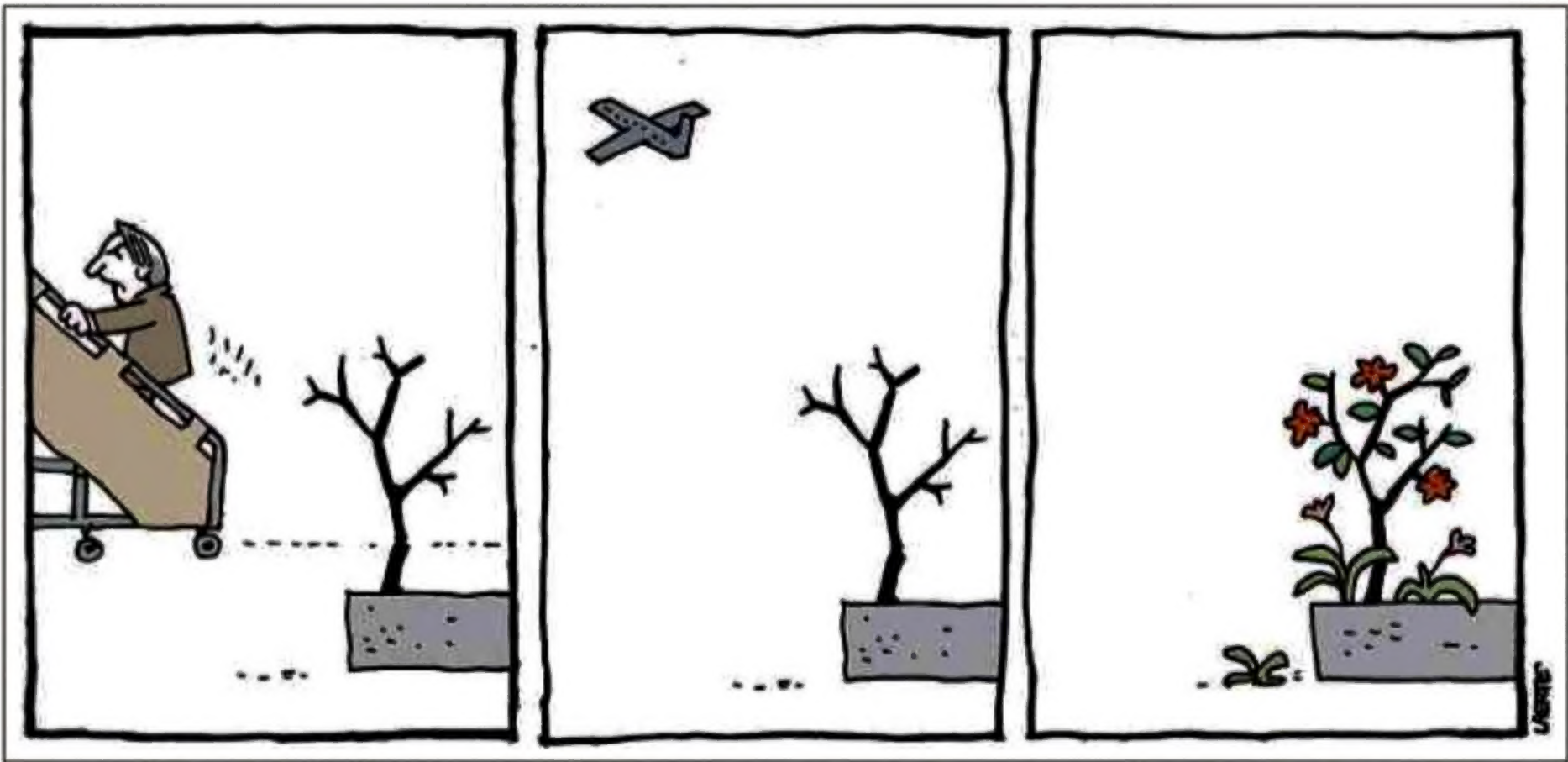
Houve, decerto, avanços dignos de nota, como o maior percentual de jovens de 19 anos com ensino médio concluído (86,5%). A média nacional fica em 69,4%. A recente ampliação do ensino integral constitui política promissora.

Note-se que a clientela encolheu à metade, por força da municipalização do ensino fundamental e da redução paulatina de contingentes jovens —um bônus demográfico para a gestão. Eram 6,5 milhões de alunos na rede estadual em 1995, no governo Mário Covas; hoje, são 3,3 milhões.

Verdade que as gestões peessedebistas sempre enfrentaram resistência corporativista. Entidades sindicais, Apeoesp à frente, combatiam com afinco inovações como conteúdos mínimos e monitoramento de desempenho.

Exigir bons salários e condições de trabalho é a função de sindicalistas, mas que não pode se sobrepor à obrigação de educar. Nem sempre foi essa a prioridade, como nas prolongadas greves e na renitente defesa das faltas abonadas.

Nada disso apaga, entretanto, a lentidão da melhora da educação paulista no período tucano. São Paulo chegou a ser ultrapassado, em algumas estatísticas, por congêneres menores e de arrecadação tributária inferior, como Ceará, Espírito Santo e Goiás.

Para o novo governo, eleito com a bandeira da eficiência gerencial, recomenda-se não reinventar a roda: sua missão é implantar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a complexa reforma do ensino médio, bem como aproveitar as experiências exitosas de outras redes de ensino.

Secretaria LGBTQIA+ não basta

Thiago Amparo

O cantor Lulu Santos exigiu, na TV, a criação de uma secretaria LGBTQIA+. Prontamente, os futuros ministros da Justiça e de Direitos Humanos confirmaram que a secretaria já estava prevista, o que é um avanço inquestionável, embora seja o mínimo que se esperava depois de Damares. Chega a ser um alento debatermos política pública, ainda mais quando até aliados tergiversam debates sérios com falsos dilemas, a exemplo do imbróglio na Folha sobre pessoas que menstruam.

A rapidez na resposta de Dino e Almeida a Lulu Santos contrasta com a ausência de qualquer referência a políticas para este grupo dentre as 100 páginas do relatório final do Gabinete de Transição (população LGBTQIA+ é mencionada uma única vez de forma protocolar). Não foi por falta de insumos. Tanto a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), quanto o Conselho Nacional Popular LGBTI mandaram contribuições concretas, o que não restou refletido no texto final.

O momento atual requer políticas com respaldo em lei endossadas pelo Executivo (nunca aprovadas), dotadas de recurso (nunca suficientes) e com participação social (por vezes, mais simbólica do que efetiva). Primeiro, há urgências que dependem apenas do Executivo: rever decreto de registro civil; aprimorar acesso ao SUS; prever educação à diversidade adaptada a cada idade. Segundo, as políticas LGBTQIA+ são transversais, não um puxadinho identitário. Não dá para falar sobre moradia, trabalho, suicídio e dados sobre violência sem falar sobre pessoas LGBTQIA+.

A relação entre o campo partidário progressista e temas LGBTQIA+ é uma mais de ambivalência do que de aliança irrestrita. As grandes conferências dos primeiros governos Lula, importantes à sua época, configurariam hoje falatório sem o mesmo encanto e sentido de outrora. Criar secretaria é vital, mas não suficiente: o tempo demanda políticas, leis, e um assento à mesa, além, é claro, de coragem, inclusive por parte de quem nunca dela precisou para ser quem se é.

Sob a asa de Lula

Bruno Boghosian

A um ano da eleição, Lula avisou a aliados que nomearia um político para comandar a economia caso vencesse a disputa. O petista seguiu o plano. Escolheu Fernando Haddad para a Fazenda e foi mais longe, com outros dois políticos na área. Além de Geraldo Alckmin no Desenvolvimento, a equipe ficará completa com Simone Tebet no Planejamento.

Nomear um político para a Fazenda foi o caminho definido por Lula para obter maleabilidade na gestão da economia. A ideia era ter uma equipe que não se amarrasse a dogmas, tivesse boa interlocução com o Congresso e, principalmente, demonstrasse jogo de cintura para cumprir as determinações do chefe.

A escolha de Alckmin e Tebet parte de uma lógica diferente, mas preenche alguns desses mesmo critérios. Os dois sempre defenderam uma plataforma econômica diferente da agenda do PT. Se fossem técnicos, provavelmente não seriam ministros da área. Com DNA político, porém, eles entram no circuito das articulações com o gabinete presidencial.

Aliados de Lula dizem que o petista contratou uma alta chance de conflitos ao escalar o trio na equipe econômica. Esse quadro de disputa política cria o risco de alguns desarranjos numa área sensível para o novo governo, mas ao mesmo tempo concentra no futuro presidente o poder de arbitrar e dar a palavra final diante de cada embate.

Cada um dos três ministros pretende colher resultados do próximo mandato para pavimentar seu próprio futuro eleitoral em 2026. Com isso, o trio tem incentivos para cooperar de acordo com a visão de Lula para a economia e não segundo preferências individuais. Se houver curto-circuito ou deserção, os prejuízos serão coletivos.

O arranjo dá a Lula a tarefa de administrar prováveis crises e mantém sob sua asa a distribuição do bônus político que o trio terá daqui a quatro anos. É o presidente quem vai determinar o tamanho e a liberdade que cada um deles terá no governo —o que dá ampla vantagem a Haddad desde a largada.

A digital na coronha do fuzil

Ruy Castro

Ao investigar um assassinato ou tentativa de, as autoridades partem de perguntas básicas. Quem matou? Quem mandou matar? Por quê? Com a ajuda de quem? Pois nunca na história deste país uma cerimônia de posse na Presidência esteve tanto sob a ameaça de um ato de violência quanto a de Lula neste domingo (1º). E se, de alguma forma, isso se concretizar, nunca terá sido tão fácil achar as respostas. Todas levam o nome de Jair Bolsonaro.

Quem matou? Se um CAC anônimo e desesperado for o autor do disparo ou da colocação da bomba, o dedo no gatilho ou na banana de dinamite será o de Bolsonaro. Quem mandou matar? Por toda a pregação terrorista que praticou do primeiro dia de mandato até seu silêncio desde que perdeu a eleição, Bolsonaro será o mandante. E, caso se argumente que ele terá apenas "inspirado" o atentado, bastará levantar sua prática de governo: Bolsonaro pôs um arsenal na mão de cada seguidor —e não para ele brincar de pistoleiro em clubes de tiro ou matar tatus no mato.

O porquê é a mais fácil: uma besta-fera como Bolsonaro não pode entregar passivamente o poder depois de barbarizar o país por quatro anos. Precisa continuar nele para não ser enjaulado. Para isso, a solução é insuflar um clima de terror que induza seus supostos aliados, as Forças Armadas, a estuprar a democracia e impor uma medida de força. Mas, desta vez, isso só seria crível se o terror partisse da esquerda, como um dia aconteceu. Com que cara, hoje, um general botará as tropas na rua para beneficiar Bolsonaro, se o terror vem confessadamente dos próprios bolsonaristas?

Notar que um atentado contra Lula porá também em risco os presidentes e ministros dos países estrangeiros presentes na festa. Esses países não gostarão de vê-los levarem um tiro ou bomba destinado a Lula.

O silêncio de Bolsonaro diante dessa ameaça é a sua digital na coronha do fuzil.

Vedar a fenda

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

O relatório final do Gabinete de Transição Governamental dá conta do estrago provocado pelo governo que enfim acaba neste sábado (1º). Embora alentado, o documento não traz propriamente informações novas. Seu mérito é proporcionar uma visão panorâmica daquilo que o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, coordenador da empreitada, definiu à perfeição: "Desmonte do Estado brasileiro."

Tão danosa quanto o legado de desgoverno é a herança de polarização política patrocinada pelo presidente de extrema-direita. Sua cara mais visível são os grupelhos que fecharam estradas, se instalaram às portas dos quartéis a pedir intervenção militar e tramaram atos terroristas com o que foi recentemente abortado em Brasília. O fanatismo que os move se nutre, de um lado, da complacência dos agentes da ordem e, de outro, do silêncio cúmplice de quem cultiva a ambiguidade com a recusa a reconhecer a derrota das urnas.

Os aprendizes de terroristas provavelmente serão dispersados quando o país voltar a ter governo, de hoje a três dias. Mais difícil será fechar a fenda que cindiu a sociedade por ação deliberada da extrema-direita. Pois, se diferenças de valores, preferências políticas e simpatias partidárias existem em qualquer agrupamento humano, sua metamorfose em hostilidade mútua e antagonismos irredutíveis é obra de quem aposta tudo na radicalização.

Recente pesquisa da Genial/Quaest —"O Brasil que queremos"— indica que 9 em 10 cidadãos pensam que o país saiu mais dividido das eleições de outubro passado. Parcela significativa deles se reconhece como anti-PT (40%) ou pró-PT (35%).

Os dois grupos habitam universos díspares a mais não poder: buscam informações em mídias diferentes ou em redes sociais, se inquietam com assuntos distintos. A rejeição das cotas raciais; da expressão pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo; da expansão dos direitos das mulheres; e a demanda pela posse e porte de armas povoam a cabeça dos antipetistas.

Ainda assim, para além das suas diferenças gritantes, parece haver extensa e talvez surpreendente área de convergência entre os dois grupos adversários. Une-os o apoio à ação do governo para controlar a inflação, reduzir desigualdades, gerar empregos e atuar fortemente na educação; tratar o crime com mão dura e não avançar no direito ao aborto. É do interesse nacional reduzir a polarização —o que requer boa gestão econômica, robusta política social, mas também muita criatividade nas políticas de segurança pública e diversidade, que despolitizem essas agendas sem reduzir direitos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O futuro da justiça

O amanhã entremeia sinais de esperança e sintomas de elevada preocupação

Edson Fachin
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Encerra-se 2022. A ninguém restou indiferente este período. Os fatos do presente interpelam o espírito de autoridade do qual ordinariamente deveria se revestir o direito, uma vez que o intento de diluir as instituições da sociedade e do Estado, especialmente a fim de amesquinhar o Judiciário, tem se revelado persistente. E não irá cessar. O amanhã entremeia sinais de esperança e sintomas de elevada preocupação.

É certo que compromissos significativos foram assumidos para dar efetividade àquilo que a Constituição de 1988 edificou. A busca do justo em cada processo ou diante de casos concretos traduziu-se num desafio que a força obrigatória dos precedentes e a estabilidade da jurisprudência intentam pavimentar na própria segurança jurídica que procuram.

Nada obstante, duas ordens de crises emergiram nessas mais de três décadas de democracia: uma, quanto aos limites e possibilidades da atuação da magistratura constitucional; outra, concernente ao próprio conceito de direito, cuja ideia, na conhecida tríade de Gustav Radbruch, se compõe de justiça, utilidade e segurança. Sem um ou mais desses pilares quebra-se a base de sustentação inerente à legitimidade institucional. Solapar o Judiciário, por isso mesmo, é atentar contra o Estado de Direito. Assim foi na Alemanha de Radbruch, a qual, depois de 1945, produziu a supremacia da justiça substancial diante de ordens injustas ou de leis escritas incompatíveis com a igualdade.

O verdadeiro fundamento do Estado de Direito é a autonomia do próprio direito garantida pelo Poder Judiciário em sentido amplo (compreendendo todas as funções essenciais à justiça), porquanto somente assim, nas democracias, o poder do Estado se submete ao direito.

Não há dúvida sobre o que a Constituição da República brasileira inscreveu como o modelo da separação dos Poderes. É a doutrina de Montesquieu sobre os três protagonistas do poder estatal: legislador, administrador, julgador.

O Brasil precisa aprender com seu passado para encontrar um futuro digno e habitável, livre, justo e solidário. Isso não se dará atentando contra o Poder Judiciário, nem restringindo liberdades. Ao Legislativo o que lhe é próprio da espacialidade da política e da representação da soberania popular; ao Executivo o que lhe é da administração e seus afazeres de gestão e execução; e ao Judiciário o direito nos limites constitucionais e legais.

Ao fim deste longo ano de 2022, no qual resiliência, firmeza e serenidade se mostram irmãs siamesas da independência, o porvir que se avizinha não é menos preocupante. Os reptos para a justiça, o Estado de Direito e o próprio Judiciário não se colocam somente por arroubos autoritários, eis que podem advir embalados em pacotes que, no engodo, estiolam a essência da magistratura. Independência e harmonia não podem passar por filtragens ilegítimas, quer de populismos autoritários, quer de interesses de ocasião.

Recentemente, poucos dias faz, o conhecido dicionário norte-americano Merriam-Webster elegeu "gaslighting" como a palavra do ano: "o ato ou prática de enganar alguém"; como se vê, elegeu-se o sentido da mentira, da manipulação, do abuso e da violência de corromper a percepção que alguém tem sobre si e sobre o mundo.

Para 2023 proporia que a escolha, no Brasil ao menos, recaísse sobre a palavra "confiança". Confiança, aliás, para aquele mesmo dicionário Merriam-Webster, significa o que tem relação com o certo e com a verdade. Significa entender, acreditar e aceitar.

Mesmo nos dissensos, nas controvérsias, é fundamental um processo e um procedimento que gere confiança. E como isso se produz? Por meio do entender, do acreditar e do aceitar. É que, no direito, assim como na ética existencial, há diferença entre o certo e o errado, entre a verdade e a mentira.

A confiança deve criar a ponte para 2023, ou se abrirão as valas de um abismo. A diluição da autoridade do direito pode se transformar numa das grandes tragédias de nossa época. Sem justiça, utilidade e segurança, o colapso institucional ruirá a legitimidade do Judiciário.

Queira o porvir assegurar que a autonomia do direito se mantenha preservada como núcleo da conservação do próprio Estado de Direito no Brasil. Respeito integral ao Poder Judiciário e às prerrogativas da magistratura são condições de possibilidade desse objetivo fundamental.

> [...]
> A confiança deve criar a ponte para 2023, ou se abrirão as valas de um abismo. A diluição da autoridade do direito pode se transformar numa das grandes tragédias de nossa época. Sem justiça, utilidade e segurança, o colapso institucional ruirá a legitimidade do Judiciário

Lula e a educação política

Nosso povo ainda não se deu conta de que é o ator político principal

Frei Betto
Escritor e assessor de movimentos populares, é autor de "Por uma Educação Crítica e Participativa" (ed. Rocco)

Escreveu Onelio Cardoso que o ser humano tem duas grandes fomes, a de pão e a de beleza. A primeira é saciável; a segunda, infindável.

O que, em última instância, sacia a alma humana é preencher a fome de beleza, o sentido que se imprime à existência, ainda que exija sacrifícios. É o que explica indígenas aldeados se recusarem a trocar sua vida na selva pelos confortos da cidade ou missionários religiosos abandonarem a comodidade de suas famílias ricas para se dedicarem a comunidades duramente afetadas por pobreza e doenças.

Eis a razão do crescimento exponencial das igrejas evangélicas: resgate da dignidade humana. O catador de material reciclável e a faxineira, "invisíveis" para a sociedade, são "reconhecidamente filhos e filhas de Deus no culto que reforça vínculos de solidariedade frente às dificuldades da vida.

No projeto original do programa Fome Zero, em 2003, incluímos a perspectiva de associar a resposta à fome de pão à da fome de beleza. Cada família beneficiária passaria por um processo de educação cidadã. A garantia de cesta básica se somaria aos recursos pedagógicos capazes de "transformar a consciência ingênua em consciência crítica" (Paulo Freire, 1982).

A proposta não avançou porque o Fome Zero, de caráter emancipatório, deu lugar ao Bolsa Família, compensatório. Ainda assim, criou-se na esfera federal a Recid (Rede de Educação Cidadã), mobilizando cerca de 800 educadores populares. Infelizmente, a Recid não mereceu o devido apoio do governo que tirou o Brasil do mapa da fome, mas não dessa cultura necrófila que naturaliza a desigualdade social e tantos preconceitos e discriminações.

Considero os governos do PT os melhores de nossa história republicana, os que mais asseguraram ao povo brasileiro os três principais direitos humanos: alimentação, saúde e educação. Faltou, no entanto, a educação política, a formação à cidadania, a mobilização em prol do protagonismo social. O abismo entre povo e governo não foi encurtado.

Nosso povo ainda não se deu conta de que ele é o ator político principal, e que governo não é uma gigantesca vaca com uma teta para cada boca. O resultado todos conhecemos: a incapacidade de o Planalto captar o caráter das manifestações populares de junho de 2013; a passividade da população frente ao golpe de Estado armado por Michel Temer (MDB) e antipetistas em 2016; e a eleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2018.

Lula iniciará seu terceiro mandato. Sabe que não pode decepcionar e tem a responsabilidade de deixar um legado que impeça a nação de voltar a ser governada por negacionistas, belicistas e terraplanistas. Para isso, não basta destacar suas prioridades: o combate à fome e à insegurança alimentar; a proteção socioambiental; a redução da desigualdade social. É preciso incluir a educação política, cidadã e participativa da população. Porque da deseducação cuida a cultura neoliberal revestida de religiosidade alienante.

Como escreveu Paulo Freire (1981), "seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica".

Não há verdadeira democracia sem participação popular, fruto de conscientização, organização e mobilização do povo brasileiro.

> [...]
> Não basta destacar suas prioridades: o combate à fome e à insegurança alimentar; a proteção socioambiental; a redução da desigualdade social. É preciso incluir a educação política, cidadã e participativa da população. Porque da deseducação cuida a cultura neoliberal revestida de religiosidade alienante

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Posse do presidente Jair Bolsonaro, que recebeu a faixa presidencial das mãos do ex-presidente Michel Temer Pedro Ladeira - 1.jan.19/Folhapress

Bolsonaro

Faixa presidencial é coisa de país brega, chinfrin, um resquício de quem já foi um império. Importa mais a falta de educação de quem não sabe reconhecer a derrota. Isso sim é que é um vexame. ("Deixar de passar faixa para Lula pode ser último ataque de Bolsonaro à democracia", Política, 28/12)
Astrogildo Ferreira de Mello Júnior (Brasília, DF)

*

Humildade, do latim humilitas, é a virtude de conhecer suas próprias limitações e fraquezas, e agir de acordo com essa consciência. Pedir humildade a quem praticou ódio durante seu governo é ingenuidade.
Guilherme Torres Godoy (Paranaíba, MS)

*

É honrosa a postura adotada pelo atual presidente, que decidiu ausentar-se do país a fim de estar longe da cerimônia de posse do novo mandatário. O ainda chefe do Planalto não tem qualquer obrigação de passar a faixa a uma figura do jaez de Lula, um entusiasta de ditaduras.
João Paulo Zizas (São Bernardo do Campo, SP)

Forças Armadas

Os comandantes se recusam a estarem juntos ao presidente, numa única ocasião? Isso é gravíssimo, mas não valeria a pena aumentar a crise: não quer, não vai, pode ir direto para a lata de lixo da história. Agora, o Múcio botar panos quentes, normalizar a situação, é o pior erro possível. Ele vai assumir já na posição de capacho dos militares. ("Troca militar gera atrito mesmo após ação de ministro de Lula, e Marinha tem impasse", Política, 28/12)
Luiz Cândido Borges (Rio de Janeiro, RJ)

*

Estou torcendo para voltar aos dias em que eu não tinha a menor ideia de quem eram os comandantes das Forças Armadas ou do que pensavam.
Cláudia Roveri (Blumenau, SC)

*

Infelizmente, vivemos uma situação muito delicada que envolve o alto comando das Forças Armadas, uma das mais importantes instituições deste país. O atual presidente fez muito mal a ela. Talvez Múcio seja um dos poucos ministros do imenso ministério lulista que aplaudo de pé, pois está conseguindo pouco a pouco acalmar os ânimos. Ele sabe o que faz, apesar de não concordar totalmente com ele.
Marco A. Moreira (São Paulo, SP)

Venezuela

Populismo, inépcia, irresponsabilidade, patrimonialismo, histrionismo e, quase sempre, práticas ilícitas são características comuns a muitos líderes políticos latino-americanos. Lula, Bolsonaro, Maduro, Cristina Kirchner e muitos outros são altamente semelhantes, quase iguais. ("Ditadura da Venezuela inclui bonecos de Maduro em presentes de Natal distribuídos a crianças", Mundo, 28/12)
Jorge Rodrigues (Rio de Janeiro, RJ)

*

Lembrando que Lula, o PT, Chico Buarque e outros artistas, afirmam que lá, como na Nicarágua de Daniel Ortega, são democracias.
Evando de Abreu (Rio de Janeiro, RJ)

Paulo Vieira

Certo ele. Parabéns à colunista por trazer a público as ameaças à vida do humorista e as repugnantes ofensas morais. ("Paulo Vieira diz não se arrepender de piadas e que ameaças não vão impedi-lo de ir à posse de Lula", Mônica Bergamo, 28/12)
Robson Simões (Camaragibe, PE)

*

Ódio do bem com pitada de humor sem graça.
Ricardo Pinto (Uruguaiana, RS)

*

Ameaçar alguém de morte por conta de piadas? Quantos anos esse povo tem? Que pessoas são essas que se dão ao desfrute criminoso de ameaçar alguém porque não concorda com o seu pensamento? Cadê a liberdade que eles dizem que querem? Faz muito bem em não se intimidar e denunciar.
Jô Maria Souza (Araçoiaba da Serra, SP)

Mirian Goldenberg

Por que não o termo dicionarizado "gerontofobia"? O neologismo híbrido associa o ser humano idoso ao pouco elegante e depreciativo "velho".("Apesar de você, amanhã há de ser outro dia!", Cotidiano, 28/12)
Fernando Dias (Tatuí, SP)

Resposta da colunista: Os mais velhos preferem ser chamados de velhos, pelo menos os que eu pesquiso.

Magreza extrema

A Novo Nordisk, empresa global de saúde, trabalha incansavelmente para vencer o diabetes, a obesidade e outras doenças crônicas, como hemofilia e distúrbios de crescimento, agindo para que novas opções terapêuticas cheguem às pessoas. A companhia não endossa ou apoia a promoção de informações de caráter off label, em desacordo com a bula de seus produtos. Todos os seus medicamentos são vendidos no Brasil sob prescrição médica e o tratamento deve sempre ser indicado e acompanhado por um profissional de saúde habilitado. ("Magreza extrema volta à moda, revivendo o estilo 'heroin chic' com remédios", Cotidiano, 24/12)
Arlete Michelacci Novo Nordisk-Approach Comunicação

Artesp

Sobre a reportagem publicada nesta quarta (28/12) "Transporte avança na era PSDB em SP, mas fica marcado por atrasos", a Artesp – Agência de Transportes do Estado de São Paulo ressalta que, além da obra do Rodoanel Norte, as concessionárias paulistas, sob gestão da Artesp, já entregaram, desde 2019, 239,4 quilômetros de obras entre duplicação de pistas e faixas adicionais, além de 2.400 kms de vias recapeadas. Prova desses investimentos, entre melhorias e operações, que totalizam R$ 29,8 bi, é que São Paulo tem 13 das 20 melhores vias do país, segundo pesquisa CNT de 2022.
Solange Guarino Artesp - Agência de Transportes de São Paulo

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FOLHA CORRIDA (28.DEZ, PÁG. B11) Diferentemente do publicado no texto "Cláudia Jimenez nasceu para a comédia", a atriz se submeteu a um tratamento de radioterapia, não radiografia. Além disso, Cláudia atuou na série "A Vida Alheia", não na "A Vida dos Outros".

política

PAINEL | **Fábio Zanini**
painel@grupofolha.com.br

Companheiros

O governo Lula (PT) terá assessores nos 37 ministérios dedicados a fazer a interlocução com movimentos sociais. A ideia inicial é ter pelo menos um por pasta e até três nas maiores delas. O formato seria similar ao dos assessores parlamentares, responsáveis pela articulação junto ao Congresso. O diálogo com os movimentos ficará concentrado na Secretaria-Geral da Presidência, que será comandada por Márcio Macêdo (PT), com a qual esses servidores deverão ter contato contínuo.

NOSSO "Vai ser um governo com participação popular turbinada, que sabe da importância que os movimentos sociais tiveram no caminho até a eleição", diz Raimundo Bomfim, da Central de Movimentos Populares.

CV Encampada por entidades empresariais, a nomeação de Alessandro Teixeira para a Apex pode ser sacrificada por uma escolha política. Ganha força a hipótese de o ex-governador do Acre Jorge Viana (PT) assumir a presidência da agência de promoção de exportações, que ficará no Ministério do Desenvolvimento.

PADRINHOS Teixeira teve o nome levado ao futuro ministro Geraldo Alckmin (PSB) no início da semana. "É um nome preparado, conhecedor do tema, e que já exerceu essa função no passado", diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados, Haroldo Ferreira. Consultor de comércio exterior na China, ele presidiu a Apex entre 2007 e 2011.

SÉRIE B A montagem dos ministérios deixou de fora o Movimento PT, grupo que tem 11 dos 93 integrantes no diretório nacional e é a segunda maior "bancada" da instância. Correntes mais à esquerda, como Novo Rumo e Articulação de Esquerda, tampouco foram lembradas. Devem ficar com cargos de segundo escalão.

SINAL VERDE A Executiva do Cidadania aprovou nesta quarta-feira (28) apoio ao governo Lula, abrindo caminho para ocupar cargos. Os cinco deputados da legenda, contrários à adesão, não participaram da reunião. Também foi rejeitada a federação com o Podemos.

SURDEZ Apesar da demanda da futura primeira-dama, Janja, o Senado manterá os disparos de canhão na posse. Ela citou que os ruídos são perturbadores para autistas. Também havia preocupação com o incômodo para animais. O cerimonial argumentou, no entanto, que o protocolo do evento já foi muito alterado, sem a passagem da faixa, por exemplo.

RETALIAÇÃO Preterido na Esplanada, o PV discute não aderir à base de Lula no Congresso. Na segunda (26), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, avisou o partido que não haverá espaço no ministério. A legenda contava ficar com a Pesca.

FELIZ... O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes estendeu até abril de 2023 a compensação para o estado de São Paulo das perdas com a redução da alíquota do ICMS de combustíveis, aprovada pelo Congresso a partir de projeto do governo de Jair Bolsonaro (PL).

...ANO NOVO O abatimento se dá nas parcelas mensais da dívida do estado com a União, de R$ 1 bilhão. A decisão significa um reforço de R$ 4 bilhões para o Tesouro paulista, no início da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

ALVOS O governador Rodrigo Garcia (PSDB) não nomeou candidatos negros para duas vagas de desembargadores destinadas a advogados no Tribunal de Justiça de SP. As listas sêxtuplas enviadas pela OAB-SP foram constituídas de maneira inédita com cotas raciais —dos 12 indicados, 4 eram negros. O tucano escolheu Maria Lia Porto Corona e Luís Henrique Barbante Franzé

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

Funcionários preparam Palácio do Planalto para a posse de Lula Gabriela Biló/Folhapress

Supremo suspende porte de arma no DF, e posse de Lula terá Força Nacional

Medidas de segurança são adotadas, e Moraes diz que omissão e conivência de autoridades em atos violentos serão investigadas

Constança Rezende e José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu temporariamente as autorizações para todas as espécies de porte de armas de fogo no Distrito Federal devido à posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência da República no domingo (1º).

A restrição, em vigor desde as 18h desta quarta-feira (28) até o dia 2 de janeiro, é um reforço para segurança diante da proximidade da cerimônia que marca a troca de governo.

O Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL) também autorizou, em portaria publicada no Diário Oficial da União desta quarta, a utilização da Força Nacional na posse, em apoio à PRF (Polícia Rodoviária Federal).

A decisão de Moraes também abrange o transporte de armas e munições, por parte de colecionadores, atiradores e caçadores em todo o território do DF. Caso seja descumprida, o ministro determina que seja considerado flagrante delito por porte ilegal de arma ao cidadão.

Futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB-MA) afirmou nesta quarta-feira (28) que a decisão de Moraes garante "uma camada de segurança a mais" para a posse.

"O mais importante é que a decisão fixa as consequências, se houver alguém com arma, além da apreensão, isso gera prisão em flagrante", disse Dino.

Em sua decisão, Moraes disse que atos de violência na capital tiveram a inação de determinadas autoridades públicas, "cuja responsabilidade por omissão ou conivência serão apuradas".

Ele citou a prisão de um homem suspeito de ter tentado explodir um caminhão de combustível próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, no sábado (24), além de atos de vandalismo no início do mês.

"Lamentavelmente, grupos extremistas financiados por empresários inescrupulosos, explorando criminosa e fraudulentamente a boa-fé de diversos eleitores, principalmente com a utilização de covardes milícias digitais e sob a conivência de determinadas autoridades públicas, cuja responsabilidade por omissão ou conivência serão apuradas, vem praticando fatos tipificados expressamente na lei", escreveu.

Como exemplo, ele citou a legislação relativa aos crimes contra o Estado democrático de Direito e que regulamenta o artigo 5º da Constituição Federal, disciplinando o combate ao terrorismo, inclusive punindo os atos preparatórios.

Segundo o ministro, nesse contexto, a proibição temporária de circulação e porte de armas de fogo "é essencial para evitar situações de violência armada".

A suspensão, no entanto, não se aplica aos membros das Forças Armadas, aos integrantes do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), às polícias Legislativa e Judicial e às empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas.

Ele acrescentou que os fatos demandam medidas legalmente restritivas para a garantia da segurança não só do presidente e vice-presidente eleitos "como também de milhares de pessoas que comparecerão à posse no próximo dia 1º de janeiro de 2023".

Dino disse que haverá pontos de revista na Esplanada dos Ministérios e nas entradas de Brasília durante a posse. "São várias camadas de segurança, e essa [a decisão de Moraes] é mais uma", afirmou.

A medida de Moraes tomou como base pedido feito pela Polícia Federal ao STF. No entanto, Dino havia informado na terça-feira (27) que a equipe de transição do presidente eleito havia entrado com a mesma solicitação na corte.

Em relação ao uso da Força Nacional, a portaria do Ministério da Justiça prevê que ela atue em apoio à PRF "nas atividades de escoltas, por ocasião da Operação Posse Presidencial 2023, em caráter episódico e planejado, no período de 27 de dezembro de 2022 a 2 de janeiro de 2023".

> **"Lamentavelmente, grupos extremistas financiados por empresários inescrupulosos, explorando criminosa e fraudulentamente a boa-fé de diversos eleitores, principalmente com a utilização de covardes milícias digitais e sob a conivência de determinadas autoridades públicas, cuja responsabilidade por omissão ou conivência serão apuradas, vem praticando fatos tipificados expressamente na lei**
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF

A Força Nacional é composta por agentes de segurança pública dos estados —como policiais militares, bombeiros militares e policiais civis— que atuam para a União em ocasiões específicas.

Segundo a portaria do Ministério da Justiça, o uso da Força Nacional terá o apoio logístico da PRF.

Para a posse de Lula, está previsto o uso de 8.000 agentes de segurança, incluindo policiais e militares. A ideia da equipe do presidente eleito é trabalhar com o uso proporcional da força do estado, ou seja, quanto maior o risco, maior as camadas de proteção que serão colocadas em prática.

Nesta terça (27), nos preparativos para a posse de Lula, houve um ensaio da cerimônia. Militares e servidores cumpriram as etapas das cerimônias previstas para o dia 1º no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. Há previsão de um último ensaio geral na sexta-feira (30).

A equipe do presidente eleito pediu ao governo federal e ao do Distrito Federal o fechamento de toda a Esplanada dos Ministérios a partir de sexta-feira para realizar rastreamento de explosivos e fazer a preparação do esquema de segurança para a posse.

O pedido de fechamento da Esplanada foi confirmado pelo futuro ministro da Justiça, Flávio Dino.

Segundo a **Folha** apurou, o rastreamento dos explosivos faz parte de uma série de medidas adotadas pelo governo eleito para evitar incidentes durante a posse do petista.

Dino também disse nesta quarta-feira que há pedidos de prisão feitos pela equipe de Lula, após atos antidemocráticos de bolsonaristas, que já foram aprovados e ainda serão executados.

"Tem aí algumas dezenas de mandados de prisão para serem cumpridos, de várias pessoas, inclusive que participaram do dia 12 [data em que bolsonaristas tentaram invadir a PF e vandalizaram Brasília]", afirmou o futuro ministro.

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 827,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
342.487 exemplares (outubro de 2022)

Funcionário limpa parlatório do Palácio do Planalto, de onde Lula deve discursar durante sua posse Fotos Gabriela Biló/Folhapress

Lula reacomoda petista para ceder Comunicações ao centro

MDB indica Renan Filho para pasta de Transportes e Jader Filho para Cidades

BRASÍLIA Em meio aos arranjos finais para a composição do governo, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), decidiu convidar o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) para assumir o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Teixeira estava originalmente cotado para o Ministério das Comunicações.

Segundo Lula relatou em conversas nesta quarta-feira (28), a ideia é abrir espaço para que a pasta das Comunicações faça parte das negociações partidárias e seja oferecida ao PSD ou à União Brasil.

Também está colocado sobre a mesa a essas siglas o Ministério da Pesca. O PSD reivindica a pasta das Comunicações para o deputado federal André de Paula (PSD-PE).

Lula disse que quer anunciar nova leva de ministros a partir das 11h desta quinta-feira (29). Ele já divulgou o nome de 21 chefes dos 37 ministérios que o seu governo terá.

A dança das cadeiras se deu em decorrência de impasses internos e vetos a nomes que estavam cotados para a equipe ministerial.

André de Paula, por exemplo, entra na cota do PSD da Câmara. O nome indicado pelo partido era o do deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). Pelo acerto original, ele assumiria o Ministério do Turismo com o apoio do prefeito do Rio, Eduardo Paes.

No entanto, sua indicação foi rejeitada por ter sido investigado por suposta agressão à ex-mulher (o caso foi arquivado). O veto é atribuído à futura primeira-dama, a socióloga Rosângela da Silva, a Janja.

Por essa configuração, o PSD deve ocupar três ministérios: Agricultura, com o senador Carlos Fávaro (PSD-MT); Minas e Energia, com o senador em fim de mandato Alexandre Silveira (PSD-MG), e um terceiro (Comunicações ou Pesca) com André de Paula.

Já o MDB teve o cenário esclarecido na Esplanada nesta quarta. Em reunião com Lula, dirigentes emedebistas indicaram o nome do senador Renan Filho (MDB-AL) para o Ministério dos Transportes e o de Jader Barbalho Filho (MDB-PA) para o Ministério das Cidades. Além deles, Simone Tebet (MDB-MS) deve ser ministra do Planejamento.

Funcionários do Palácio do Planalto limpam o 2º andar do prédio para cerimônia de posse

Púlpito com brasão da República que deverá ser usado por Lula durante a posse no Planalto

Em outra frente, entraves internos emperraram as definições da União Brasil. O presidente do partido, Luciano Bivar (PE), esperava ser convidado para uma reunião com Lula para bater o martelo sobre os espaços que o partido terá no próximo governo.

Dirigentes petistas dizem que eles ficarão com Turismo e Integração Nacional, além de uma terceira pasta —provavelmente Pesca.

O principal impasse na União Brasil diz respeito à Câmara. Nome inicialmente indicado para comandar a Integração Nacional, Elmar Nascimento (União Brasil-BA) sofre resistências e não deve mais ficar à frente da pasta.

Uma parte dos petistas quer que ele fique com o Turismo, que tem menos visibilidade no Nordeste. O deputado, porém, rechaçou essa opção e deflagrou nova crise interna. Elmar é próximo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e rifá-lo do ministério pode trazer consequências para Lula.

Sem Elmar, a Integração Nacional poderia ficar com a indicação feita pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que pode ser o atual governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), ou a senadora eleita Professora Dorinha (União Brasil-TO). Góes pode mudar de partido para assumir o posto. Já Dorinha tem a preferência da legenda.

Até o início da noite, o xadrez da União Brasil na Esplanada seguia indefinido.

A composição que Lula articula com os partidos tem o objetivo de atraí-los para a sua base de apoio no Congresso.

O PSD será a segunda maior bancada do Senado em 2023, com 12 senadores. O MDB e a União Brasil, empatados com 10 senadores cada, serão a terceira.

Na Câmara, a bancada da União Brasil será a terceira maior, com 59 deputados federais (atrás do PL e da federação PT, PV e PC do B). Já o MDB e o PSD, com 52 deputados eleitos cada, estão empatados em quinto lugar (atrás também do Progressistas).

O Podemos chegou a ser sondado para ministérios como o do Esporte e o do Turismo —em um desenho anterior no qual o comando seria compartilhado com o Cidadania— e postos no segundo escalão, como a Embratur. Mas, nesta quarta, o partido descartou assumir ministérios no governo Lula.

A legenda decidiu manter o que considera ser uma "oposição técnica", sem o compromisso de apoiar pautas que avalia ruins para o país. O Podemos incorporou o PSC e terá 18 deputados.

Já o presidente do PDT, Carlos Lupi, sinalizou à equipe de Lula que deve aceitar o comando do Ministério da Previdência, posto que inicialmente não era atrativo para o partido, o qual buscava uma pasta com mais visibilidade.

Lula também bateu o martelo de que o general Gonçalves Dias, conhecido no PT como GDias, será ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) do governo.

O presidente diplomado também precisa resolver a SAJ (Subchefia de Assuntos Jurídicos), que fica sob o guarda-chuva da Casa Civil e por onde passam todos os principais atos do governo.

O advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas, era um dos principais cotados para assumir o posto e chegou a ser sondado para a função. Ele, porém, recusou sob o argumento de que preferia ocupar um posto político no próximo governo, sobretudo a Secretaria-Geral da Presidência. Ele foi preterido na pasta para o deputado Márcio Macêdo (PT-SE), uma indicação da presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

Os mais cotados atualmente para a SAJ são Jean Uema, analista judiciário do STF (Supremo Tribunal Federal), e o advogado Marcos Rogério de Souza.

Victoria Azevedo , Catia Seabra , Julia Chaib , Bruno Boghossian , Thaísa Oliveira e Danielle Brant

Base de Lula no Senado se enfraquece com escalação de ministros

Cézar Feitoza

BRASÍLIA A decisão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de nomear senadores para cargos na Esplanada dos Ministérios deve enfraquecer a base de apoio ao petista no Senado.

O impacto ocorre especialmente pela retirada de nomes de peso no Senado, como Camilo Santana (PT-CE), Wellington Dias (PT-PI) e Flávio Dino (PSB-MA) —eleitos após encerrarem mandatos de governador.

Além dos três, outros dois senadores podem assumir cargos no governo e dificultar a articulação na Casa. São eles Carlos Fávaro (PSD-MT), cotado para o Ministério da Agricultura, e Renan Filho (MDB-AL), cotado para o Ministério dos Transportes.

No pleito de outubro, foram eleitos diversos aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), que devem engrossar a oposição ao petista.

Ao contrário da Câmara, o Senado tradicionalmente possui parlamentares mais independentes, com um centrão menos fortalecido.

O PL de Bolsonaro se tornou a maior bancada (14 senadores), com nomes fortes do bolsonarismo, como Magno Malta (PL-ES).

Além do partido, há uma série de outras siglas consideradas de oposição ou independentes, que podem dificultar a aprovação de propostas de interesse do governo petista. Estão na lista o Podemos (6), PP (6), PSDB (4), Republicanos (3), Cidadania (1) e PSC (1).

A despeito da saída de figurões, aliados de Lula acreditam que a composição do governo, com ministros de União Brasil, MDB e PSD, pode consolidar uma base no Senado. Os três partidos somam 32 senadores.

Um dos desafios de Lula no Senado será definir uma liderança de governo que consiga contornar o impacto da retirada de nomes de peso na Casa. Um dos nomes cotados para assumir a função é o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que ajudou na coordenação da campanha de Lula.

Além disso, a base de Lula terá como prioridade evitar que o PL, maior bancada, consiga eleger o senador Rogério Marinho para a presidência do Senado. Para isso, Lula deve investir na recondução de Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O senador Humberto Costa (PT-PE) afirma que, apesar da saída de senadores para ministérios, o governo conseguirá uma base ampla para aprovar proposta de seu interesse.

"Quando o presidente convidou [os senadores], ele tinha plena consciência de quem eram os suplentes, [sabia] da capacidade para contribuir para esse processo de enfrentamento no Senado Federal de maneira que não haverá prejuízo", disse. "Outro fator importante é que, diferente de Bolsonaro, Lula sabe dialogar e construir consensos, é um grande articulador", completou.

No lugar dos três senadores já anunciados na composição da Esplanada devem assumir mulheres.

As suplentes Augusta Brito (PT-CE), Ana Paula Lobato (PSB-MA) e Jussara Lima (PSD-PI) vão ocupar os postos e aumentar a bancada feminina para 13 senadoras —aumento de uma cadeira, considerando a composição da última legislatura.

Dino e Múcio expõem divergências sobre atos

Indicados para comandar Justiça e Defesa adotam discursos diferentes sobre manifestações em frente a quartéis

Victoria Azevedo, Cézar Feitoza e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA A equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem divergido sobre como lidar com as manifestações antidemocráticas em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília.

De um lado, aliados liderados pelo futuro ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), defendem uma posição mais forte pela desmobilização do acampamento até o dia 1º, quando será realizada a cerimônia de posse. Para eles, a gota d'água foi a tentativa de atentado com explosivo no Aeroporto Internacional de Brasília no último sábado (24).

Há uma preocupação ainda com possíveis manifestações contrárias à eleição de Lula que podem ocorrer no dia da posse. Membros da PRF (Polícia Rodoviária Federal) tiveram acesso a vídeo que mostram caravanas de bolsonaristas deixando Porto Alegre rumo ao Distrito Federal —o que eleva ainda mais a pressão para a desmobilização do acampamento.

Indicado para comandar o Ministério da Defesa, José Múcio Monteiro tem divergido da linha adotada por Dino e pelo futuro diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos.

Múcio pondera que deve ocorrer uma costura delicada para evitar novos atritos. O objetivo, justifica Múcio a interlocutores, é criar uma saída "pactuada" sem necessariamente a retirada compulsória dos manifestantes. Ele tem argumentado ainda que o ambiente atual é hostil e que é preciso apostar no diálogo.

A divergência do tom transpareceu nesta semana. Um dia após a tentativa do atentado, Flávio Dino publicou nas redes sociais que os acampamentos "viraram incubadoras de terroristas". Dois dias depois, Múcio afirmou que os atos têm sido "pacíficos".

As declarações de Múcio foram dadas ao lado de Dino, que voltou a enquadrar o ocorrido no sábado em Brasília como "terrorismo".

Segundo relatos, o próprio Lula compartilha da visão de que é necessário desmobilizar o acampamento o quanto antes. De acordo com aliados do petista, ele tem expressado que os manifestantes estão expansivos, se sentindo empoderados e confortáveis.

Além disso, Lula disse a aliados que o acampamento no QG representa uma espécie de teste de autoridade de seu governo e que, por isso, ele precisa ser desmobilizado.

Para auxiliares de Lula, uma coisa é certa: caso o acampamento não seja desmontado até a posse, ele o será na próxima semana. Se necessário, com a retirada compulsória.

Interlocutores de Lula afirmam que receberam recados de auxiliares do presidente Jair Bolsonaro (PL) de que o acampamento em frente ao QG do Exército deverá ser desmobilizado completamente até esta quinta (29).

Integrantes do Exército, no entanto, dizem que as estruturas devem ser retiradas quase na sua totalidade até sexta (30), mas que não é possível evitar manifestantes no local.

Flávio Dino se reuniu nesta semana com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), para falar de questões de segurança relativas à posse. Na ocasião, eles trataram do acampamento dos bolsonaristas. Também participaram Múcio, Andrei Passos e o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Júlio Danilo.

Segundo relatos de pessoas com conhecimento da reunião, Múcio afirmou que recebeu um recado de interlocutores de Bolsonaro de que o chefe do Executivo deixaria uma carta antes de embarcar ao exterior na qual agradeceria a defesa de seus apoiadores e pediria para eles voltarem para suas casas.

Na visão dele, seria um sinal de que a situação pode ser resolvida de forma pacificada. Até o momento, não houve a divulgação pelo Planalto de mensagem com esse teor.

Generais do Alto Comando do Exército e da reserva afirmaram à **Folha** que há uma avaliação na caserna de que o silêncio de Bolsonaro dificulta a desmobilização.

Eles afirmam que somente o presidente teria o poder de reconhecer a derrota e comunicar aos apoiadores que não haveria razão para pedidos de intervenção militar.

Segundo interlocutores, essa insatisfação, as críticas de bolsonaristas à atuação das cúpulas militares e os diversos apelos para desmobilizar os acampamentos desagradaram o general Freire Gomes, comandante do Exército.

Essas seriam as principais razões para o comandante pedir a saída antecipada. A avaliação é que o general de Exército Júlio César de Arruda poderá conduzir melhor as demandas.

Bolsonaro nomeia escolhido por Lula para comandar Exército

O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou, em ato publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (28), a nomeação do general Júlio Cesar de Arruda como comandante interino do Exército. Arruda foi escolhido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A nomeação definitiva dele deve ser assinada depois da posse de Lula, neste domingo (1º). Também nesta quarta, Bolsonaro exonerou do cargo de comandante de Operações Navais o futuro comandante da Marinha, almirante de esquadra Marco Sampaio Olsen. A troca de comando antes da posse já era esperada —ela deve ocorrer em cerimônia nesta sexta-feira (30).

política

PF imputa crime a Bolsonaro por fake news sobre vacina

Presidente atentou contra a paz pública e incitou prática de crime, diz polícia

Marcelo Rocha e Fabio Serapião

Jair Bolsonaro em pronunciamento sobre medidas contra a Covid-19 Pedro Ladeira - 18.mar.20/Folhapress

BRASÍLIA A Polícia Federal concluiu que Jair Bolsonaro (PL) atentou contra a paz pública ao disseminar notícia falsa que relacionava a vacina contra a Covid-19 ao risco de se contrair Aids, além de incitar a prática de crime ao estimular as pessoas a não usarem máscara de proteção.

O relatório final da investigação foi enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) a menos de dez dias de Bolsonaro concluir o mandato. O relator do inquérito é o ministro Alexandre de Moraes.

"Jair Messias Bolsonaro, de forma direta, voluntária e consciente, disseminou as desinformações produzidas por Mauro Cesar Barbosa Cid, em sua 'live' semanal no dia 21 de outubro de 2021, causando verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos espectadores", afirmou a PF.

No documento, a polícia afirmou que o conjunto de informações coletados ao longo da apuração permitiram identificar a ocorrência de manipulações e distorções de conteúdo de publicações que serviram de base para os temas propagados por Bolsonaro.

De acordo com a delegada Lorena Lima Nascimento, o mandatário causou "verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos expectadores [da live], ao propagar a desinformação de que os 'totalmente vacinados contra a Covid-19' estariam 'desenvolvendo a síndrome de imunodeficiência adquirida muito mais rápido que o previsto', e que essa informação teria sido extraída de 'relatórios do governo do Reino Unido'".

Por tal conduta, a PF entendeu que Bolsonaro atentou contra a paz pública.

Quanto à segunda imputação, a de incitação à prática de crime, a polícia concluiu que o presidente disseminou desinformação de que vítimas da gripe espanhola teriam morrido em decorrência de pneumonia causada pelo uso de máscara e, com isso, teria "incutindo na mente dos espectadores um verdadeiro desestímulo ao seu uso [da máscara] no combate à Covid-19".

As infrações criminais estão previstas na Lei de Contravenções Penais (atentar contra a paz pública) e no Código Penal (incitar a prática de crime).

Procurado para falar sobre as conclusões da PF, o Palácio do Planalto não se manifestou.

A polícia deixou de enquadrar o mandatário formalmente nos dois delitos em respeito ao entendimento do STF de que pessoas com prerrogativa de foro no tribunal somente poderão ser indiciadas mediante prévia autorização.

Em relatório parcial em agosto, a PF já havia informado ao STF a existência de indícios de que o presidente e seu ajudante de ordens cometeram crimes na transmissão ao vivo pelas redes sociais.

A delegada encarregada do caso registrou que Bolsonaro foi intimado a apresentar sua versão sobre os fatos por intermédio da Advocacia-Geral da União. Ele não se manifestou, e a "inércia" foi "entendida como exercício de seu direito constitucional de permanecer calado". Não houve prejuízo à elucidação dos fatos, avaliou a Polícia Federal.

O inquérito sobre o caso foi aberto por Alexandre de Moraes em dezembro de 2021, atendendo a um pedido da CPI da Covid do Senado.

"Não há dúvidas de que as condutas noticiadas do presidente da República, no sentido de propagação de notícias fraudulentas acerca da vacinação contra a Covid, utilizam-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, revelando-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados", afirmou o ministro à época.

Considerado o braço direito de Bolsonaro e um dos seus principais conselheiros, o ajudante de ordens Mauro Cid foi indiciado pela polícia nos dois delitos. Cid é tenente-coronel do Exército.

"Mauro Cesar Barbosa Cid teria, de forma direta, voluntária e consciente, produzido textos inverídicos, a partir de material coletado na rede mundial de computadores, desvirtuando os conteúdos constantes das fontes de informação por ele utilizadas, com vistas a serem divulgados pelo presidente da República em sua live semanal", concluiu a apuração.

A PF destacou que o ajudante de ordens, nos esclarecimentos prestados nos autos do inquérito, demonstrou "descaso" quanto à produção das desinformações que serviram de base para realização da live presidencial e ao sustentar a "impossibilidade de ser criminalizada a 'liberdade de opinião' do presidente".

"Ocorre que não se tratou de uma mera opinião, conforme defendido por Mauro Cid, mas sim de uma opinião de um chefe de Estado, propagada com base em manipulação falsa de publicações existentes nas redes sociais, opinião essa que, por ter a convicção de que atingiria um número expressivo de espectadores, intencionalmente, potencialmente promoveu alarma", disse a delegada.

Além do caso das vacinas, Cid ainda é alvo de outras investigações relatadas pelo ministro Alexandre de Moraes, como a do vazamento do inquérito do ataque hacker ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a que apura a existência de milícias digitais.

Como mostrou a **Folha**, Cid teve o sigilo bancário quebrado após a Polícia Federal encontrar indícios de transações suspeitas em suas movimentações financeiras.

Conversas por escrito, fotos e áudios amealhadas pelos investigadores por meio da quebra do seu sigilo telemático sugerem a existência de depósitos fracionados e saques em dinheiro em sua conta.

O material analisado pela PF indica que as movimentações financeiras se destinavam a pagar contas pessoais da família presidencial e também de pessoas próximas da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

> **Bolsonaro, de forma direta, voluntária e consciente, disseminou as desinformações produzidas por Mauro Cesar Barbosa Cid, em sua 'live' semanal no dia 21 de outubro de 2021, causando verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos espectadores**
>
> **Polícia Federal**
> em relatório final de investigação enviado ao STF

Revogaço de sigilos decretados demandará decreto presidencial e reanálise de casos

Gêssica Brandino

SÃO PAULO A revogação dos sigilos decretados ao longo do governo de Jair Bolsonaro (PL) demandará um amplo processo de revisão por órgãos administrativos responsáveis por políticas de transparência, como a CGU (Controladoria-Geral da União).

Durante a campanha, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu emitir um decreto para revogar os chamados sigilos de 100 anos decretados sob Bolsonaro.

Entre os casos estão as restrições de acesso à carteira de vacinação do presidente, ao processo da Receita referente a Flávio Bolsonaro e ao processo disciplinar contra o ex-ministro Eduardo Pazuello.

A conclusão do grupo de trabalho de transparência apresentada no relatório final do gabinete de transição foi que a gestão Bolsonaro agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais para a transparência.

Como medidas a serem adotadas, o grupo recomendou que Lula determine a reavaliação pela CGU de imposição indevida de sigilo de 100 anos.

Outra sugestão é que o presidente determine que a Advocacia-Geral da União faça parecer vinculante sobre como o artigo da LAI (Lei de Acesso à Informação) referente à proteção de dados pessoais deve ser aplicado. A medida obrigaria o cumprimento pelas autoridades do Executivo.

A recomendação diz respeito ao dispositivo do artigo 31 da LAI que restringe por até 100 anos o acesso a informações pessoais que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém.

Para especialistas em transparência ouvidos pela **Folha**, a gestão Bolsonaro distorceu a lei e praticou abusos.

O advogado Bruno Morassutti, cofundador da Fiquem Sabendo, diz que a restrição de acesso não é sigilo e nem deve ser aplicada para agentes públicos no exercício de suas funções, lobistas e beneficiários de recursos públicos.

"A lei fala até 100 anos, e não 100 anos automaticamente, mas isso virou costume. O ideal seria que esse prazo só fosse aplicado para informações pessoais muito sensíveis, sempre de forma fundamentada, porque o princípio da LAI é transparência é a regra e o sentido é a exceção", diz.

"Os tais 'sigilos de 100 anos' são negativas de acesso à informação sob o argumento de que eram informações pessoais quando claramente não eram. Eram informações de interesse público", diz Marina Atoji, diretora de programas da Transparência Brasil.

A alteração do decreto que regulamentou a LAI para deixar claro que a norma não pode ser aplicada em casos de evidente interesse público foi recomendada pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas ao grupo de transparência da transição.

Além da interpretação distorcida, especialistas questionam os critérios para classificar sigilos sob Bolsonaro.

Segundo a LAI, o prazo máximo é de 25 anos para informações ultrassecretas, 15 anos para as secretas e 5 anos para aquelas de acesso reservado.

"Tivemos casos em que já havia um entendimento sobre a divulgação, mas, mesmo assim, a informação passou a ser negada de forma casuística, como punições a agentes públicos. No caso do Pazuello, não conseguimos ter acesso", diz Morassutti.

Júlia Rocha, coordenadora do Programa de Acesso à Informação e Transparência da Artigo 19, acrescenta que no caso do general a negativa de acesso teve como base a hierarquia militar, o que não justificaria a restrição. Por envolver as Forças Armadas, ela acredita que a revogação será mais complexa.

A LAI também prevê o sigilo para informações que possam colocar em risco a segurança do presidente e vice-presidente, esposas e filhos, até o término do mandato. Para especialistas, o registro de entradas e saídas dos filhos do presidente do Planalto não poderia ser lido de tal maneira.

Sobre o caso, Júlia Rocha explica que será preciso reavaliar a classificação que restringiu a informação. "A análise caso a caso é melhor para que se crie precedentes positivos e parâmetros para a aplicação do artigo 31 da LAI."

Valdir Simão, ex-ministro da CGU no governo de Dilma Rousseff, explica que Lula pode determinar a revisão de ofício pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, prevista no artigo 35 da LAI e que pode ser realizada a cada quatro anos. Segundo ele, a última vez em que isso ocorreu foi em 2016.

"O presidente da República pode constituir um grupo de trabalho específico e de alto nível para fazer a revisão de ofício e também se debruçar sobre os casos de pedidos de acesso à informação negados com base no artigo 31, sobre informações pessoais", diz.

Simão, ex-CGU, também sugere ao novo governo reestruturar o Conselho de Transparência e dar a ele total acesso às informações classificadas.

Para ele, a medida seria um salto em transparência e participação da sociedade, além de dar mais segurança para os funcionários da administração pública que classificam as informações.

"Há um fenômeno de apagão das canetas dos administradores por temor de responsabilização dos órgãos de controle. Nós precisamos mudar essa agenda e garantir a esse gestor público segurança nas suas decisões a partir da chancela de um conselho de transparência de alto nível."

Além das negativas de acesso à informação, a diretora-executiva da Open Knowledge Brasil, Fernanda Campagnucci, acrescenta que também será preciso analisar os problemas na transparência ativa, dados que deveriam ser disponibilizados pelo governo, mas foram retirados do ar.

Exemplo disso foi a decisão do Inep de deixar de publicar microdados sobre avaliações de ensino a partir de interpretação equivocada da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

"Pode ter um ato para dizer que esses dados têm que ser republicados. São decisões administrativas, que o próprio Executivo pode tomar, porque é simplesmente uma mudança de interpretação", afirma Campagnucci.

Júlia Rocha (Artigo 19) afirma que a LGPD não é inimiga da transparência e é preciso estabelecer diretrizes para a aplicação pelos órgãos públicos. "A LGPD serve para proteger a privacidade e intimidade de cidadãos frente ao Estado e grandes corporações, não para blindar pessoas públicas da sua obrigação de obrigatoriedade de transparência sobre seus atos", diz.

> **Os tais 'sigilos de 100 anos' são negativas de acesso à informação sob o argumento de que eram informações pessoais quando claramente não eram. Eram informações de interesse público**
>
> **Marina Atoji**
> diretora de programas da Transparência Brasil

Zambelli entrega arma à PF após decisão do STF

SÃO PAULO | UOL A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) afirmou que entregou na terça-feira (27) a pistola Taurus G3C e suas munições a agentes da Superintendência da Polícia Federal de São Paulo. Procurada pela reportagem, a PF disse que não presta informações sobre investigações em andamento.

Zambelli seguiu determinação do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Segundo a assessoria de imprensa da parlamentar, ela não chegou a ser intimada, mas cumpriu a decisão.

Por estar com o porte de armas suspenso, a bolsonarista solicitou que os agentes fossem até sua residência para fazer a coleta. Ela disse que irá recorrer.

"A deputada federal aguarda uma rápida apreciação de seu recurso, cuja defesa se encontra a cargo dos advogados Karina Kufa e Igor Suassuna. Zambelli ressalta que o porte de arma é essencial para sua proteção, em decorrência de diversos ataques e ameaças que recebe constantemente", diz nota da assessoria da deputada.

Gilmar Mendes atendeu a um pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) em uma ação sobre o fato de Zambelli ter apontado uma arma contra um homem negro, em São Paulo, na véspera do segundo turno das eleições.

Giovanna Galvani e Beatriz Gomes

Deixar de passar a faixa pode ser mais um ataque de Bolsonaro à democracia

Gesto simboliza decisão de manter país dividido; atual presidente planeja viajar e não ir à posse

Uirá Machado

SÃO PAULO Se Jair Bolsonaro (PL) confirmar seu plano de não passar a faixa para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na cerimônia de posse no dia 1º de janeiro, ele fará com isso seu último ataque à democracia antes de deixar definitivamente o cargo de presidente da República.

Mas, ao contrário de outros momentos de seu mandato, quando suas declarações golpistas vinham carregadas de ameaças concretas, dessa vez o retrocesso seria no campo simbólico —o que não o torna desprezível.

É que nada obriga Bolsonaro a entregar a faixa a Lula. A presença de um presidente na posse de seu sucessor é irrelevante do ponto de vista jurídico; tudo que a Constituição determina (artigo 78) é que o eleito e seu vice participem de sessão solene no Congresso para jurar cumprir as leis.

Ainda assim, segundo a antropóloga Lilia Schwarcz, não se deve desprezar a importância do ritual, que representa um momento de união acima das discordâncias partidárias.

"Entregar a faixa significa que o poder está sendo transmitido, que as diferenças políticas estão sendo superadas em nome da democracia, bem como os atritos e as divergências nos planos de governo que possam ter ficado mais evidentes durante a campanha", diz Schwarcz.

Não por acaso a cerimônia chamou tanta atenção em 1º de janeiro de 2003, quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB) vestiu o adereço em Lula. O gesto indicava a alternância pacífica de poder entre dois adversários políticos eleitos pelo voto direto. Era sinal de maturidade democrática.

Para Schwarcz, que é professora da USP, repetir aquela imagem seria importante neste momento em que o país se encontra dividido. "Significaria uma aposta no futuro e na lógica virtuosa da política, que sempre implicou a formação de consensos, não a manutenção de polaridades."

Bolsonaro planeja deixar o país até a próxima sexta-feira (30) para passar a virada de ano em Orlando, nos EUA, e, com isso, não participar da cerimônia de posse de Lula nem passar a faixa para ele.

Lula Marques - 1º.jan.03/Folhapress

Fernando Henrique Cardoso passa a faixa presidencial para Lula, em 2003

Pedro Ladeira - 1º.jan.19/Folhapress

Michel Temer passa a faixa presidencial para Jair Bolsonaro, em 2019

De acordo com o cientista político Fernando Limongi, professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, a recusa em participar desse momento "é sinal de despreparo, de falta de capacidade para representar a nação".

"Passar a faixa é ter a continuidade e a unidade do país como referências. Em outras palavras, deixar de passar a faixa é um ato de falta de patriotismo."

Pensada como símbolo do Poder Executivo, a faixa surgiu por ordem do presidente Hermes da Fonseca em 21 de dezembro de 1910. É feita de seda, com as cores nacionais; tem 15 centímetros de largura, traz o escudo da República bordado a ouro e deve ser usada a tiracolo, da direita para a esquerda.

Pelo decreto de criação, caberia ao presidente do Congresso Nacional ou do Supremo Tribunal Federal entregar o distintivo a cada novo chefe do Poder Executivo, mas a prática foi interrompida pouco mais de 20 anos depois.

Segundo a historiadora Isabel Lustosa, autora do livro "Histórias de Presidentes – A República no Catete", um mordomo do palácio presidencial escondeu a faixa para impedir que Getúlio Vargas a usasse.

Chamado Albino, ele trabalhava no Catete desde a época de Nilo Peçanha, antecessor de Hermes da Fonseca. Depois da Revolução de 1930, teria ouvido de Washington Luís (presidente de 1926 a 1930) um pedido para que só entregasse a faixa a alguém eleito pelo voto, o que não era o caso de Getúlio.

Em 1933, porém, comovido com um acidente sofrido por Getúlio, o mordomo enfim lhe deu o distintivo, dizendo que precisava daquilo para ser presidente de verdade.

Na conturbada história do Brasil, diversos presidentes eleitos não tiveram a oportunidade de passar a faixa para o sucessor, seja porque foram depostos, seja porque sofreram impeachment.

Mas o papelão mais lembrado ocorreu em 1985, quando João Baptista Figueiredo, último presidente da ditadura militar, recusou-se a participar da cerimônia de José Sarney. Sem querer, seu desrespeito reforçou o fim de um ciclo e o início de uma nova era.

Caso Bolsonaro imite Figueiredo, o sinal será outro, diz a antropóloga Lia Zanotta Machado, professora emérita da UnB.

"Ele estará manifestando seu inconformismo com a derrota e sua vontade de fazer oposição. Simbolizará mais do que isso: politicamente, estará demonstrando seu desrespeito, mais uma vez, à democracia."

Para Isabel Lustosa, há também um significado para o público bolsonarista: trata-se de mostrar que ele não liga para os rituais, porque seriam bobagens ou hipocrisias.

"É o tempo da grosseria, e o Trump está aí como bom modelo", diz Lustosa. "São regras da vida em sociedade [o que eles rejeitam], tal como dizer bom dia, agradecer, pedir licença."

"A liturgia do cargo", diz Lustosa, "[envolve] práticas que estabelecem determinados limites e funcionam como uma barreira civilizatória, digamos assim. Ao romper com elas, a turma do Bolsonaro não age de forma inocente. Seu objetivo é negar a importância e a seriedade das instituições".

Uma maneira de enfrentar essa possível desfeita seria criar uma nova tradição. Lilia Schwarcz diz que Lula poderia receber a faixa do povo brasileiro, por exemplo.

"Nada impede que ele inove no ritual, recebendo a faixa de negros e negras, indígenas, pessoas de várias regiões do país, pessoas da comunidade LGBTQIA+, crianças e adultos, pessoas até então anônimas", afirma.

Bolsonaro contraria centrão e veta R$ 10 bi em emendas não executadas

Thiago Resende e Cézar Feitoza

BRASÍLIA Às vésperas de deixar o cargo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) contrariou o centrão e vetou uma manobra do Congresso que daria sobrevida a quase R$ 10 bilhões em emendas parlamentares que ainda não foram executadas.

Por causa da demora na execução dessas ações (como obras e aquisição de grande porte), é comum que o contrato só venha a ser concluído meses ou até anos após a indicação da emenda.

Pelas regras atuais, as emendas de 2019 e 2020 que ainda não foram totalmente executadas serão canceladas no fim deste mês. O saldo, segundo dados obtidos pela **Folha**, é de aproximadamente R$ 10 bilhões —sendo que quase metade é de emenda de relator de dois anos atrás.

Os líderes dos principais partidos do Congresso articularam a prorrogação, até 31 de dezembro de 2023, do prazo para que as emendas de anos anteriores fossem executadas. O dispositivo foi aprovado na semana passada, mas foi vetado nesta quarta-feira (28).

A falta de empenho do Palácio do Planalto em auxiliar na execução de emendas de anos anteriores e na liberação de emendas de 2022 —que ficaram bloqueadas por quase seis meses— tem gerado embates entre a cúpula do Congresso e o Executivo.

O governo afirmou que o veto seria necessário porque a manobra do centrão era inconstitucional. Na justificativa publicada no Diário Oficial da União, Bolsonaro argumenta que a mudança na execução de emendas parlamentares dos anos de 2019 e 2020 não poderia ser feita por um projeto de lei comum.

O governo diz que a mudança, da forma como foi feita pelo Congresso, iria modificar a regra orçamentária de "caráter permanente", ao não considerar a periodicidade anual do orçamento público, e poderia dificultar o controle sobre as despesas.

Ao analisar o projeto em que constava a manobra, Bolsonaro também vetou um artigo para transferir todo o valor restante das emendas de relator de 2022 para o orçamento dos ministérios.

Apesar de deputados contestarem a decisão do governo, técnicos dizem que o veto não inviabiliza o plano de que parte dos recursos ainda seja usado até o fim do ano.

Um exemplo é uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional publicada nesta segunda-feira (26). O ato da pasta traz as regras para a execução dos recursos alocados na verba restante do próprio ministério e também na forma de emendas de relator.

A portaria que a pasta poderá executar os valores classificados como emendas de relator, mas sem seguir as indicações dos parlamentares.

As emendas de relator deste ano somam R$ 16,5 bilhões. Desse total, R$ 7 bilhões já passaram por todo processo orçamentário e, portanto, foram concluídas ainda em 2022.

Ainda há cerca de R$ 1,5 bilhão dessas emendas que foram empenhadas (foi feita a reserva no Orçamento). Porém, como a execução não foi concluída, o governo quer cancelar as emendas, o que irritou parlamentares.

O restante das emendas de relator —cerca de R$ 8 bilhões— foi bloqueado por falta de espaço no Orçamento.

Esse valor não foi usado nem empenhado antes da decisão do STF. Portanto, o governo ainda discute o que fazer com essa verba.

O Congresso aceitou transferir R$ 3,8 bilhões desse dinheiro para outras áreas, como para o cumprimento da Lei Paulo Gustavo, que prevê a transferência para estados e municípios ajudarem o setor cultural a se recuperar da crise causada pela pandemia.

Aliados de Arthur Lira dizem que o presidente da Casa tinha o plano de usar o restante da verba para atender, com recursos dos ministérios, a pedidos de emendas de deputados. Mas há resistência no Palácio do Planalto em viabilizar esses acordos.

Presidente mantém reclusão; agente é escalado para ir aos EUA

BRASÍLIA A quatro dias do fim de seu mandato, Jair Bolsonaro (PL) passou a quarta-feira (28) em silêncio, sem aparições públicas e sem realizar a reunião de despedida que havia convocado antes de viajar para os Estados Unidos, onde pretende passar a virada do ano.

Apesar de interlocutores terem confirmado que o presidente reuniria ministros para a despedida, Bolsonaro disse nesta terça (27) à CNN Brasil que a notícia do encontro era "fake" e que também não viajaria nesta quarta.

O presidente passou o dia no Palácio da Alvorada, residência oficial, onde recebeu políticos, como o senador eleito Magno Malta (PL-ES). Do lado de fora, apoiadores aguardavam a aparição de Bolsonaro, que não saiu para cumprimentá-los até a noite, quando eles tiveram que deixar o local.

Nas redes sociais, foi publicado um vídeo que exaltava números do governo, como de apreensões de drogas, entregas de moradias e digitalização de serviços públicos.

A expectativa é de que Bolsonaro passe o Réveillon em Orlando, nos EUA. Não foram divulgados, no entanto, informações sobre a viagem do mandatário ao exterior.

Um despacho no Diário Oficial da União desta quarta traz a informação de afastamento do país entre 28 e 29 de dezembro de um agente do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) "para compor a equipe de segurança de familiar do senhor presidente da República, em viagem à cidade de Miami".

O plano do presidente é se manter na política e liderar a oposição ao PT nos próximos quatro anos. Para isso, negociou com Valdemar Costa Neto, presidente do PL, a estrutura necessária para tentar seguir como líder do campo conservador no país.

A ideia é que o PL dê um salário a Bolsonaro equivalente ao teto constitucional do setor público. Além disso, ele deve usar uma casa alugada pela sigla em Brasília.

José Marques

política

TCU aposta em perfil colaborativo com Lula

Aproximação é conduzida por Bruno Dantas, que fez acenos a petista durante posse como presidente do tribunal

CENÁRIOS 2023

Constança Rezende

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) planeja para o próximo ano uma gestão colaborativa com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), numa aproximação costurada pelo presidente da corte, ministro Bruno Dantas.

Dantas é visto como um ministro político com fortes laços com o Congresso Nacional. Ele trabalha ainda para aumentar a influência da corte de contas e nutre a ambição de ser indicado para o STF (Supremo Tribunal Federal).

A perspectiva de um relacionamento sem sobressaltos com o Planalto ocorre após anos de atuação crítica do TCU em relação ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na posse como presidente do TCU, neste mês, Dantas fez acenos a Lula em seu discurso e disparou críticas veladas contra Bolsonaro. Afirmou que nos últimos anos o país vivenciou "verdadeiro retrocesso civilizatório", em que a fome e a pobreza, "que gradativamente se afastavam de nós, voltaram a atormentar o país em níveis elevados".

Dantas lembrou que, na data de sua posse, celebrava-se o Dia Nacional de Combate à Pobreza, instituído por uma lei sancionada por Lula em 2005.

Os elogios de Dantas a Lula foram lidos como mais um sinal de que o ministro tenta se viabilizar para uma das duas vagas que o petista poderá indicar no STF neste mandato (2023-2026). Lula foi à cerimônia de posse de Dantas. Bolsonaro faltou.

Em outro afago ao novo governo, Dantas elogiou publicamente nesta terça-feira (27) a escolha de Simone Tebet (MDB) para o Ministério do Planejamento de Lula.

"Simone Tebet no Ministério [do] Planejamento é o nome certo, no lugar certo, na hora certa. Ela poderá contar com o TCU para estruturar um programa robusto de avaliação periódica de políticas públicas, em busca de eficiência. Temos defendido isso há anos", disse Dantas nas redes sociais.

Dantas esteve na festa pela diplomação de Lula, organizada na casa do advogado

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversa com Bruno Dantas em sua posse como presidente do TCU *Mônica Bergamo - 14.dez.22/Folhapress*

> O TCU atuou de forma colaborativa e contribuiu para dar segurança jurídica a ações governamentais importantes para a sociedade
>
> **Ana Paula Silva Pereira**
> secretária-geral de Controle Externo do TCU

Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, em Brasília. O evento também teve entre os convidados auxiliares do petista e os ministros do STF Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes.

Antes de ser efetivado na presidência do TCU, Dantas comandou a corte interinamente de julho a dezembro. Foi, assim, o responsável por conduzir algumas ações do órgão até então inéditas e outras que foram alvo de críticas.

A corte se aliou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), presidido por Moraes, para fazer frente aos questionamentos infundados às urnas eletrônicas feitos por Bolsonaro. Em ação inédita, instalou uma auditoria nos boletins de urna para rebater o discurso golpista de bolsonaristas contra a efetividade e segurança do sistema de votação.

Em 2022, o TCU condenou o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e o ex-coordenador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol por gastos considerados indevidos com diárias e passagens. Dantas foi o relator dos processos, e a condenação foi criticada por contrariar parecer técnico dos auditores.

Ele abriu ainda um processo para ajudar no acompanhamento da transição do governo eleito. E recebeu críticas de auxiliares de Bolsonaro, incluindo o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil).

Ciro questionou a possibilidade de edição de um crédito extraordinário, por meio de medida provisória, para manter o Auxílio Brasil em R$ 600, uma das alternativas estudadas pela equipe de Lula para viabilizar a promessa de campanha. Integrantes do TCU opinaram que a manobra era juridicamente possível.

Em mensagem, Ciro ironizou a corte de contas, a qual, segundo ele, não pode tornar o "Poder Legislativo um órgão acessório" do tribunal, "pois feriria a Constituição". Cabe ao TCU auxiliar e prestar informações ao Congresso em temas que dizem respeito à execução orçamentária.

Ao analisar o perfil do TCU sob o comando de Dantas, a advogada Maria Augusta Rost, especialista em direito público, chama a atenção para outra mensagem dada pelo ministro em seu discurso de posse: a de que o TCU não é "mero órgão contábil", mas "guardião da essência dos valores republicanos".

"Se o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição Federal de 1988 e o Tribunal de Contas da União acautela os seus valores, estaria o presidente Bruno Dantas elevando a posição da Corte de Contas a um quarto poder? Habilidade institucional não falta. Porém somente o reconhecimento desse papel pelos outros Chefes de Poder é que poderá chancelar tal visão", avalia.

Em pareceres que desagradaram ao governo Bolsonaro, o TCU deliberou pela suspensão de veiculação de publicidade oficial em sites que propagam fake news e determinou a revisão das regras de governança pública sobre o financiamento de mídias digitais pelo governo federal.

O órgão também entrou em conflito com a Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) de Bolsonaro, quando a secretaria passou por cima de uma investigação do tribunal e fechou contrato de R$ 450 milhões em uma licitação que estava sob apuração por suspeita de favorecimento à empresa vencedora.

Além disso, a corte interrompeu uma licitação do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a compra de coturnos cujo valor previsto era de R$ 38 milhões. A decisão foi tomada porque, segundo o TCU, o certame não prezou pela busca dos menores preços, com ofensas ao princípio de economicidade e ao interesse público.

Além do mais, uma auditoria no programa Auxílio Brasil constatou possível pagamento indevido a 3,5 milhões de famílias, o que poderia gerar prejuízo de mais de R$ 2 bilhões a cada mês.

A secretária-geral de Controle Externo do tribunal, Ana Paula Silva Pereira, disse à Folha que existiram momentos de tensionamento como ocorre em qualquer governo, "quando o TCU aponta problemas e riscos que dificultaram medidas que o governo quer adotar".

"Em outros momentos o TCU atuou de forma colaborativa e contribuiu para dar segurança jurídica a ações governamentais importantes para a sociedade, antecipando riscos nas soluções que estavam sendo pensadas pelo governo", disse.

Para a próxima gestão, o tribunal quer instituir uma ferramenta que vai detectar possíveis irregularidades antes da conclusão de processos licitatórios ou obras do governo.

A intenção é que a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos só se pronuncie quando provocada e evite condenações futuras a gestores.

Os auditores teriam acesso a documentos já no momento da formulação de projetos para ter condições de apontar condutas que não estariam em acordo com a jurisprudência do TCU.

O modelo, no entanto, é visto por servidores como uma possível interferência do tribunal em ações do governo, uma espécie de "cogestão" da corte. A presidência do TCU nega que isso vá acontecer.

"O objetivo é que a atuação do TCU contribua para uma administração pública com foco em eficiência, transparência e integridade, incentivando a participação cidadã e a adoção de soluções consensuais", afirmou a secretária-geral do tribunal.

Pela Constituição, o TCU é um braço do Parlamento, um órgão de controle externo do governo federal que auxilia o Congresso na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da administração pública.

É responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país.

Entre brasileiros, 32% se veem como petistas, e 25%, como bolsonaristas, afirma Datafolha

Igor Gielow

SÃO PAULO Um terço dos brasileiros se diz petista, enquanto um quarto se define como bolsonarista. No meio do caminho, grupos semelhantes se veem próximos de um polo ou de outro, enquanto 20% dos eleitores se posicionam num centro equidistante deles.

Este é o retrato da polarização que cindiu a sociedade brasileira desde o começo da campanha eleitoral deste ano, captado em uma nova pesquisa do Datafolha, realizada nos dias 19 e 20 deste mês.

O pleito foi marcado pela inviabilidade de candidaturas afastadas das figuras do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do atual, Jair Bolsonaro (PL), derrotado por 50,9% a 49,1% dos votos válidos no segundo turno de 30 de outubro.

A chamada terceira via, que ensaiou nomes com Luciano Huck, João Doria, Sergio Moro e por fim acabou encarnada em Simone Tebet (MDB), foi dizimada no processo — a futura ministra do Planejamento de Lula teve meros 4,1% dos votos. O sempre candidato Ciro Gomes (PDT), se colocando como polo alternativo, ficou com ainda menos espaço (3% dos válidos). No levantamento, o instituto ouviu 2.026 pessoas em 126 cidades, com uma margem de erro de dois pontos para mais ou para menos.

Os entrevistadores apresentaram uma escala de 1 a 5 para os ouvidos, sendo que 1 significa ser bolsonarista e 5, petista. Na primeira categoria ficaram 25% e na segunda, 32%. No nível 2, mais próximo do presidente derrotado, se declararam 7%, e no 4, rumo ao petismo, 9%.

Já 20% se veem ocupando o ponto 3, de distância igual de ambos os lados, que não se viu materializada em uma massa eleitoral na campanha. De forma que deve interessar novas lideranças buscando espaço nessa avenida de duas pistas, o eleitorado mais jovem (16 a 24 anos) é o que mais se vê nessa neutralidade (33% dos ouvidos).

De forma geral, a análise dos estratos populacionais da amostra do Datafolha mostra que as preferências seguem a identificação de grupos com o petista ou com Bolsonaro.

Assim, entre aqueles mais pobres, que ganham até dois salários mínimos, se dizem petistas 40%, ante 21% de bolsonaristas. Como na intenção de voto aferida ao longo do ano, a curva se inverte nas menos populosas camadas superiores de renda: 30% de bolsonaristas ante 24% de petistas entre quem ganha de 2 a 5 mínimos, 25% a 21% de 5 a 10 salários e 40% a 13%, respectivamente, entre os mais ricos (mais de 10 mínimos).

As clivagens regionais se repetem. Na fortaleza lulista do Nordeste, 44% se declaram petistas puros. Já no bolsonarista Sul, são 35% de aderentes do presidente. De forma também mais óbvia, 63% dos que votaram em Lula se dizem petistas, e 56% dos eleitores de Bolsonaro se dizem bolsonaristas.

Datafolha: De 1 a 5, onde 1 é bolsonarista e 5 é petista, em qual número você se encaixa
Em %

Fonte: Datafolha presencial com 2.026 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 19 e 20.dez. A margem de erro é de 2 pontos percentuais

Moraes suspende trechos da Lei de Improbidade Administrativa

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), tornou mais duras as punições a agentes públicos e partidos políticos, com a suspensão de dispositivos previstos na Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

A decisão, na noite desta terça-feira (27), foi tomada em ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 7.236, ajuizada pelo Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público). A medida tem caráter liminar e ainda será referendada pelo plenário da corte.

Uma das suspensões de Moraes, relator da ação, dizia sobre a perda da função pública de servidores. A lei de improbidade, em seu artigo 12, determinava que a sanção só seria aplicada ao réu para o cargo que ocupava ao cometer a ilegalidade.

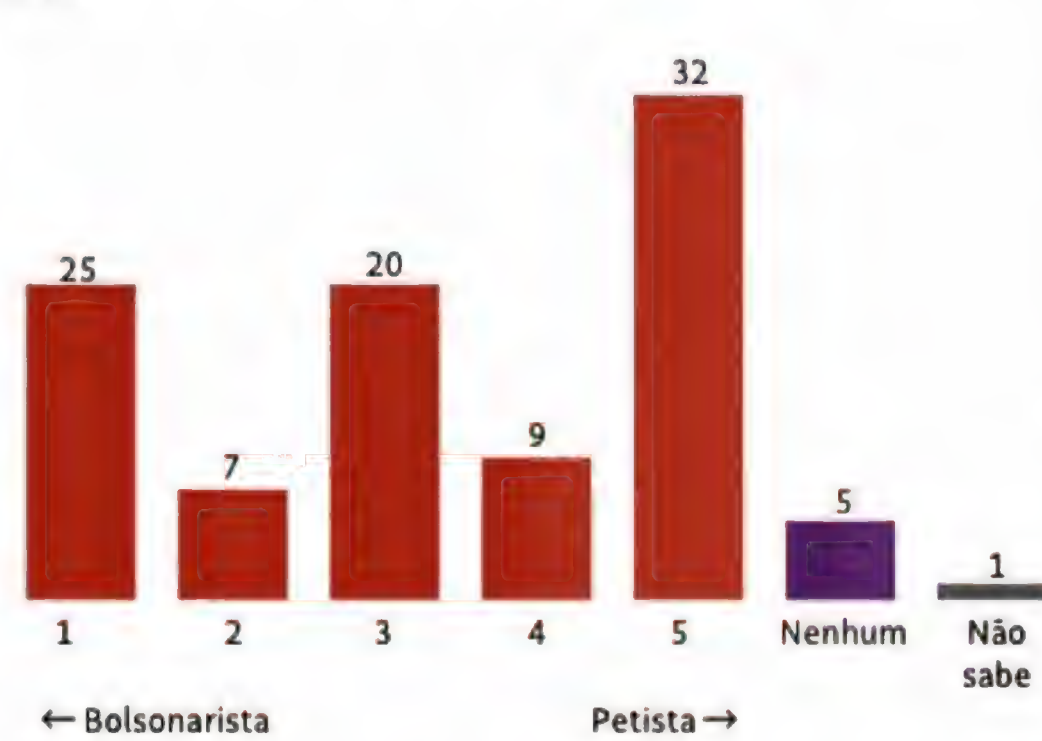
O ministro considerou que o dispositivo poderia eximir determinados agentes de possível sanção em caso de troca de função ou de demora no julgamento da causa.

Outro artigo falava dos atos que envolviam desvio de recursos públicos dos partidos políticos ou de suas fundações. Pela LIA, acusações de desvios seriam responsabilizadas nos termos da Lei dos Partidos Políticos, desconsiderada assim a punição por improbidade.

Segundo o relator, o tratamento diferenciado dado a esses casos desrespeita o princípio constitucional da isonomia. Ele também lembrou que partidos políticos "recebem vultosos recursos de natureza preponderantemente pública".

Para o vice-presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro, Francisco Zardo, a decisão, na prática, afasta a imunidade de partidos políticos.

Moraes também derrubou a norma que afastava a punição por improbidade nos casos em que a conduta questionada se baseava em entendimento diferente entre tribunais.

O ministro do STF suspendeu ainda o trecho que estabelecia que, na contagem do prazo de suspensão dos direitos políticos de um agente, o intervalo entre a decisão colegiada dos juízes e o trânsito em julgado da sentença condenatória (quando não pode mais haver recurso) deveria ser computado retroativamente.

Bolsonarismo aciona o modo terror

Não é delírio, é plano pensado, financiado e autorizado

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Enquanto teu tio desocupado passa a tarde na frente do quartel pedindo golpe e comendo churrasco na cadeira de praia com amigos de clube, seu parceiro de cerveja planeja atentado a bomba para aterrorizar o país. Atiçados pelo presidente da República e tolerados por agentes públicos, os executores do terror podem te matar sob o grito da pátria e da liberdade. Não é delírio, é plano pensado, financiado e autorizado.

No dia da diplomação de Lula, a violência coordenada pelas ruas de Brasília demonstrou, para quem duvidava, que os revoltosos que bloqueavam estradas e depois acamparam em circunscrições militares estão envolvidos em atividade criminosa. E que se beneficiam da complacência da cúpula governamental e militar.

Carros e ônibus queimados nas ruas evidenciaram a natureza do movimento. Autoridades de inteligência não só não os monitoraram como os acalentam na prática e no discurso. Nunca funcionou assim com movimentos que pedem justiça social.

O combo de crimes cometidos por cidadãos e autoridades de diversos níveis envolve abolição violenta do Estado democrático de Direito (art. 359-L, do Código Penal); incitação (art. 286, parágrafo único); associação criminosa (art. 288); crime de omissão imprópria de autoridades que têm dever de proteger indivíduos e patrimônio. Além de um variado conjunto de crimes conexos: de dano, de incêndio, de tentativa de homicídio etc.

Dias depois, por força do acaso (e por aviso de cidadão desconfiado), descobriu-se plano de atentado a bomba de grande proporção. Um empresário e atirador esportivo planejava provocar "decretação do estado de sítio" e "intervenção das Forças Armadas". A explosão ocorreria nos arredores do aeroporto e de subestação de energia. Em sua casa se encontrou arsenal de armas e explosivos ilegais.

Silêncio nos gabinetes do Planalto.

Não sabemos o que pode ocorrer na posse presidencial. Não é perigo genérico, ordinário e imprevisível, presente em qualquer grande evento. É perigo específico, extraordinário e previsível, facilitado pela leniência de autoridades irresignadas com a derrota eleitoral; e por grupos civis ilegalmente armados e embrenhados no extremismo bolsonarista.

Juristas têm desencorajado analistas políticos a usar o termo "terrorismo" para nomear o que assistimos. Explicam que, na lei brasileira, o crime de terrorismo só ocorre quando atos que intentam provocar pânico generalizado sejam motivados por "xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião", não por "manifestações políticas". Há uma variedade de crimes, mas não o de "terrorismo".

A ressalva jurídica ("pela lei, o crime não é de terrorismo") está certa. A recomendação terminológica ("não falem em terrorismo") está errada. Porque a lei e o direito não têm monopólio da linguagem crítica da política e da moral.

Se aviões da Al Qaeda derrubassem as torres gêmeas do Congresso Nacional, a lei brasileira não qualificaria como crime de terrorismo. Mas seria terrorismo conforme seu conceito quase universal (presente não só em leis estrangeiras e convenções internacionais, mas na teoria social): ato violento, com potencial de causar dano massivo à vida e à infraestrutura, que afeta civis inocentes e gera pânico para intimidar população e governo.

O bolsonarismo, enfim, escancara sua face terrorista. Face presente já na origem da biografia pública de Bolsonaro, que ameaçou explodir bomba contra instalações militares por melhores salários nos anos 80 (leia o livro "O Cadete e o Capitão", de Luiz Maklouf).

Existem autorizadores primários do terror: Bolsonaro, que mescla reclusão com incitações cifradas à "defesa da pátria"; as Forças Armadas, que não rechaçam publicamente pedidos de golpe e ataques ao resultado eleitoral, deixam ventilar interpretações alucinadas do art. 142 da Constituição, e tratam a pão de ló os patriotas no seu quintal; e Augusto Aras, cuja omissão está sacramentada nos anais.

Aras é o primeiro PGR da história a ser publicamente instado a agir por procuradores da República. É praticante da arte dos gestos ilusionistas e declarações anódinas. Referiu-se a movimentos golpistas como "rescaldo indesejável, porém compreensível", assegurou que "monitora" protestos e lembrou que criou "grupo de combate ao terrorismo". O grupo nada fez de concreto, exceto despertar risos involuntários em Flávio Dino.

Dino, ministro da Justiça de fato, ainda não de direito, já pratica atos de governo. Alexandre de Moraes suspendeu porte de armas na capital. Bolsonaro deve se ausentar do país antes da posse numa viagem com vasto uso de recursos públicos. A legalidade da fuga disfarçada, se ocorrer, é burlesca. Seu fim é patético. E deixa órfãos nos quartéis.

| DOM. Elio Gaspari | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso** | SÁB. Demétrio Magnoli

Zema tem como desafios destravar obras e ampliar apoio na Assembleia

Governador de MG diz que defenderá concessões e busca manter diálogo com o governo federal

Natália Cancian

O governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), discursa durante evento em São Paulo Zanone Fraissat - 21.out.22/Folhapress

BELO HORIZONTE Reeleito em primeiro turno em Minas Gerais com 56% dos votos, o governador Romeu Zema (Novo) terá como desafio em seu segundo mandato avançar na adesão ao regime de recuperação fiscal, medida defendida por ele para lidar com uma dívida de R$ 155 bilhões, e destravar obras de infraestrutura, como a construção de um rodoanel na região metropolitana, a ampliação do metrô e a conclusão de seis hospitais regionais.

Em entrevista à **Folha**, Zema, apontado como um dos possíveis nomes da direita para a eleição presidencial de 2026, também coloca entre os pontos-chave de sua gestão acelerar planos de concessões e privatizações de estatais, caso da Cemig (companhia de energia), por exemplo.

Para conseguir aprovar parte desses projetos, porém, o governador terá que articular uma base de apoio na Assembleia Legislativa, onde enfrentou entraves nos últimos quatro anos e ainda não tem maioria bem definida.

Também terá que enfrentar críticas de entidades e parlamentares que veem possíveis riscos a funcionários e consumidores com a entrega de estatais à iniciativa privada.

Em outra frente, Zema precisará abrir diálogo com o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para discutir projetos com contrapartida federal e novos recursos ao estado.

O cenário ocorre poucos meses após o governador se posicionar como um dos principais cabos eleitorais de Jair Bolsonaro (PL) nas últimas eleições e concentrar críticas ao PT na campanha.

Um primeiro movimento em busca de diálogo foi feito em novembro, em reunião do secretário estadual de infraestrutura de Minas, Fernando Marcato, com membros da equipe de transição sobre projetos que envolvem o governo federal —caso do leilão de concessão do metrô de Belo Horizonte.

O grupo Comporte Participações S.A. arrematou neste mês a estatal federal CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) em Minas Gerais e será a responsável pela gestão do sistema de metrô da capital mineira.

O governador criticou a tentativa de adiar o processo. "Fico impressionado como, quando você encontra a solução, vem alguém contrário. E infelizmente parece que essa é a linha do PT. É não querer que as coisas que não sejam deles deem certo."

A situação indica parte dos embates políticos que devem ser travados ao longo do novo mandato.

Um dos principais centros desses embates será a Assembleia Legislativa, onde Zema espera aprovar, já nos primeiros meses do próximo ano, a adesão de Minas ao programa do governo federal que permite aos estados renegociar dívidas com a União.

Desde agosto, a adesão é garantida por meio de liminar do STF (Supremo Tribunal Federal), mas falta amparo legislativo para consolidar a medida.

Outras propostas alvo de críticas, como a privatização da Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) e de companhias como a Cemig, Copasa e Gasmig, também são previstas para 2023.

Até o momento, cálculos de parlamentares aliados apontam que Zema teria 32 dos 77 deputados na base de apoio ao governo, número ainda insuficiente para garantir a aprovação de algumas propostas. Outros, mais otimistas, apontam que haveria ao menos 57 "com chance de diálogo".

"Mas, mesmo com base maior, não são assuntos fáceis de transitar", afirma o deputado estadual João Vitor Xavier (Cidadania).

Cristiano Silveira, deputado estadual pelo PT, concorda. "Ele [Zema] terá que saber o que é uma agenda mínima que dá para caminhar e o que não tem como negociar. A agenda das privatizações é uma que vai ter muita resistência, tanto por deputados que não vão estar de acordo quanto pelo caráter legal."

> "Estamos bastante confiantes de que teremos uma base para aprovar leis ordinárias e eventualmente PECs [propostas de emenda à Constituição] de concessões e privatizações
>
> **Romeu Zema (Novo)**
> governador reeleito de MG

Para Manoel Leonardo dos Santos, professor do departamento de ciência política da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), o governo terá que fazer concessões caso queira garantir uma base sólida.

"Isso envolve convidar partidos para fazer parte do governo e atender demandas programáticas. É uma negociação em que o governo precisa ser muito hábil", afirma. "Se o primeiro mandato foi da antipolítica, esse será da política na veia."

Ele lembra que o maior número de deputados na oposição (ao menos 20) pode levar Zema a ter um segundo governo com mais questionamentos e "recheado de CPIs".

"Para instalar uma CPI, precisa de 26 votos, e isso a oposição já tem", afirma.

À **Folha** o governador diz estar "confiante" de que conseguirá aprovar projetos. Para ele, a situação é melhor do que em 2018, quando foi eleito com apenas três parlamentares do Novo.

"Estamos bastante confiantes de que teremos uma base para aprovar leis ordinárias e eventualmente PECs [propostas de emenda à Constituição] de concessões e privatizações. Pode demorar um pouco, mas vamos conseguir", diz Zema, que afirma ver também maior espaço para ações a partir de 2023.

Pesam para isso a regularização nos repasses às prefeituras nos últimos anos e o pagamento em dia do salário do funcionalismo público, aponta. Por outro lado, Minas deve iniciar 2023 com déficit de R$ 3,6 bilhões no orçamento, o que ainda indica aperto nas contas.

Questionado sobre prioridades, o governador diz que pretende avançar na obra do Rodoanel na região metropolitana, feita também via concessão e motivo de embates com prefeituras, que apontam problemas no traçado e risco à bacia hidrográfica na região e a comunidades quilombolas. A previsão é iniciar as obras em 2024.

Em outra frente, o governo prevê ampliar ações de recuperação de rodovias e acelerar concessões de lotes de estradas e parques.

Outra bandeira é finalizar, em até dois anos, as obras de seis hospitais no interior que estavam paradas —algumas desde 2010. Os recursos devem vir de acordo com a Vale pela tragédia de Brumadinho.

Membros da oposição também prometem cobrar Zema sobre medidas para lidar com o agravamento da pobreza, tema não abordado de forma direta no plano de governo.

A nova gestão também deve enfrentar cobranças sobre temas polêmicos, como o aval para a exploração mineral na Serra do Curral, cartão-postal de Belo Horizonte.

Em novembro, a **Folha** mostrou que a Polícia Federal investiga a concessão de autorizações a duas mineradoras para operarem na serra. A suspeita é de não cumprimento de regras ambientais.

No dia 15 passado, a Justiça suspendeu licenças concedidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental para mineração no local. A decisão atendeu a pedido do Ministério Público Federal.

mundo

Lula enfrentará obstáculos para repetir política externa das gestões anteriores

África, destino importante nos primeiros mandatos, vive hoje disputa intensa entre EUA e China

CENÁRIOS 2023

Renan Marra

SÃO PAULO Recordista de viagens ao exterior entre ex-presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá retomar a política externa que chamou a atenção da comunidade internacional de 2003 a 2010. Mas, no terceiro mandato, repetir esse desempenho será mais difícil, devido a um cenário internacional bem distinto.

A Guerra da Ucrânia e a polarização entre EUA e China tornam os vetores de conflito maiores que os de cooperação. Paralelamente, o temor de uma recessão global e os impactos econômicos intensificados pela guerra na Europa, iniciada há dez meses, dificultam a construção de novas parcerias no curto prazo.

É num contexto geopolítico complexo que o presidente eleito tentará recuperar a imagem do Brasil após a gestão de Jair Bolsonaro (PL), ao mesmo tempo em que buscará retomar as relações com países desprezados por seu adversário e com órgãos de integração regional dos quais o país abriu mão, caso da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), da qual o Brasil se retirou formalmente em 2019.

"Na política ativa, que marcou os primeiros mandatos de Lula e que deverá ser retomada, há iniciativas em todos os tabuleiros. O país não fica restrito a um só tipo de jogo e procura ganhos em toda parte", diz o embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente na gestão de Itamar Franco e conselheiro emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). "Essa política ajuda a diversificar mercados, algo importante num momento de redução no nível de crescimento global."

Lula fez 157 viagens para encontros bilaterais durante os dois primeiros mandatos, o que representa média de 19,6 viagens por ano, de acordo com levantamento realizado pelo professor de relações internacionais da Universidade Federal de Pernambuco Rafael Mesquita. Argentina e Venezuela, países vizinhos, ficaram no topo dos mais visitados —foram dez passagens por cada um.

O líder petista visitou 79 países para estreitar vínculos bilaterais, numa política externa que ficou marcada pela valorização do entorno regional. Das sete nações mais visitadas, seis são sul-americanas. A política Sul-Sul abraçou também nações africanas: foram 28 viagens para países do continente.

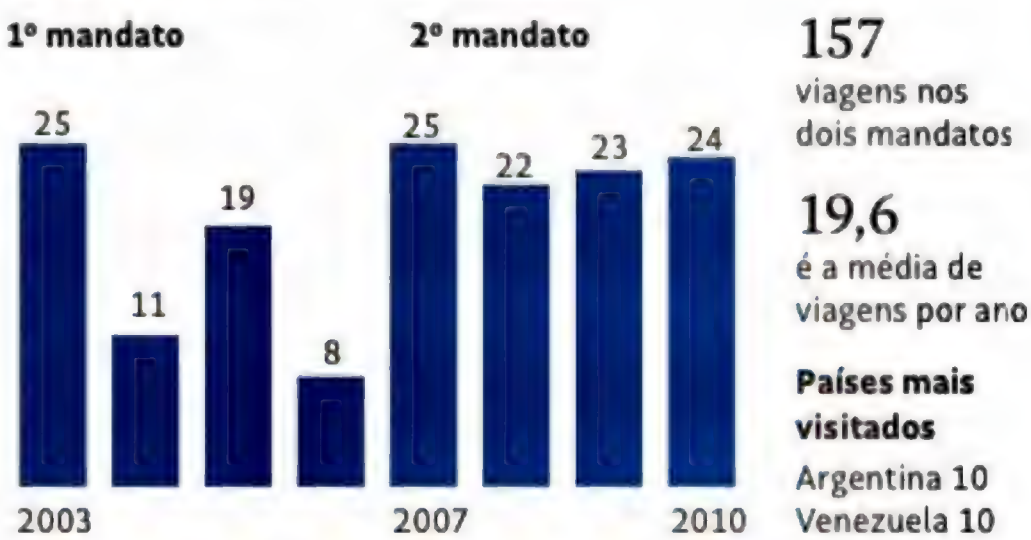
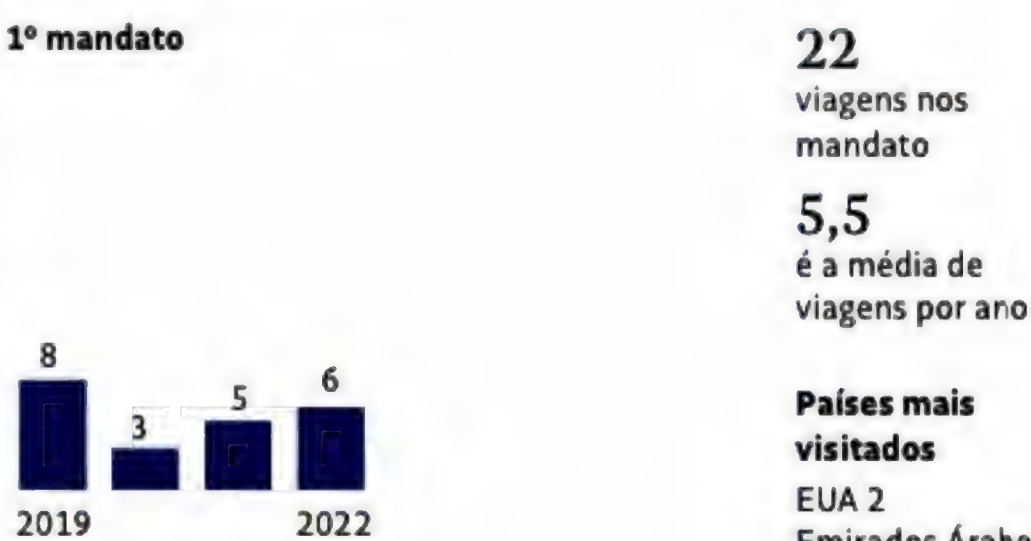
Os números são expressivamente maiores que os do atual presidente, por outro lado prejudicado pelas restrições impostas pela pandemia de coronavírus. Bolsonaro fez 22 viagens para encontros bilaterais durante o seu mandato, o que representa média de 5,5 por ano, concentrando os itinerários em nações alinhadas ideologicamente à sua agenda pessoal, casos de Hungria e Israel.

A política externa do presidente eleito terá de se adequar a um novo arranjo geopolítico. Nos mandatos anteriores, enquanto os países que formam o Brics —além do Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul— despontavam apenas como promessas, os EUA exerciam hegemonia política com capacidade de agir unilateralmente em temas sensíveis. Não é mais assim, em especial em relação a Washington.

A crise financeira de 2008, que estourou nos EUA e provocou recessão global, foi importante para a ascensão da China, país que hoje protagoniza embates com Washington na chamada Guerra Fria 2.0.

Em um mundo não mais dominado pelos americanos e hoje com alguns centros de poder, surgem mais possibilidades de criar alianças e barganhar de maneira a obter vantagens comerciais e políticas, afirma Lucas Leite, professor de relações internacionais da Faap (Fundação Armando Alvares Penteado).

"Isso poderia ter acontecido no caso do leilão do 5G no Brasil, mas não vimos", diz ele. O gigante chinês Huawei não participou do leilão da Agência Nacional de Telecomunicações para exploração do serviço no Brasil no ano passado, durante o governo Bolsonaro, aliado do então presidente dos EUA Donald Trump.

Lula tem maior média anual de viagens bilaterais

Fontes: Rafael Mesquita, professor de relações internacionais da Universidade Federal de Pernambuco e Pedro Feliú, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP

Se por um lado o Brasil pode negociar em condições mais favoráveis, por outro, com a disputa entre as superpotências, a meta da diplomacia brasileira deverá ser menos ambiciosa, diz Pedro Feliú, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP. "Hoje, por exemplo, existe uma competição mais acirrada na África entre EUA e China, o que dá menos espaço para o Brasil ganhar projeção no continente", afirma.

Foi numa tentativa de estreitar os laços diplomáticos e conter o avanço da influência chinesa sobre a África que Biden recebeu neste mês dezenas de líderes do continente em Washington. É também nesse contexto que a América do Sul voltou a ser alvo dos interesses americanos, já que, após o 11 de Setembro e o início da chamada Guerra ao Terror, em que os EUA passaram a priorizar ações e investimentos no Oriente Médio, a América Latina ficou fora do radar econômico da Casa Branca.

Ainda nos três primeiros meses de governo, Lula deverá visitar EUA e China, e, para Feliú, a proximidade das viagens representa uma sinalização de que o Brasil permanecerá neutro na disputa. Além das superpotências, Lula tem viagem marcada à Argentina, durante a qual se reunirá com o presidente Alberto Fernández e participará da Cúpula da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Na esteira da estratégia de fortalecer a diplomacia no entorno regional, Mauro Vieira, futuro chanceler, afirmou que as relações com a Venezuela, rompidas em 2019, serão restabelecidas no primeiro dia da gestão do petista. "Houve um baita investimento brasileiro na Venezuela. O Brasil ficou 15 anos investindo na relação bilateral e de repente rompe a relação diplomática? Isso não faz sentido", diz o professor.

O premiê designado de Israel, Binyamin Netanyahu, durante sessão no Knesset, em Jerusalém Ammar Awad/Reuters

Novo governo de Israel acirra disputa entre judeus

OPINIÃO

Daniel Douek

Cientista social, é mestre em letras pelo Programa de Estudos Judaicos e Árabes da USP e diretor do Instituto Brasil-Israel

Quem observa o Estado de Israel a distância ou tem pouca familiaridade com suas origens muitas vezes se surpreende ao descobrir que o país foi fundado por judeus seculares, para não dizer antirreligiosos.

Surgido na Europa no final do século 19, o nacionalismo judaico, ou "sionismo", resulta de um processo típico da modernidade, que possibilitou novas abordagens sobre a diáspora e a própria identidade judaica.

Se na perspectiva religiosa tradicional, a diáspora era vista como um castigo divino que só seria revertido na era messiânica, judeus assimilados, não incorporados plenamente pelos Estados europeus em formação, tomavam agora o destino em suas mãos para retornar à Terra de Israel.

A identidade judaica, por sua vez, foi concebida por eles como nacionalidade: um judeu era judeu tal qual um francês era francês. Nesse sentido, comportava múltiplas formas de expressão. Práticas religiosas normativas resistiam, segundo pensavam, como resquícios de outros tempos, mas estavam condenadas ao desaparecimento, sem que houvesse o que lamentar. O sonho dos fundadores do país era, assim, o de um Estado liberal, simultaneamente judaico (no sentido nacional do termo) e democrático.

Muita coisa mudou em Israel ao longo de seus quase 75 anos. E o governo que toma posse nesta quinta (29) tem um projeto bastante diferente. A coalizão de partidos ultraortodoxos e de extrema direita, além do Likud, de Binyamin Netanyahu, chega ao poder desafiando pilares sobre os quais Israel foi criado.

Só foi possível graças a uma série de fatores conjunturais, como o racha na esquerda e nos partidos árabes, a recusa do centro de fazer acordos com um primeiro-ministro que responde a três processos na Justiça, e a tentativa de Netanyahu de salvar sua pele, mesmo colocando o restante do país em risco.

Evidentemente, há os velhos problemas. Bibi entregou a administração dos territórios na Cisjordânia e o controle das fronteiras à liderança dos partidos mais radicais e já sinalizou a intenção de construir novos assentamentos. Para os palestinos, isso apenas escancara um processo que, há décadas, é denunciado.

A novidade é que judeus liberais também se tornaram alvo. Progressistas, seculares, religiosos não ortodoxos, feministas e pessoas LGBTQIA+ são vistos pelo novo governo como inimigos do Estado e do próprio judaísmo.

A batalha pela identidade de Israel deverá concentrar forças no enfraquecimento do Judiciário, que segue como o principal reduto do secularismo e vem servindo de contrapeso a legislações discriminatórias.

Essa é a frente que congrega interesses das três forças da coalizão. Netanyahu quer se livrar dos processos. Os ultraortodoxos desejam tornar o Estado mais judaico, e a extrema direita, mais nacionalista. Se funcionar, a educação pública deve sofrer mudanças. E até a Lei do Retorno, que hoje garante cidadania israelense a todo aquele que tem pelo menos um avô judeu, pode ser restrita àqueles que são considerados judeus pela ortodoxia, isto é, filhos de mãe judia ou convertidos.

Reações vêm acontecendo, na sociedade civil israelense ou nos Estados Unidos, principal núcleo do judaísmo liberal e onde reside a maior população judaica fora de Israel. Mesmo no Brasil há grupos se posicionando.

Diante dos acontecimentos, os limites da combinação entre o caráter judaico e democrático do Estado, comumente apontados pela população não judia de Israel, parecem cada vez mais claros. Se há algo a celebrar com o novo governo é a possibilidade de finalmente reconhecer que não pode haver segurança, liberdade e igualdade de uns se não houver segurança, liberdade e igualdade de todos.

Promotoria abre investigação sobre George Santos

SÃO PAULO A promotoria do condado de Nassau, no estado de Nova York, anunciou nesta quarta (28) a abertura de uma investigação contra o deputado eleito George Santos, que mentiu sobre sua formação educacional e seu histórico profissional durante a campanha a uma cadeira na Câmara dos Representantes dos EUA.

Em nota enviada à **Folha**, a promotora Anne Donnelly afirmou que as "inúmeras invenções e inconsistências associadas ao republicano são impressionantes" e que o político, um trumpista declarado, será processado caso algum crime seja descoberto na apuração.

"Os moradores do condado de Nassau [...] devem ter um representante honesto e responsável no Congresso. Ninguém está acima da lei, e, se um crime foi cometido neste condado, nós iremos acusá-lo."

Filho de imigrantes brasileiros, Santos admitiu que não se formou no Baruch College, de onde dizia ter um diploma, e que nunca trabalhou no Citigroup ou no Goldman Sachs, que constavam de sua biografia. As duas empresas afirmaram não ter qualquer registro de que ele tenha trabalhado para elas em algum momento.

A Constituição americana faz com que seja muito difícil impedir a posse ou mesmo expulsar congressistas —parlamentares só podem ser impedidos de assumir caso tenham violado pré-requisitos de idade, cidadania e local de residência definidos pela Carta. Falsificar registros financeiros de campanha, no entanto, é um crime federal.

Crepúsculo dos covardes

Bolsonaro ficará nos EUA se a pressão aumentar?

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista de O Estado de S. Paulo e O Globo

Bolsonaro, o chorão perdedor, escolheu o destino ideal para fugir. Fugir da responsabilidade cívica de passar a faixa a Lula; fugir da humilhação de testemunhar a explosão de alegria popular no dia 1º; fugir do olhar de tantos que enganou e ficaram acampados na chuva. E talvez, acima de tudo, fugir por algum tempo da decisão de fugir ou não da Justiça que há de bater à porta.

A Flórida é um estado, mas é frequentemente uma metáfora de declínio, alienação a incultura. Se Bolsonaro tivesse decidido ir direto para Mar-a-Lago, teria que desembolsar US$ 600 (R$ 3.150) por cabeça pela ceia de Ano-Novo, porque seu ídolo Donald Trump não dá desconto nem para puxa-sacos.

Se, como sugeriu, for passar "meses de descanso" na Flórida para se recuperar de quatro anos de ócio e vadiagem, o execrável capitão há de pedir ao filho Bannoninho para arranjar um rolê pelo clube decorado como um bordel luxuoso. Ele já conhece Mar-a-Lago, que visitou como presidente, em março de 2020, quando sua comitiva jantou sem máscara com membros já contaminados pelo coronavírus.

O problema é que o anfitrião potencial está numa fase péssima. Como seu plagiador carioca, está na mira das Justiças civil e criminal. Apesar de ter lançado uma terceira campanha presidencial há um mês, puramente para se blindar, Trump não põe o pé fora da Flórida. Quando sai do clube onde fica sua residência é para jogar golfe no outro clube que possui perto do aeroporto de Miami.

Além de não jogar golfe, o capitão monoglota não vai curtir outro passatempo do letárgico ogro alaranjado. Ficar assistindo ao filme "O Crepúsculo dos Deuses", favorito do republicano. Ambos os fracassados candidatos a dar golpe de Estado não têm senso de ironia, e Trump, anos antes de chegar à Presidência, já submetia visitantes a sessões de "Crepúsculo", a história da decadente e vaidosa ex-atriz de cinema mudo que vai enlouquecendo com ilusões de um retorno triunfal.

Assim como tantos que se locupletaram no poder em Brasília e hoje querem ver as costas do fascista de chinelos, até os mais rastejadores membros da corte de Mar-a-Lago não querem que Trump concorra em 2024. Nem os filhos gananciosos, que competem em cretinice com a prole do patriarca da Barra da Tijuca.

É possível que a pandemia tenha contribuído para aumentar o instinto paranoico e o ressentimento nesses dois facilitadores da morte em massa. Ambos vivem numa bolha refratária à introspecção e à realidade, protegidos por sicofantas raspando o que sobrou no tacho.

Trump não pode voltar permanentemente à luxuosa cobertura no centro de Manhattan e do poder financeiro e midiático, onde tantos iam lhe beijar a mão. Nova York é uma cidade predominantemente democrata, e toda a família, que também se debandou para a Flórida, seria regularmente vaiada, além de desprezada pela elite local. Mas é impossível imaginar o criminoso ex-presidente, aos 76, deixando o país para evitar a Justiça.

E o pior presidente da história brasileira? Se a pressão aumentar enquanto estiver na Flórida, ele vai dizer "se é para o meu próprio bem e felicidade geral da minha família, digo ao povo que vou ficando por aqui"?

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | **SÁB. Tatiana Prazeres**

China retomará emissão de passaportes a cidadãos do país

EUA, Itália, Japão e Índia impõem restrições a viajantes do gigante asiático

SÃO PAULO Em mais uma medida para afrouxar as restrições impostas para conter a Covid-19, a China anunciou a retomada da emissão de passaportes a cidadãos que queiram viajar a turismo ao exterior.

A decisão, divulgada na terça (27), pode enviar milhões de turistas chineses para outras nações asiáticas e europeias durante o Ano-Novo Lunar, que começa no próximo dia 22 —o feriado, geralmente, é o mais movimentado do país; neste ano, por exemplo, a China registrou 1,2 bilhão de viagens durante o festival.

Paralelamente, o regime afirmou que voltará a aprovar visitas de residentes da China continental a Hong Kong, região administrativa cada vez mais controlada por Pequim desde a repressão aos protestos pró-democracia de 2019.

O anúncio se soma a outras flexibilizações anunciadas pela ditadura chinesa nas últimas semanas, impulsionadas depois de milhares de chineses irem às ruas protestar contra a política de Covid zero.

As duras regras que confinaram milhões de pessoas mantiveram a taxa de infecção da China baixíssima, mas alimentaram a frustração da população e prejudicaram o crescimento econômico.

Ainda nesta semana, a Comissão Nacional de Saúde da China anunciou que, a partir de 8 de janeiro, deixará de exigir o cumprimento de quarentena a viajantes que chegam ao país. Hoje já não há restrições para chineses irem ao exterior, mas a nova regra tornará a volta deles para casa muito mais fácil.

O gigante asiático também retomará a implementação de uma política que permite o trânsito sem visto de até 144 horas para viajantes estrangeiros. Além disso, a extensão ou a renovação de permissões de entrada será restaurada, acrescentou o órgão nacional de imigração.

Dados da plataforma de viagens chinesa Ctrip mostraram que, meia hora após o anúncio do governo, as pesquisas por destinos internacionais populares aumentaram dez vezes. Macau, Hong Kong, Japão, Tailândia e Coreia do Sul foram os mais procurados. Segundo o site Trip.com, reservas de voos que partem do país aumentaram 254% na terça em relação ao dia anterior —em 2019, os chineses representaram 8% de todos os viajantes internacionais, de acordo com a Oxford Economics.

Mas outros serviços de viagens ouvidos pela agência de notícias Reuters indicaram que um retorno do turismo ao nível pré-pandemia deve demorar meses, já que os casos de Covid no país seguem em alta.

Médicos afirmam que os hospitais estão sobrecarregados, com até seis vezes mais pacientes do que o normal, a maioria dos quais idosos. Vídeos publicados em jornais estrangeiros, como o New York Times, mostram centros médicos lotados e pacientes atendidos no corredor das instalações. Recentemente, médicos de Pequim disseram que estavam sendo obrigados a trabalhar mesmo infectados.

No domingo (25), o regime anunciou que não divulgará mais dados diários de casos e mortes por Covid —nenhuma justificativa foi apresentada na ocasião. Dez dias antes, porém, havia declarado que o rastreamento de novos casos se tornara praticamente impossível desde a flexibilização das medidas de controle.

Ao definir o término da obrigatoriedade dos testes do tipo PCR e a permissão para quarentena domiciliar, os chineses passaram a realizar testes em casa, e a maior parte deles não comunica os resultados às autoridades.

Justamente devido ao agravamento da pandemia, governos estrangeiros reagiram ao anúncio chinês desta terça-feira e anunciaram restrições a turistas do país asiático. O primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, por exemplo, disse que exigirá um teste de Covid-19 com resultado negativo para viajantes da China continental e vai impor limites às companhias aéreas para o aumento de voos para a China.

Itália, Índia, Malásia e Taiwan também anunciaram medidas semelhantes, assim como os EUA, que acusaram a China de falta de transparência e disseram que vão exigir testes com resultado negativo de viajantes chineses. Já o governo da Alemanha descartou, ao menos por ora, novos controles.

Seja como for, o afrouxamento determinado por Pequim agradou parte do mercado: as ações de grupos globais de artigos de luxo, que dependem fortemente de compradores chineses, subiram na terça-feira. A China responde por 21% do mercado mundial de bens de luxo de 350 bilhões de euros (R$ 1,9 trilhão).

ENGAVETAMENTO COM MAIS DE 200 CARROS DEIXA UM MORTO NA CHINA
Acidente na ponte Zhengxin Huanghe, na cidade de Zhengzhou, nesta quarta (28), pode ter sido causado pela forte neblina na região AFP

Papa Francisco afirma que Bento 16 está 'muito doente' e pede orações

VATICANO | REUTERS O papa Francisco pediu orações pelo papa emérito Bento 16 nesta quarta (28), após dizer que ele está "muito doente". O pontífice fez o apelo ao final de sua audiência geral.

Em 2013, Bento, 95, tornou-se o primeiro papa em 600 anos a renunciar. Ele vive no Vaticano desde então. "Gostaria de pedir uma oração especial pelo papa emérito Bento, que, no silêncio, está sustentando a igreja. Lembremo-nos dele. Ele está muito doente, pedindo ao Senhor que o console e o sustente neste testemunho de amor à igreja, até o fim", disse Francisco.

Segundo o Vaticano, o papa visitou o antecessor logo após a audiência geral. Depois da declaração de Francisco, o Vaticano também disse que o estado de saúde de Bento 16 teve uma piora súbita nas últimas horas, mas que a situação está "sob controle" e que ele "recebe tratamento constante".

Até algumas semanas atrás, aqueles que viram o papa emérito disseram que seu corpo estava muito frágil, mas sua mente ainda estava afiada. Uma das últimas fotos conhecidas dele foi feita em 1º de dezembro, quando se reuniu com teólogos vencedores de um prêmio que leva seu nome.

Desde a renúncia, Bento vive num antigo convento nos jardins do Vaticano, com seu secretário, o arcebispo Georg Ganswein, além de outros auxiliares e de uma equipe médica.

Ele anunciou a intenção de renunciar em 11 de fevereiro de 2013, com a justificativa de que não tinha mais força física e espiritual para comandar a igreja.

Ele deixou o posto formalmente em 28 de fevereiro daquele ano, mudando-se temporariamente para a residência papal de verão ao sul de Roma, enquanto cardeais de todo o mundo iam a Roma para escolher seu sucessor. O argentino Francisco, o primeiro papa da América Latina, foi eleito em 13 de março de 2013.

Embora o atual pontífice sempre tenha elogiado o papa emérito, a presença de dois homens vestidos de branco no Vaticano às vezes era problemática. A ala conservadora da igreja viu Bento 16 como um porta-estandarte, e alguns ultratradicionalistas até se recusaram a reconhecer Francisco como pontífice legítimo.

mercado

Com vista para o Congresso, trabalhadores montam estrutura para a posse de Lula na esplanada dos ministérios Pedro Ladeira/Folhapress

Lula deve ter apoio para reforma tributária, mas não na trabalhista

Partidos de centro e centro-direita devem se juntar à base governista para mudar regras tributárias

Danielle Brant
e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O terceiro mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve encontrar um ambiente favorável à reforma tributária no Congresso, com disposição de partidos de centro e centro-direita a se juntarem à base governista na aprovação das mudanças, mesmo que com algum enxugamento.

O mesmo não se pode dizer sobre alterações, mesmo que pontuais, na legislação trabalhista aprovada durante o governo Temer, em 2017.

Em sua campanha eleitoral, Lula prometeu simplificação de impostos para que "os pobres paguem menos e os ricos paguem mais", redução da tributação sobre o consumo e uma nova legislação trabalhista com extensa proteção social a todas as formas de ocupação —com especial atenção aos que trabalham por conta própria e trabalhadores de aplicativos.

O PT considera que a tributária tem que ser uma das primeiras bandeiras do governo no eleito no Congresso, até para amenizar o impacto da PEC (proposta de emenda à Constituição) que tira R$ 145 bilhões do teto de gastos e autoriza R$ 23 bilhões em investimentos fora do limite, além de outras medidas.

Dentro da reforma tributária, a discussão referente ao consumo é tida como mais amadurecida após o Congresso ter se debruçado sobre duas PECs que simplificam a tributação no país: a 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e a 110, do Senado.

Apesar de ambos serem considerados bons textos pela equipe do petista, a PEC 45 deve ser priorizada, principalmente após o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicar o economista Bernard Appy para o cargo de secretário especial para a reforma tributária. Appy atuou como mentor do texto de Baleia Rossi.

A expectativa é que a alíquota única enfrente resistência no Congresso. Membros da pasta, porém, prometem incluir a Receita Federal no diálogo em busca de uma saída.

Para Débora Freire, professora de economia do Cedeplar da UFMG, o texto da PEC deve enfrentar resistências setoriais e pressão por um tratamento diferenciado ou pela exclusão de algum tributo na composição da alíquota única.

"No longo prazo, isso acaba prejudicando o potencial da reforma de harmonizar o sistema tributário e ter grande capacidade de fomentar o crescimento econômico."

A economista ressalta que o efeito da reforma tributária é maximizado quando é possível harmonizar as alíquotas, com a eliminação do efeito cascata de impostos. Segundo ela, a indústria estaria entre os principais setores beneficiados pela mudança.

Estudo da professora da UFMG em coautoria calcula que a reforma da tributação do consumo, como prevista no texto da PEC 45, teria capacidade de reduzir em torno de 2% o Índice de Gini –instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Freire ressalta que esse potencial impacto sobe para 3,2% quando é acoplado um mecanismo de devolução dos tributos sobre a cesta básica para as famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico.

Para o Sindifisco Nacional, hoje há excessiva participação da tributação sobre o consumo no país, o que contribui com a regressividade do modelo —ou seja, arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos.

Embora veja como positiva a potencial redução dos custos de implementação da legislação tributária pelas empresas, o presidente Isac Falcão afirma que a proposta "não ataca o problema central da tributação brasileira, que é a desigualdade" e defende que a reforma da tributação sobre a renda seja prioritária.

Na campanha, o presidente eleito prometeu aumentar para até R$ 5.000 a faixa salarial isenta de Imposto de Renda. Após a vitória de Lula, Lira sinalizou que votaria texto do deputado Danilo Forte (União-CE) que estende a isenção do IR para quem ganha até R$ 5.200. O PT, no entanto, articulou para que o projeto fosse discutido só em 2023.

A tributação de dividendos, por sua vez, teria respaldo do PT e de partidos de centro e centro-direita. A Câmara chegou a aprovar, em setembro de 2021, um projeto de Imposto de Renda que tributava em 15% lucros e dividendos, mas o texto parou no Senado — Lira defendeu publicamente em algumas ocasiões a taxação de dividendos.

> "No longo prazo, [a pressão de interesses setoriais] acaba prejudicando o potencial da reforma de harmonizar o sistema tributário e de fomentar o crescimento econômico
>
> **Débora Freire**
> professora de economia do Cedeplar da UFMG

No Congresso, uma ala defende a criação de um imposto sobre transações digitais. A proposta chegou a ser encampada pelo ministro Paulo Guedes, mas nunca foi tirada do papel pela resistência criada quando se compara com a extinta CPMF.

No que diz respeito a mudanças trabalhistas, a convergência cede espaço para a divergência. No início da campanha, Lula sinalizou que pensava em revogar a reforma trabalhista. Ao longo da campanha, modulou o discurso e passou a falar em revisar.

O PT critica pontos da mudança aprovada no governo Temer, como a jornada de trabalho intermitente. Mas avalia não haver apoio para alterá-los —partidos do centrão e de centro-direita já deram recados de que não aceitarão o que veem como "retrocessos".

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), defende a repactuação de itens. No caso do trabalho intermitente, a central sindical quer algumas regras —como quantidade de horas mínima por semana, por exemplo.

O governo eleito também tem como uma de suas metas regulamentar o trabalho por aplicativo. Para Patah, a formalização desses colaboradores não é uma questão pacificada. "Essa disputa vai ser longa e, enquanto não se resolve, temos no limbo uma série de adversidades para os trabalhadores das plataformas. Nossa ideia é criar alguma seguridade para o trabalhador", defende.

Na transição, o grupo técnico que tratou de trabalho e previdência defendeu o fortalecimento da atuação dos sindicatos e uma nova fonte de financiamento —sem recriar o imposto sindical. Com a reforma, a contribuição obrigatória, uma das principais fontes de renda dos sindicatos, passou a ser facultativa.

A economista e pesquisadora do Cesit da Unicamp Marilane Oliveira Teixeira vê a possibilidade de a negociação individual prevalecer sobre a coletiva como um dos aspectos "mais nefastos" introduzidos pela reforma.

Ela ainda lembra que o trabalho intermitente foi a principal vitrine da reforma trabalhista, com a promessa de gerar milhões de postos de trabalho. Mas destaca que o que se viu na prática, depois de cinco anos, não foi isso. "Representa menos de 0,5% dos vínculos formais no mercado de trabalho", afirma. Para a especialista, o único aspecto positivo da reforma foi o fim do imposto sindical. "Forçou os sindicatos a repensar sua forma de sustentação."

Propostas tributárias de campanha, em tramitação no Congresso e em estudos

- Reforma tributária solidária, justa e sustentável
- Simplificar e reduzir a tributação do consumo
- Garantir progressividade tributária (ricos vão pagar mais)
- Desonerar produto com maior valor agregado, tecnologia embarcada e ecologicamente sustentável
- Combate à sonegação

Fonte: Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil - Lula/Alckmin 2023-2026

COMO SÃO AS PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA
As mais avançadas no Congresso

1) PEC 45 - relatório deputado Aguinaldo Ribeiro
- Substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas
- Transição de seis anos em duas fases, uma federal e outra com ICMS e ISS
- Substitui a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda

2) PEC 110 - relatório senador Roberto Rocha
- Criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins
- Criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com fusão do ICMS e ISS
- Substitui IPI por um imposto seletivo sobre itens prejudiciais à saúde e meio ambiente
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, abastecido com recursos do IBS
- Restituição de tributos a famílias de baixa renda

3) PL 3887/2020 - proposta do Ministério da Economia (governo Bolsonaro)
- Criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins
- Mantida regra atual de desoneração da cesta básica

4) PL 2337/2021 - texto aprovado na Câmara
- Isenção do IRPF na faixa até R$ 2.500 e Correção de média de 13% nas demais faixas
- Desconto simplificado máximo de R$ 10.563,60 (hoje, limite é de R$ 16.754,34)
- Tributação de dividendos, com isenção para o Simples e lucro presumido
- Corte da alíquota-base do IRPJ de 15% para 8%
- Corte da CSLL em até 1 ponto percentual
- Fim dos JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal

COMO É A PROPOSTA DO GRUPO DOS SEIS (BERNARD APPY E OUTROS)

1) Tributação do consumo:
- nos termos das PECs 45 e 110, em tramitação no Congresso
- Substituição de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre valor adicionado (IVA), com arrecadação centralizada e gestão compartilhada (PEC 45)
- Possibilidade de ter um IVA federal e outros para estados e municípios (PEC 110)
- Substituir a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda

2) Tributação da renda do trabalho
- Atualização da tabela do IRPF mais correção anual pela inflação
- Alíquota adicional para rendas mais elevadas
- Limitação de benefícios fiscais
- Redução da contribuição patronal na parcela da remuneração superior ao teto do INSS

3) Tributação do capital
- Redução da alíquota sobre lucro das empresas e mudança na base de cálculo
- Tributação de dividendos e outras rendas por meio de tabela progressiva

4) Tributação de aplicações financeiras
- Elimina isenção para algumas aplicações (LCI, LCA, CRI, CRA e fundo imobiliário)

5) Regimes simplificados (Lucro Presumido e Simples)
- Reformulação para corrigir distorções que dificultam o crescimento das pequenas empresas, desestimular "pejotização" e baixa tributação da alta renda
- Pequenas do Simples devem pagar menos imposto; PJs de alta renda, mais

6) Tributos sobre o patrimônio
- Lei complementar sobre heranças e doações no exterior
- IPVA para embarcações e aeronaves
- Revisão do ITR (imposto territorial rural)

Fonte: Contribuições para um Governo Democrático e Progressista (agosto/2022)

Gasolina pode subir até 14% com impostos federais e ICMS maior

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Sem definição pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a prorrogação da isenção federal sobre os combustíveis e com o descongelamento do ICMS, um imposto estadual, o preço da gasolina no país deve subir, em média, 14,1% a partir do início do ano. A conta é do consultor Dietmar Schupp, especializado em tributação de combustíveis, que estima ainda alta média de 8% no preço do diesel e de 6,5% no preço do etanol hidratado.

Os aumentos refletem a volta da cobrança de PIS/Cofins e Cide a partir de primeiro de janeiro e aumentos nos preços usados pelos estados para calcular o ICMS (um imposto estadual) sobre os produtos, que estava congelado desde 2021.

Em meio ao debate sobre os impostos federais, 18 estados decidiram aumentar o preço de referência da gasolina comum. No caso do diesel S-10, 24 estados e o Distrito Federal vão elevar o valor. O preço para o cálculo do imposto sobre o gás de cozinha subirá em 19 estados e no Distrito Federal.

Para o ICMS, o maior impacto será sentido pelos consumidores de diesel. Segundo Schupp, a elevação do preço de referência resultará em alta média de R$ 0,16 por litro no preço do diesel S-10.

O ICMS tem menor impacto sobre a gasolina, mas prejudica também os consumidores de gás de cozinha em alguns estados. O impacto pode chegar a R$ 5,86 por botijão em Santa Catarina e R$ 5,01 no Distrito Federal.

Foram os estados com maior aumento no valor do ICMS sobre o produto —45,10% e 38,52%, respectivamente. Em outros dois estados, São Paulo e Rondônia, o impacto é superior a R$ 4 por botijão de 13 quilos, que custava na semana passada, em média no Brasil, R$ 108,73.

O Comsefaz diz que o ICMS é calculado com base em pesquisas que "refletem os preços médios efetivamente praticados pelo mercado" e que a redução do imposto por lei em março causou "verdadeiro subsídio tributário pela renúncia fiscal heterônoma, vedada pela Constituição".

A partir de abril, o imposto sobre gasolina e gás de botijão passará a ser cobrado em reais por litro, com alíquota unificada em todo o país. No caso da gasolina e do etanol, o modelo de cobrança ainda será debatido até março.

Até lá, estados defendem que continue valendo o sistema anterior, de revisões desses preços de referência a cada 15 dias com base em pesquisas nos postos.

Em nota, a Fecombustíveis, que representa os donos de postos, defendeu a manutenção da desoneração federal em janeiro e criticou a revisão dos preços de referência do ICMS antes do início da vigência da alíquota unificada.

A perspectiva de alta dos combustíveis já começa a pesar na expectativa de inflação para 2023. A Ativa Investimentos, por exemplo, calcula que a retomada da cobrança de impostos federais tenha impacto de 0,84 ponto percentual sobre o IPCA (o índice oficial de inflação do país) do ano.

Presidente do PDT, de Ciro, deve ficar com a pasta da Previdência

Lula já anunciou os chefes de 21 das 37 pastas que vão compor a Esplanada; expectativa é ter todos os nomes nesta quinta (29)

Julia Chaib e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente do PDT, Carlos Lupi, sinalizou à equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que deve aceitar o comando do Ministério da Previdência, posto que inicialmente não era atrativo para o partido, que buscava uma pasta com mais visibilidade.

Lupi ficou de dar uma resposta a Lula, com quem deve conversar entre esta quarta (28) e quinta-feira (29) para o petista formalizar o convite e o pedetista dizer se aceita ou não o cargo.

O presidente do PDT vinha conversando com o PT nos últimos dias para tentar negociar uma pasta que pudesse fortalecer o partido para as eleições de 2024 e 2026. A ideia é que fosse um ministério com ação "na ponta".

Na segunda, dirigentes petistas ligaram para Lupi pedindo que aceitasse a Previdência, afirmando que é um desafio para o próximo governo, por ter muitos nós a resolver.

O PDT vinha cobrando do novo governo espaço na Esplanada. Até semana passada, Lupi não havia sido procurado por Lula para discutir qual seria a participação do partido no terceiro mandato do petista.

Nos bastidores, integrantes do PDT temiam ficar para o final da fila na escolha dos ministérios. O objetivo inicial era que a pasta ajudasse o partido a aumentar sua força em nível nacional. O Turismo era tido como boa opção, mas foi oferecido ao União Brasil, após o nome do deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) enfrentar resistência.

O PDT declarou formalmente apoio a Lula no segundo turno após o petista endossar três propostas de Ciro Gomes, presidenciável pedetista que ficou em quarto lugar nas eleições. Ciro anunciou que acompanharia a decisão do partido, mas, em seu pronunciamento, fez críticas a Lula e não citou o petista.

Durante a campanha, Ciro fez uma série de ataques a Lula, principalmente após a pressão do PT pelo voto útil. Lupi lembrou das divergências entre o ex-governador Leonel Brizola e Lula.

Ciro terminou a corrida com 3,04% dos votos, atrás de Simone Tebet (MDB), que teve 4,16%. Lula recebeu 48,43% dos votos válidos e o atual chefe do Executivo, 43,20%.

Lula já anunciou os chefes de 21 das 37 pastas que vão compor a Esplanada. A expectativa é que o restante dos nomes seja divulgado até esta quinta-feira (29). No centro do imbróglio, estão ministérios como Cidades e Turismo.

+ GLEISI DEFINIRÁ CHEFIA DA CAIXA E DO BB

Caberá à presidente do PT, Gleisi Hoffmann, a escolha do comando da Caixa e do Banco do Brasil. Gleisi, que continuará no comando do partido, defende mulheres para a presidência dos dois bancos públicos. A demora na definição dos nomes, no entanto, se deve à dificuldade para selecionar executivas ligadas ao PT para os postos. Gleisi busca executivas nos quadros internos das duas instituições e até identificou algumas candidatas, mas boa parte delas é ligada a apoiadores do atual governo. A atual vice-presidente de Governo da Caixa, Tatiana Tomé de Oliveira, está entre as mencionadas. Para o BB, as cotadas são Taciana Medeiros, ex-administradora da Petros, e a executiva do BB Previdência, Ana Cristina de Vasconcelos. Gleisi também considera a presidente da BrasilPrev, Ângela Beatriz de Assis.

Quem é quem na equipe econômica de Lula

- Ministério da Fazenda — Fernando Haddad
  - Secretaria-Executiva — Gabriel Galípolo
  - Tesouro Nacional — Rogério Ceron
  - Receita Federal — Robinson Barreirinhas
  - PGFN — Anelize Almeida
  - Secretaria Especial para a Reforma Tributária — Bernard Appy
  - Secretaria de Reformas Econômicas — Marcos Barbosa Pinto
  - Secretaria de Política Econômica — Guilherme Mello
  - Secretaria de Assuntos Internacionais — Tatiana Rosito
  - Assessoria Especial de Assuntos Jurídicos — Fernanda Santiago
  - Caixa Econômica Federal — Cotada: Tatiana Tomé de Oliveira
  - Banco do Brasil — Cotadas: Taciana Medeiros, Ana Cristina de Vasconcelos, Ângela Beatriz de Assis
- Ministério do Planejamento e Orçamento — Simone Tebet
- Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos — Esther Dweck
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — Geraldo Alckmin
- Presidente do BNDES — Aloizio Mercadante
- Diretoria do BNDES — Nelson Barbosa, Tereza Campello, Alexandre Abreu, José Gordon, Natalia Dias, Luciana Costa, Luiz Navarro
- Ministério do Trabalho — Luiz Marinho
- Ministério da Previdência — Cotado: Carlos Lupi PDT

Tebet vai participar da elaboração de nova regra fiscal e fazer interlocução com o Congresso

Alexa Salomão e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A senadora Simone Tebet (MDB-MS) terá à frente do Ministério do Planejamento e Orçamento poder para influenciar discussões cruciais no futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre elas a nova regra fiscal que vai substituir o atual teto de gastos.

Pessoas próximas à senadora afirmam que essa é uma reforma natural para a equipe do Planejamento.

A futura ministra também está sendo aconselhada a adotar como carro-chefe de sua pasta a avaliação permanente de políticas públicas, conectando a prática ao processo de elaboração e execução do Orçamento — o que pode eventualmente contribuir para a melhora das contas.

A adoção dessa bandeira compensaria o risco de assumir um órgão esvaziado após sua tentativa frustrada de colocar sob seu guarda-chuva bancos públicos e ficar com uma gestão compartilhada do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), responsável por privatizações e concessões, apesar de o MDB ter pleiteado uma coordenação integral.

Segundo integrantes do PT, além de participar da formatação técnica da regra fiscal, a futura ministra tem cacife político e experiência para atuar como interlocutora junto aos parlamentares quando chegar o momento de discutir os detalhes dessa reforma no Congresso.

No entanto, há na ala política quem veja risco de uma maior projeção de Tebet nos temas econômicos e na articulação com o Congresso acabarem ofuscando a atuação de Fernando Haddad (PT) na Fazenda. Ambos são nomes tidos como presidenciáveis em 2026.

Tebet foi uma defensora do teto de gastos e tende a preferir um arcabouço que dê previsibilidade à despesa. Durante sua campanha à Presidência, disse que apenas um item poderia ficar de fora do teto, os recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

O programa da senadora não chegou a definir os parâmetros para uma nova regra fiscal, mas em linhas gerais o texto elaborado por seus economistas sugeria a reorganização da estrutura orçamentária de forma a priorizar o uso de superávits para educação, saúde, ciência e tecnologia, consideradas as bases para um crescimento econômico sustentável de longo prazo.

Colaboraram Julia Chaib e Renato Machado

+ HADDAD ANUNCIA 2 SECRETÁRIAS

A diplomata e economista Tatiana Rosito foi indicada para comandar a Secretaria de Assuntos Internacionais do ministério e a procuradora Fernanda Santiago para, assessora especial de Assuntos Jurídicos.

PAINEL S.A. | *Joana Cunha*

painelsa@grupofolha.com.br

Feriado

A lista de presença da cerimônia de posse de Lula deve ficar desfalcada de grandes nomes do empresariado no domingo (1º). Personalidades de peso, como Luiza Trajano (Magalu), Abilio Diniz (Carrefour) e André Esteves (BTG Pactual), não devem comparecer. Quem também não vai é Josué Gomes, presidente da Fiesp e filho de José Alencar, vice de Lula nos mandatos anteriores. Neste mês, Josué foi convidado para chefiar o novo Ministério da Indústria, mas não aceitou o cargo.

CALENDÁRIO Assessores atribuem as ausências a viagens marcadas para festas de fim de ano. A indústria será representada no evento por Robson Braga de Andrade, presidente da CNI. No setor financeiro, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, confirmou presença.

O RETORNO Depois de quatros anos distanciadas do governo durante a gestão Bolsonaro, as centrais sindicais vão abrir 2023 no movimento de reaproximação com Brasília. As entidades confirmaram presença na posse de Lula.

CONVITE Miguel Torres, presidente da Força Sindical, central vinculada ao Solidariedade, vai ao evento, assim como Sérgio Nobre, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), e Ricardo Patah, da UGT (União Geral dos Trabalhadores).

AMINIMIGOS A interlocução sindical com o governo vinha congelada desde o início da gestão de Bolsonaro. Foram raros os encontros de sua equipe com as entidades. Foi só em 2021 que o ex-ministro do Trabalho Onyx Lorenzoni tentou uma reaproximação.

VITRINE Enquanto as associações que representam lojistas de shoppings ainda reúnem os dados das vendas de Natal com atraso neste ano, as estimativas apontam um período de vendas fraco. Empresários do setor afirmam que seus resultados devem ficar entre 5% acima do patamar de dezembro do ano passado ou 5% abaixo, com casos pontuais de desempenho superior.

LEMBRANCINHA Os números melhores devem ficar concentrados em marcas de produtos de tíquete médio mais baixo, entre R$ 50 e R$ 60, de acordo com um empresário.

MOUSE Segundo Viktor Ljubtschenko, diretor da rede de lojas de pijamas e roupas íntimas Any Any, as vendas de Natal das lojas físicas empataram com o resultado de 2021. "No ecommerce, crescemos 5%, mas o tíquete médio caiu cerca de 10%. O varejo não está com grandes perspectivas", afirma. Andrea Duca, diretora da rede de roupas femininas Gregory, calcula alta mais expressiva no online.

DE VOLTA AO TRABALHO Com acesso restrito às suas redes sociais por decisão do ministro Alexandre de Moraes, Luciano Hang usou o perfil da Havan no Twitter para dizer que vai continuar na ativa no próximo ano. A fala do empresário pode significar uma mudança de rumo em relação às sinalizações que ele vinha fazendo de que cortaria investimentos no país em caso de vitória de Lula na eleição.

BRINDE "Em 2023, vou continuar motivando e incentivando vocês toda segunda-feira, para que possamos começar a semana juntos e animados", disse ele em um vídeo publicado nesta semana.

FAÍSCA Um incêndio atingiu, nesta quarta-feira (28), a filial da Havan em Vitória da Conquista (BA). Segundo a companhia, ninguém ficou ferido. Em nota, a rede do empresário Luciano Hang afirmou que a megaloja ainda estava fechada quando o incêndio teve início. "A causa do acidente será apurada em seguida pelas autoridades competentes", disse a Havan em comunicado.

FUMAÇA O Corpo de Bombeiros afirma que suas equipes foram atender o caso e que ainda não tem uma nota oficial sobre o ocorrido. No Twitter, o perfil da Havan disse que se solidariza com a filial de Vitória da Conquista. A unidade tem 6.300 metros quadrados de área construída.

ELEVADOR A taxa de vacância dos escritórios de alto padrão no Rio de Janeiro ficou em 34,5% no terceiro trimestre, segundo relatório da consultoria Newmark. O volume de ocupação foi o maior do no ano. Após um início tímido em 2022, a vacância caiu em todas as regiões da capital fluminense. Cidade Nova e Barra da Tijuca foram os bairros com as maiores quedas.

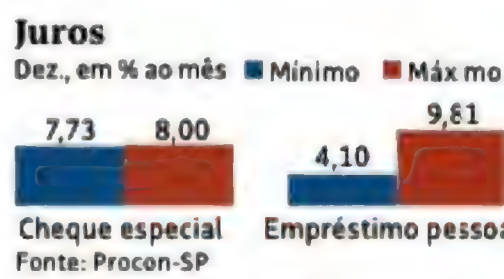
TÉRREO O indicador ainda está muito longe do registrado em 2012, quando a vacância rondava os 11% na cidade. A taxa chegou a 42% em 2018, pior percentual da série histórica. O preço médio de locação no 3º trimestre ficou em R$ 75,23 por metro quadrado. Em 2012, essa média chegou a R$ 138 o metro quadrado.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Dez., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máx mo

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência dezembro

Autônomo e facultativo			
Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 16.jan

MEI (Microempreendedor)			
Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.jan. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6.jan. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Teles querem apoio do BNDES para alavancar o 5G em 2023

Argumento é que tecnologia ajuda no processo de reindustrialização do país

CENÁRIOS 2023

Julio Wiziack

BRASÍLIA As operadoras de telefonia defendem que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) crie linhas especiais para financiar companhias interessadas em modernizar seu sistema produtivo com a tecnologia de telefonia 5G –a chamada indústria 4.0.

Hoje, apenas grandes grupos, principalmente da indústria e do agronegócio, testam a quinta geração. Nas montadoras, que já dispõem de um nível de automação elevado, o 5G tornará as cadeias de fornecedores mais integradas, ajustando a produção ao número de pedidos no mercado –o que evitaria superlotação dos pátios.

No campo, por exemplo, grandes empresas como Bom Futuro e SLC Agrícola já conectaram o maquinário pela rede de internet de altíssima velocidade para a troca de informações, em tempo real, sobre pragas, condições do clima e do solo, além de consumo de insumos. Isso foi feito a partir da instalação de infraestrutura exclusiva pelas operadoras para essas empresas.

A avaliação é que isso permite melhorar resultados e reduzir custos de produção.

Esse modelo de negócio se mostrou viável para as teles, porque permite que furem a fila do cronograma de cobertura do 5G definido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que prevê, em primeiro lugar, a conexão em cidades com mais de 500 mil habitantes.

Pelo interior do país e em áreas afastadas dos centros urbanos, as teles fecham contratos de parceria por meio dos quais ficam donas das antenas, mas todo o investimento na obra e nos equipamentos é pago pelo cliente.

As operadoras avaliam que, para acelerar essa expansão, o BNDES —sob o novo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)— deveria financiar tais projetos. Argumentam que a tecnologia 5G é, primordialmente, uma ferramenta para o mercado corporativo.

Para os consumidores em geral, a quinta geração só fará diferença significativa quando a nova safra de aplicativos chegar ao mercado –como telemedicina, educação à distância ou realidade aumentada. Até lá, a percepção do serviço será apenas de uma conexão um pouco mais rápida para os usuários.

Oficialmente, as teles ainda não discutiram o assunto com o futuro presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Esperam o início do governo para dar sequência ao pleito. Dizem que querem aproveitar a oportunidade, já que Lula delegou a Mercadante a tarefa de usar o BNDES para fomentar a reindustrialização do país, e o 5G seria uma das formas de modernizar as plantas industriais.

Para Marcos Ferrari, presidente da Conexis, associação que representa as operadoras desde 2013, o país vive uma estagnação econômica com perda de competitividade —com exceção do agronegócio. "A quinta geração pode ser um elemento decisivo para a modernização produtiva, mas os setores não têm incentivos para adotá-la", diz Ferrari.

> **A quinta geração pode ser decisiva para a modernização produtiva, mas os setores não têm incentivos para adotá-la**
>
> **Marcos Ferrari**
> presidente da Conexis

"O novo Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] pode criar uma política de incentivo à digitalização produtiva e o BNDES, linhas incentivadas para a modernização."

Projeções feitas pela Omdia, consultoria especializada em telecomunicações, indicam que o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil poderá aumentar US$ 1,2 trilhão (R$ 6,3 trilhões) até 2030, caso a tecnologia seja totalmente implementada no país.

Por setores, esse aumento do PIB deve ser maior nas áreas de tecnologia (R$ 1,3 trilhão), governo e manufatura (R$ 1 trilhão cada), serviços (R$ 800 bilhões), varejo (R$ 465 bilhões), agricultura (R$ 407 bilhões) e mineração (R$ 257 bilhões).

Consumidor final

Para os consumidores, a previsão é que o 5G estará funcionando em cerca de 50 cidades com mais de 500 mil habitantes até o fim de janeiro de 2023. A Anatel já deu sinal verde para que as teles instalem a infraestrutura para exploração comercial. Juntos, esses municípios concentram 32% da população nacional.

Com quase um terço da população coberta com o sinal, a indústria de aparelhos já ganha escala para trazer mais modelos, especialmente aqueles que conversam com as redes de 5G mais modernas.

Até o fim de 2022, havia entraves para que grandes fabricantes –como Apple, Nokia, Samsung e Ericsson– comercializassem aparelhos aptos a funcionar na rede 5G standalone –o chamado 5G puro. A Apple só liberou a atualização do software do iPhone para o sistema standalone em novembro.

Enquanto a popularização dos telefones 5G não ocorre, as operadoras vão prestando o serviço por meio do 5G non-standalone, que funciona com velocidade de 5G, mas com um tempo de resposta maior que 1 milissegundo entre a antena e os aparelhos.

Tecnicamente, o 5G só funciona em sua plenitude nas redes "puras". No entanto, essa infraestrutura exige muito mais investimento.

Para garantir esse padrão, as operadoras precisam instalar até dez vezes mais antenas de 5G para manter a cobertura em altíssima velocidade (até dez vezes mais rápida que a do 4G).

Embora a legislação federal tenha facilitado a construção dessas redes nas cidades, muitos municípios ainda resistem à modernização de suas leis locais. O tempo de espera em algumas capitais, segundo as operadoras, passa de quatro meses. Há casos em que a prefeitura analisa o pedido de instalação de antenas há mais de um ano.

Porto Maravilha, na região portuária do Rio Zô Guimarães/Folhapress

Paes pode abrir mão de R$ 4 bi da Caixa para destravar Porto

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), iniciou negociação com a Caixa Econômica Federal para abrir mão de cerca de R$ 4 bilhões previstos a serem investidos por um fundo gerido pelo banco na revitalização da zona portuária da cidade.

O objetivo é solucionar o impasse que se arrasta há mais de cinco anos no projeto.

A negociação aberta na atual gestão Jair Bolsonaro será mantida, na avaliação do prefeito, com a equipe do futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O arranjo visa acelerar o lançamento de unidades imobiliárias na região, premissa do projeto de reabitar a área atualmente abandonada.

Novos empreendimentos residenciais começaram a ser planejados para o porto nos últimos meses, mas o objetivo é ampliar o interesse do mercado, reduzindo o custo para os investimentos.

O eventual acerto entre prefeitura e Caixa, contudo, pode encerrar a maior PPP (parceria público-privada) firmada no país. Um acordo com a concessionária Porto Novo, responsável pelas obras e serviços na região, precisará ser firmado para rescindir o contrato ainda em vigor, mas suspenso em razão do impasse.

A revitalização da zona portuária foi iniciada em 2011 quando o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), gerido pela Caixa, comprou 400 mil metros quadrados de terrenos na zona portuária e 6,4 milhões de Cepacs, títulos imobiliários que autorizam a construção de prédios altos na região.

Ele pagou à vista R$ 3,5 bilhões, com dinheiro do FGTS, e se comprometeu a repassar outros R$ 6,5 bilhões —em valores atualizados— por 15 anos.

Era com a revenda desses terrenos e papéis que o banco manteria o cronograma de repasse acertado com o município até 2026. Esse valor seria repassado pela prefeitura para a Porto Novo realizar as obras e a manutenção da área.

Contudo, a crise econômica afetou o setor imobiliário e menos de 20% dos Cepacs foram vendidos.

Em 2015, o FGTS teve de aportar mais R$ 1,5 bilhão para manter o cronograma das obras e serviços. O objetivo era não afetar as inaugurações às vésperas da Olimpíada de 2016.

O fôlego extra só foi o suficiente até 2017, quando o FIIPM declarou insolvência, interrompeu os repasses e formou o impasse sobre o financiamento do projeto. Atualmente, a concessionária não atua mais na prestação dos serviços públicos da área, assumidos pelo município até a solução do caso.

Novos projetos no Porto Maravilha do Rio

— Área do Porto Maravilha - 5 km²

A Prefeitura do Rio de Janeiro afirma que a maior parte dos repasses ainda pendentes se referem a esses serviços públicos tocados pela concessionária Porto Novo. A avaliação é que o poder público pode assumir de vez esse trabalho, desonerando o fundo da Caixa de realizar novos repasses.

A única obra prevista ainda pendente tem como objetivo realizar melhorias na avenida Francisco Bicalho, área com maior potencial construtivo no projeto. Uma solução avaliada pelo prefeito é trocar essas intervenções, que tinha como objetivo atrair mais empreendimentos, por uma ampliação da área de uso dos Cepacs, incluindo o bairro de São Cristóvão.

A contrapartida exigida por Paes é a redução dos preços do Cepacs para revenda pela Caixa. A intenção é tornar a área mais atrativa para empreendimentos.

A expectativa do prefeito é que a nova diretoria da Caixa, na gestão Lula, avance nas negociações para solucionar o impasse, que já está na Justiça Federal.

Foi graças a Lula que Paes conseguiu acelerar a realização das obras da revitalização portuária. Em 2010, o petista, nos últimos dias de seu segundo mandato, autorizou o uso do FGTS em operações urbanas, viabilizando a compra em lote único de todos os títulos imobiliários da região. Isso acelerou os repasses à prefeitura para execução das intervenções.

Dez anos depois, como a Folha revelou em 2020, a Caixa afirmou numa ação na Justiça Federal que a operação urbana era inviável desde o seu início. Segundo a nova versão do banco, apenas um cenário improvável traria uma demanda a todos os 6,4 milhões de títulos adquiridos pelo fundo em 2011.

O cenário provável, feito antes da grave crise econômica do país em razão da pandemia do novo coronavírus, daria vazão a apenas 68% dos papéis adquiridos. Para o banco, houve "excesso de Cepacs e falha nos estudos e premissas que embasaram toda a operação".

"O volume potencial de área para a construção na região excede em muito a demanda do mercado do Rio de Janeiro, mesmo considerando um quadro de retomada do crescimento econômico", afirma o estudo finalizado em 2019.

A ação proposta tinha como objetivo justamente reduzir o escopo da PPP, a fim de reduzir as necessidades de repasses ao município.

Procurada, a concessionária Porto Novo não comentou as negociações entre Caixa e prefeitura.

O que pode ser o governo de esquerda?

Falta saber dos planos para a transição verde, o SUS, crianças, reforma urbana e ciência

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A gente tem se ocupado da politica e da politicalha de distribuição de ministérios. É inevitável, por motivos maiores e menores. Por exemplo óbvio, o método de partilha do primeiro escalão pode facilitar ou encrencar a vida do governo no Congresso. Precisamos agora saber o que vai ser feito do plano de governo, dos assuntos centrais, das novidades.

Dos temas críticos, mais se tratou foi de gastos do governo e de dívida. É crucial, básico. Mas daí apenas não sai um país.

Há indícios de boas intenções, boas diretrizes e gente capaz para levar a coisa adiante. Marina Silva deve ir para o Meio Ambiente. Já foi capaz, entre outras líderes de governos petistas, de reduzir o desmatamento amazônico, embora o ministério não se limite a isso e os bárbaros da destruição estejam soltos e audaciosos depois dos anos de trevas.

Nas diretrizes do programa de Lula 3 promete-se uma "transição verde", novidades econômicas, tecnológicas e ambientais. É uma das intenções mais animadoras do novo governo. Quem está encarregada de pensar, planejar e implementar o programa? É assunto de muito ministério, de agência governamental etc., é verdade. Mas precisa de coordenação, prioridades, linhas mestras, um "conselho pensador e gestor". Ainda não é possível ver como isso vai funcionar.

O SUS precisa ser maior e mais eficiente. Faz tempo padece de reforma grande. Assim, o Brasil corre o risco de passar por uma privatização da Saúde por inércia, na surdina.

A ideia de subir na vida está associada também a ter um plano de saúde privado, dadas as deficiências do setor público. Pouco se trata de SUS entre as vozes dominantes. Os mais ricos e remediados já vivem no mundo da saúde privada (a não ser quando seus planos e seguros os empurram para o atendimento público). Na epidemia, os mais bem de vida passaram a falar muito de SUS, onde raramente pisavam, porque era apenas ali que havia vacina contra a Covid. Depois, o zunzum morreu.

Quanto mais incentivo (como o desconto no IR) para a saúde privada e mais gente pagando por atendimento, menos força política terá o projeto ainda incompleto do SUS. Em termos sociais, sistemas de saúde com preponderância privada são mais ineficientes. Isto é, o gasto total da sociedade com saúde é mais eficaz se público, ao menos entre países da OCDE, o mundo rico.

Creche e educação infantil não são assuntos federais. Mas a União pode coordenar e incentivar um programa nacional para essa que pode ser uma grande mudança social. Ou seja, crianças pobres mais educadas e preparadas para o ensino fundamental, em ambiente seguro, com acompanhamento de saúde; condições para os pais trabalharem etc. Mas creche parece uma ninharia de assunto.

Coisa parecida se pode dizer de reforma urbana e "mobilidade". A desigualdade de acesso à terra das cidades, a falta de casa decente, a negação do direito de ir e vir, na prática, e a privatização do chão do transporte e dos bens públicos urbanos (distantes do pobre) estão entre as grandes selvagerias nacionais.

Há prioridade para a reforma tributária, a cargo do competente Bernard Appy. Mesmo um governo empenhado na reforma, porém, pode naufragar, pois o lobby empresarial e dos mais ricos pode emperrar tudo. Sem reforma tributária, atrapalha-se a destinação do capital para setores mais eficientes, o que contribui para a pasmaceira econômica. Mas há plano e prioridade, ao menos.

Há muito o que fazer em ciência e, conversa velha e malparada, na integração de pesquisa e produção (empresas). Seria preciso dinheiro e uma chacoalhada geral no sistema das universidades de pesquisa. Mal se ouve falar do assunto.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Compagas renova concessão e libera caminho para sua venda pela Copel

SÃO PAULO | REUTERS A distribuidora de gás Compagas assinou com o governo do Paraná a renovação de sua concessão por mais 30 anos, em um importante passo para que sua controladora, a elétrica Copel, possa realizar o desinvestimento do ativo.

Segundo comunicado da Copel divulgado na noite de terça-feira (27), a renovação do contrato da Compagas tem como principais diretrizes a adoção do modelo regulatório de tarifa teto, em substituição ao modelo atual "cost plus"; a remuneração com base no custo médio ponderado de capital (WACC), inicialmente de 9,125% a.a.; e uma Base de Remuneração Regulatória Líquida (BRRL) inicial de R$ 647,8 milhões.

O processo exige o pagamento de um bônus de outorga de R$ 508 milhões em favor do Estado do Paraná. Estão previstos investimentos (Capex) de R$ 2,5 bilhões a serem realizados ao longo dos 30 anos de concessão.

Dona de 51% da Compagas, a Copel tem planos de vender a totalidade de sua participação no ativo, que não integra seu "core business". Também são acionistas da distribuidora a Mitsui, com 24,5%, e a Commit Gás, da Cosan, com 24,5%.

Com uma rede de mais de 860 km de extensão, a distribuidora atende 53 mil clientes, dos segmentos industrial, comercial, residencial, de transportes e de geração elétrica no Paraná.

Grupo de transição quer postergar nova regra de venda de energia da Eletrobras

SÃO PAULO | REUTERS A equipe de transição para a área de minas e energia recomendou que o governo eleito avalie postergar a descotização das hidrelétricas da Eletrobras, um processo que começa em 2023, devido a potenciais impactos na conta de luz.

Cerne da privatização da maior elétrica da América Latina, a descotização permite que a Eletrobras possa vender a energia gerada por suas hidrelétricas por preços de mercado, em vez de um valor calculado pela agência reguladora Aneel.

Para alterar seus contratos via descotização e renovar as concessões de hidrelétricas, a Eletrobras pagou à União R$ 26,6 bilhões em bônus de outorga após a privatização, o que levanta questionamentos jurídicos, caso o governo eleito siga a recomendação.

Uma mudança no calendário de descotização poderia afetar contratos assinados pela elétrica na desestatização, realizada em meados deste ano, e teria efeito sobre o fluxo de caixa previsto.

Segundo analistas do Credit Suisse, mudar os termos assinados para oferecer um cronograma diferente para a descotização altera o equilíbrio econômico dos contratos, e não poderia ser implementado unilateralmente pelo governo sem uma discussão mais aprofundada.

A mudança do regime de comercialização que será progressiva e terá efeito no mercado livre de energia.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7487/2022
DECISÃO SOBRE RECURSO/HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Na qualidade de Secretário de Obras e Serviços Públicos, devidamente autorizado, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 08/2001 e nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, considerando o que consta nos autos e parecer jurídico anexo ao processo, sobre o recurso ofertado pela licitante Max Magazine Eireli, decido pelo IMPROVIMENTO do recurso ofertado mantendo-se a classificação e a habilitação da empresa Fortun Engenharia & Serviços Ltda; HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo cujo objeto é contratação de empresa especializada para construção um vestiário para o campo de futebol localizado no Sistema de Lazer, situado na Rua Dr. Miguel Couto, 151, Bairro Madre Paulina, no Município de Salto-SP, incluindo todo o material, equipamentos e mão de obra necessários, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e ADJUDICO o objeto à concorrente **Fortun Engenharia & Serviços Ltda**, no valor global da contratação de R$ 67.500,00(sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Estância Turística de Salto (SP), 28 de dezembro de 2022.
Sandro Roberto Stivanelli - Secretário de Obras e Serviços Públicos

Prefeitura da Estância Turística de Salto

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8191/2022
JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de construção da Unidade de Educação Infantil Residencial Fabri, a rua Cidadão Prestante Ernesto Perazzo, n.º 360, no bairro Residencial Fabri, Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, a cargo da Secretaria de Educação. Comissão Permanente de Licitação declara **HABILITADAS** as concorrentes S. Canton Engenharia e Construções Ltda, TM8 Construtora Eireli e Atlântica Construções, Comércio e Serviços Eireli, conforme documentação anexa ao referido processo. Nos termos do art. 109, I "a" da Lei 8.666/93, fica aberto o prazo de 05(cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos.

Salto (SP), 28 de dezembro de 2022.
Nestor José de França Filho - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 2601/2021 - PE 712/2022, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, ALÉM DA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE IMAGEM PARA O AUDITÓRIO DO CENFORPE RUTH CARDOSO. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/01/2023 – 9h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SENAI Nº 074/2022 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de ensaios laboratoriais, em atendimento à norma de desempenho das edificações – ABNT NBR 15575, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo I do Edital.

Data de abertura: 09/01/2023 – 09:30h – Pregoeira Cláudia Vital Rocha Soares.

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: **www.pe.senai.br** ou pelo telefone 81 3412-8300 / 8322, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 29 de dezembro de 2022.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 14/2022 – SEMOB

A **Prefeitura Municipal de Belém**, através de sua **Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP**, com sede à Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro de São Brás, por sua Comissão de Licitação, designada pelo Decreto Municipal nº 105.290/2022-PMB, torna público que, de ordem da Sra. Diretora-Superintendente Executiva de Mobilidade Urbana, no dia **07/02/2023**, às **09:00** hs, horário local, fará a **Abertura** da **CONCORRENCIA Nº 14/2022**, para **DELEGAÇÃO, POR MEIO DE CONCESSÃO, DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, NO MUNICÍPIO DE BELÉM, AGRUPADOS EM 02 (DOIS) LOTES DE SERVIÇOS, CADA UM CONTEMPLANDO UM CONJUNTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, BEM COMO, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS A ELE VINCULADAS E OUTROS SERVIÇOS CONEXOS, CONFORME ESPECIFICADO NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS COMPONENTES DESTE EDITAL, ESPECIALMENTE O PROJETO OPERACIONAL, O PLANO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO E O CONTRATO DE CONCESSÃO**, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Edital e seus Anexos estarão disponíveis a partir do dia 02/01/2023, para retirada gratuita no site comprasnet: **www.comprasgovernamentais.gov.br** e pelo site/portal da Prefeitura Municipal de Belém: **www.belem.pa.gov.br/licitação**

Local de realização: Auditório da SEGEP.

Maiores informações sobre os dados constantes deste aviso poderão ser obtidas através dos telefones 91 3202-9919/9920 ou pelo e-mail: **cplcglsegep@gmail.com**.

Belém/PA, 28 de dezembro de 2022
Silvio Nazareno Leal Costa
Presidente da CPL/PMB
Decreto Municipal nº 105.290/2022

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Pregão Eletrônico nº. 413/2022 do Processo Eletrônico nº. 6210.2022/0007152-9

Tendo por objeto:
"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de digitalização certificada de documentos (prontuários médicos e funcionais) mediante gerenciamento eletrônico de documentos inteligente e integração de informações assim como a guarda e arquivo de documentos físicos."

Esclarecimentos ao Edital

I – Quanto aos pedidos de esclarecimentos apresentados pela empresa Iron Mountain, a unidade requisitante manifestou-se:

1.Em relação aos documentos que serão coletados no parceiro atual, existe alguma base de dados com as informações dos documentos para reaproveitar?
Item 2.1.1: O acervo da CONTRATANTE contém 12.519 (doze mil quinhentas e dezenove) caixas em guarda externa, armazenadas em galpão situado na Região de São Paulo – Município de Barueri na Av. Gupe, 10.299 - Jd. Belval, Barueri - SP, 06513-010, que deverão ser retiradas e transferidas pela CONTRATADA em até 60 dias corridos, catalogados e armazenados. Há uma base de dados manual, porém, incompletas.

2.Entendemos que a aplicação das assinaturas em nome do operador de scanner e do supervisor (eCPF), tem por objetivo assegurar a integridade e rastreabilidade do processo. Considerando que a solução possui todo controle de acesso com os logs contendo os dados: nome do usuário, data e ação realizada, entendemos que essa solução em conjunto com a certificação digital (ICP-Brasil) em nome da Contratada (Pessoa jurídica), atesta que o documento é uma cópia fiel do arquivo físico, mantendo toda a rastreabilidade do processo. Entendemos também que troca de colaboradores, o que implicará na revogação dos certificados Ecpf fornecido pela empresa, resultará na revogação das assinaturas eCPF. Diante desse contexto, podemos considerar a assinatura digital em nome da companhia (eCNPJ), fornecendo todo controle e rastreabilidade das etapas?
Conforme ANEXO I do edital
2.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (QUANTO A GUARDA)
***2.3.1** A CONTRATADA deverá atender a Lei 13787 de 27/12/2018.*
***2.3.2** A CONTRATADA deverá atender a Lei 13709 de 14 /08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).*
Conforme edital,
ITEM 10 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
***10.7** Tendo em vista que a preservação das informações dos prontuários da CONTRATANTE é meta prioritária para os futuros trabalhos de digitalização, o Sistema deverá estar de acordo com o prescrito na Resolução 1821/07 do Conselho Federal de Medicina (CFM), com exceção ao selo de qualidade constante no artigo 10º, que está revogado. Em todos documentos digitalizados deverão constar certificação digital padrão ICP-BRASIL.*
Conforme consta no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde, versão 3.0, aprovado pelo CFM em sua Resolução 1821/2007, na questão de digitalização de documentos, no Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2):
Todo componente de digitalização deve possuir um par de chaves assimétricas e certificado digital associado. Todo documento digitalizado deve ser assinado pelo componente de digitalização com esta chave
O operador de digitalização deve assinar digitalmente o documento digitalizado, com certificado ICP-Brasil tipo A3 ou A4, utilizando o propósito "garantia de origem". O propósito de garantia de origem pode ser estabelecido incluindo o atributo assinado "commitment-type-indication" com o propósito genérico "id-cti-etc-proofOfOrigin"
O responsável ou conferente deve também assinar digitalmente o documento digitalizado, com certificado ICP-Brasil tipo A3 ou A4 utilizando o propósito "conferência". O propósito de conferência pode ser estabelecido incluindo o atributo assinado "commitment-type-indication" com o propósito genérico "id-cti-etsproofOfReceipt", enquanto não seja definido um propósito mais específico.
Entendemos que há necessidade de três certificações: uma do equipamento/sistema, uma do operador e uma do responsável/conferente. A certificação por parte do GED, poderá ser sim, eCNPJ (chave ICP-BRASIL), contudo as demais precisam ser pessoais para garantir não apenas a rastreabilidade, mas também por questão do sigilo que a manipulação desses documentos requer, atendendo LEI 13709 de 14 /08/2018.
Quanto a uma eventual revogação de certificado eCPF, a assinatura feita dentro do prazo de validade/vigência do certificado não perde sua validade.

3. Os prontuários estão alocados em caixas dentro de algum envelope ou pastas?
Os prontuários estão em pastas, com identificação nominal e de registro hospitalar, alguns poucos estão em envelopes de papel também com etiqueta identificadora, e as fichas de atendimento do Pronto Socorro estão grampeadas e separadas por data.

4. Os prontuários possuem algum código de barras com informações atribuídas ao paciente? Há alguma base de dados com informações do paciente que poderá ser fornecida para automatizar a indexação? Qual a média de páginas por prontuário?
Os prontuários não possuem código de barra, mas sim etiqueta contendo Nome e Registro Hospitalar - RH.
Não há base de dados para automatizar a indexação. Podemos ver a possibilidade de disponibilizar banco de dados com Nome e RH.
Não temos uma estimativa de páginas por prontuário. Pode variar de acordo com a evolução e quadros clínicos dos pacientes.

5. Em relação ao modelo do equipamento especificado, cujo a sua capacidade deve atender ao ciclo diário de 60.000 documentos, o entendimento é de que este equipamento não se faz necessário no Bureau, somente a digitalização do acervo atual, que ocorrerá nas dependências da Contratada, visto que a estimativa diária de documentos no Bureal é de 4.500 documentos, enquanto que volumetria estimada do acervo atual é de 24.200.000 de imagens, está correto esse entendimento?
A capacidade descrita para o equipamento de digitalização, conforme Item 1.8.7.1, deve ser instalada, prevendo também possíveis aumentos de prontuários diários.

6. Pode estimar o volume total de prontuários que representam o acervo atual de 24.200.000? Ou a média de páginas por prontuário? Pode estimar o volume total de prontuários que representam o acervo vegetativo de 1.700.000? Ou média de imagens por atendimento?
Temos registro de mais de 12.200.000 pacientes em nossa base de dados, porém nem todos devem ter um prontuário a ser digitalizado. Reiteramos que não há uma média de folhas para cada prontuário, variando da evolução, quadro clínico e internações de cada paciente.
O crescimento vegetativo foi estimado com base nas Fichas de Atendimento ambulatorial, atendimentos do Pronto Socorro e média de folhas acrescentadas durante as internações.

7. As consultas que ocorrerão no domicílio da Contratante são em relação ao crescimento vegetativo que eventualmente estejam em fase de processamento, correto? O entendimento é de que o crescimento vegetativo, após seu processamento (digitalização, certificado e disponibilizado na plataforma), será enviado para o local de guarda na Contratatada, correto?
Temos a esclarecer que está correto o entendimento da consulta na Contratante, e envio pós processamento do crescimento vegetativo, à Contratada.

II – Permanecem inalteradas todas as condições do edital, e mantida a data para abertura do certame as **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 30 (TRINTA) DE DEZEMBRO DE 2022.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)
PREGÃO Nº 46/2022 – PROCESSO Nº 140/2022 TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Objeto: Registro de Preços de serviços de montagem de cerca neste Município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 13/1/2023 (sexta-feira). O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone/fax: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 28 de dezembro de 2022.
ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 19/2022, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao departamento de nutrição desta fundação. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002022OC00018. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 02/01/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 16/01/2023 – às 09:00.

Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - Superintendente da FUNBEPE
Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2022 - PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2022 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: Aquisição de notebooks e Tvs Smart, destinados as salas de aula da EMEIEFS Antonieta Bim Storti. DECISÃO DO PREFEITO Pelas razões fáticas e de direito discorridas, e por não vislumbrar fato superveniente que possa luzir no seu juízo, decido ACOLHER da decisão do Pregoeiro e equipe de apoio, ou seja, desclassificar as propostas das empresas Marcel Masato Murai e Croma Equipamentos e Serviços Eireli EPP e inabilitar a empresa Tiago Pizzatto e manter incólume a decisão recorrida quanto a empresa Todon Comercial Ltda., para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o resultado da licitação, desenvolvida na modalidade Pregão sob nº 004/2022, na forma eletrônica, bem como todos os atos praticados pela Equipe de Apoio e Pregoeiro o objeto deste Pregão as empresas como segue: **- TODON COMERCIAL LTDA. – 46.961.564/0001-91, item 01 – valor unitário de R$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais). - ADRIANO AMORIM DA SILVA EDILBERTO ME. CNPJ 07.992.628/0001-60, item 02 – valor unitário de R$ 4.410,00 (quatro mil e quatrocentos e dez reais). - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA. CNPJ 65.149.197/0002-51, item 03 – valor unitário de R$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais).** Murutinga do Sul, aos 28 de dezembro de 2022. Cristiano Eleuterio Soares da Silva - Prefeito Municipal.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO SUSPENSA

EDITAL nº 47/2022 – P. E. 12/2022. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônico. NÚMERO: 12/2022. OBJETO: LICITAÇÃO DIFERENCIADA - Registro de Preços, para o prazo de 12 (doze) meses, visando à eventual aquisição de até 12.000 (doze) mil ampolas de substrato ONPG-MUG, para detecção via enzimática de coliformes totais e escherichia coli, em amostras de água (à incubação por 24 horas), por substâncias bases em teor salino e por compostos de inibição, com resultado em amarelo e azul fluorescente, embalados em unidade individuais, para amostras de 100ml de água e estáveis ao estoque entre 4° e 30°, por 10 (dez) meses, a serem utilizadas no laboratório de análises da Eta Peixe, destinadas à Coordenadoria de Tratamento de Água e Esgoto do Departamento de Água e Esgoto de Marília, conforme Anexo 01. Prazo 12 (doze) meses. **AVISO DE RETOMADA:** Tendo em vista a impugnação apresentada pela empresa Quimaflex e julgada improcedente, e em razão dela a suspensão do processo licitatório acima citado, fica designada nova data para a sessão de processamento do pregão para o dia 16/01/2023: **CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** até dia 16/01/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:** Dia 16/01/2023 a partir das 08:31 horas. **INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 16/01/2023 a partir das 08:40 horas no site www.bbmnet.com.br acesso identificado ao link-Licitações. Edital e Informações na Divisão de Licitações – Rua São Luiz, 359 - Marília/SP, fone (14) 3402-8510 ou no site acima citado. Marília, 28 de dezembro de 2022. Ricardo Hatori – Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222224

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222224 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22242022, até o dia 12.JAN.2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Dezembro de 2022. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 02/01/2023 às 14h — 2º Leilão: dia 12/01/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAU UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10134757708, firmado em 23/11/2015, no qual figuram como Fiduciantes **CLAYTON BASILIO RIBEIRO**, gerente de vendas, RG nº 33.041.532-3-SSP/SP, CPF/MF nº 296.236.088-29, e sua mulher **LILIANE SOARES RIBEIRO**, arquiteta, RG nº 29.358.686-X-SSP/SP, CPF nº 250.998.468-31, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 02 de janeiro de 2023, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.089.265,33 (Hum milhão, oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM PRÉDIO com a área construída de 115,97 m², situado na Travessa Guarda Mor, nº 52, e seu respectivo terreno, constituído de parte do lote N (identificado pela letra A do projeto de desdobro), na Vila Ana, Sítio Invernada, no 26º Subdistrito – Vila Prudente, medindo 4,00m de frente para a referida Travessa Guarda Mor, por 27,00m do lado direito de quem da travessa olha para o imóvel, onde confronta com o prédio nº 48 da Travessa Guarda Mor, 27,00m do lado esquerdo, onde confronta com propriedade de Raul Zimmermann, 4,00m nos fundos, onde confronta com propriedade de José Maier, encerrando a área de 108,00 m². Matrícula nº 216.777 do 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 12 de janeiro de 2023, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 544.632,67 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **À transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 154/2022-CO - REPUBLICADO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Menor Preço – para Prestação de serviços técnicos especializados para apoio no controle de trânsito, através da utilização de equipamentos e sistemas que de forma integrada executem, simultaneamente, a fiscalização de excesso de velocidade, o monitoramento do tráfego, registro e parametrização de imagens e dados dos fluxos de veículos, o cálculo do tempo médio de deslocamento de veículos entre dois ou mais equipamentos, geração de dados estatísticos, implantação de infraestrutura de comunicação de dados e imagens, além do fornecimento de sistema de informações e orientações aos usuários das rodovias, em tempo real e de forma centralizada, nas rodovias sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, divididos em 13 lotes:

Lote 1: DER/Sede;
Lote 2: DR.1: Divisão Regional de Campinas;
Lote 3: DR.2: Divisão Regional de Itapetininga;
Lote 4: DR.3/DR.4: Divisões Regionais de Bauru e Araraquara;
Lote 5: DR.5: Divisão Regional de Cubatão;
Lote 6: DR.6 - Divisão Regional de Taubaté;
Lote 7: DR.7: Divisão Regional de Assis;
Lote 8: DR.8: Divisão Regional de Ribeirão Preto;
Lote 9: DR.9: Divisão Regional de São José do RioPreto;
Lote 10: DR.10: Divisão Regional de São Paulo;
Lote 11: DR.11/DR.12: Divisões Regionais de Araçatuba e Presidente Prudente;
Lote 12: DR.13: Divisão Regional de Rio Claro;
Lote 13: DR.14: Divisão Regional de Barretos.

Orçado no valor de R$ 393.128.337,32 – prazo 12 meses.

O edital republicado poderá ser consultado e baixado no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital também poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta de preços (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos **até as 10 horas do dia 07/02/2023 na Sede do DER/SP**, na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório – Ala B.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar , na cidade de São Paulo, ou através do telefone 0XX(11) 3311-1583, 3311-1580 ou (11) 3311-1579 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou site: **www.der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site www.e-negociospublicos.gov.br

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação
Processo: Tomada de Preços nº 025/22.

Objeto: Modernização da piscina semiolímpica na EMEIEF Dr. Guilherme Filippo Fernandes - Parque do Sol. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 17/01/2023, às 14:00 horas.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2022** – COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MEDICAMENTOS INJETÁVEIS para o atendimento as necessidades das Unidades de Saúde e Serviço Móvel de Urgência (SAMU) de Jaboticabal/SP**. O encerramento dar-se-á no dia **18 de janeiro de 2023 às 08h30**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 28 de dezembro de 2022.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transporte de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves sobre Canaletas e Pneus no Estado de São Paulo - SINDFICOT-VLP

CNPJ/MF 67.142.174/0001-60
Rua Barão de Iguapé nº 339 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP 01507-000
Fones: 3341-2006/3277-2124 - e-mail: sindficot_presidencia@ig.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam pelo presente Edital, em conformidade com os Artigos 30 e 33 do Estatuto Social, convocados todos os Trabalhadores em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transporte de Passageiros, Urbanos, Suburbanos, Intermunicipais, Interestaduais, Turismo e Fretamento, Prestadores de Serviços no Sistema de Transporte de Passageiros nas Empresas Públicas, Gestoras, Gerenciadoras e Permissionárias no Estado de São Paulo, exceto ABC e Baixada Santista, associados ou não, para comparecerem e participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Barão de Iguapé nº 339, Liberdade, São Paulo, SP em 31 de dezembro de 2022, às 09h00 com quórum de 50% mais um em primeira chamada e com qualquer número de participantes em segunda chamada uma hora após, a fim de votarem a seguinte "Ordem do Dia": **(01) - Previsão Orçamentária para o ano de 2023, (02) - Avaliação do balanço contábil das contas da Diretoria, do exercício do ano de 2021, (03) - Outros.**

São Paulo, 28 de dezembro de 2022 - Diretor Presidente: **Geraldo Abílio de Meireles**

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 3275/2021 - PE 717/2022, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES AO RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO, PRÉ-PREPARO, PREPARO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES E LANCHES AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS LOCAIS DE CONSUMO (UNIDADES ESCOLARES), EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/01/2023 – 9h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

AVISO DE SUSPENSÃO
CREDENCIAMENTO Nº 03/2022
PROCESSO Nº 2993-9/2022

Avisamos aos interessados que o processo administrativo nº 2993-9/2022 - **CREDENCIAMENTO Nº 03/2022** - que trata do CREDENCIAMENTO de empresas para atuarem como Administradora de Benefícios ofertados por Operadoras de Planos de Saúde particular, coletivo e empresarial, devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objetivando a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no País, com padrão de enfermaria, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, aos servidores ativos e ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura Municipal de Jaboticabal, **publicado** no Diário Oficial da União – Seção 3, no dia 07/12/2022, página 362; no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção 1, em 07/12/2022, páginas 368/369; no jornal "Folha de S.Paulo", edição do dia 07/12/2022, página A17 e jornal Oficial do município, edição do dia 06/12/2022, página 1, cujo **encerramento dar-se-ia no dia 04 de janeiro de 2023, às 09h00**, fica SUSPENSO, em função da necessidade de reavaliação do objeto.

Jaboticabal, 28 de dezembro de 2022.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Prorrogação de Licitação. Processo Nº 0213.2022.PREG-III.PE.0144.SAD. Objeto: Registro de preços corporativo para a eventual aquisição de Material Médico-Hospitalar – Seringas e Agulhas Hipodérmicas, para atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Valor máximo estimado: R$ 8.576.541,50 (oito milhões quinhentos e setenta e seis mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos). Por motivos operacionais, informa-se a prorrogação da entrega das propostas: até 05/01/2023, às 14h e início disputa: 05/01/2023, às 14h15min (Horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7760. **Wagner Lima, Pregoeiro III.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO

Aviso de Abertura. Processo Nº 0181.2022.PREG-III.PE.0120.SAD.HOF. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de lençóis, tecidos e cobertores para suprir as necessidades do Hospital Otávio de Freitas, por um período de 12 (doze) meses. Valor máximo estimado: R$ 3.981.520,0000 (Três milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos e vinte reais). Entrega das propostas: até 11/01/2023, às 14:00 h. Início disputa: 11/01/2023, às 14:15 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7760. **Wagner Lima, Pregoeiro III.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 44.689/2022. PP nº 94/2022. às 09:30 horas do dia 16/01/2023. OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Preparo de Merenda Escolar, incluindo o Pré Preparo, Preparo, Distribuição aos Alunos, Supervisão e Conservação das Áreas de Serviço e Estoque.
a) Luciano Correa dos Santos – Secretário Municipal de Educação
2) PA nº 42.432/2022. PP nº 95/2022. às 09:30 horas do dia 17/01/2023. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Hortifrutigranjeiros para os Alunos das Unidades Escolares do Município de Cotia.
a) Luciano Correa dos Santos – Secretário Municipal de Educação
3) PA nº 42.433/2022. PP nº 96/2022. às 09:30 horas do dia 19/01/2023. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Alimentos Perecíveis para os Alunos das Unidades Escolares do Município de Cotia.
a) Luciano Correa dos Santos – Secretário Municipal de Educação

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE RIBEIRÃO PRETO RESUMO DA PEREVISÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2023

RECEITA TOTAL		2.085.600,00
RENDA TRIBUTÁRIA/ ASSISTENCIAL		1.856.800,00
Constribuição Sindical - 1 direta	6.800,00	6.800,00
Contribuição Assistencial	1.850.000,00	1.850.000,00
RENDA SOCIAL		8.800,00
RENDA PATRIMONIAL		220.000,00
RENDA EXTRAORDIÁRIAS		
MOBILIZAÇÃO DE CAPITAIS (venda de bens)		

CUSTEIO TOTAL			2.085.600,00
	Cont. Sindical	Rendas Proprias	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.040,00	1.151.731,80	1.153.771,80
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.760,00	797.728,20	802.488,20
OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS		26.680,00	26.680,00
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		102.660,00	102.660,00
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS			
APLICAÇÕES DE CAPITAL			

Assembléia geral ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2.022

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Acha-se republicada na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a licitação na modalidade pregão eletrônico **14/2022/FPBRN**, processo 78.297/2022, destinada à serviços de transporte mediante a locação de veículos. A abertura das propostas dar-se-á no dia **11/01/2023** às **09h00**, no site www.bec.sp.gov.br, através da oferta de compra **260030000012022OC00024**. As propostas serão recebidas no site a partir do dia **29/12/2022**. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imesp.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.bec.sp.gov.br ou www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser efetuados através do sistema BEC e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barretos, REVOGA o processo licitatório 3039/2021, com fundamento no artigo 49 da Lei Federal nº 8666/93. Objeto: Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse.

Barretos, 27 de Dezembro de 2022.
Maria da Graça Oliveira Lemos - **Superintendente Interina**

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222236

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222236 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22362022, até o dia 12.JAN.2023, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Dezembro de 2022. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

bradesco — EDITAL DE LEILÃO — MILAN LEILÕES

1º LEILÃO: 19/01/2023 Às 15h - 2º LEILÃO: 23/01/2023 Às 15h

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO PAULO - SP. BAIRRO VILA ERNA** Rua Marquesite Louise Riechelman, nº 260. Apto nº 41, (4ºandar) do Ed. Ana Luisa, c/ direito ao uso de uma vaga de garagem indeterminada. Área Priv. 52,47m². Matr. 130.866 do 11º RI Local. Obs. Ocupado. (AF). 1º Leilão: 19/01/2023, às 15h. **Lance mínimo: R$ 459.136,59** e 2º Leilão: 23/01/2023, às 15h. **Lance mínimo: R$ 323.626,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON LINE

1º Leilão: dia 09/01/2023 às 14h — 2º Leilão: dia 16/01/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON LINE

1º Leilão: dia 10/01/2023 às 11h — 2º Leilão: dia 17/01/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi – preposto em exercício**), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **EURO SECURITIZADORA S.A.** [illegible]

[illegible] ... e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA
AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022 – PROCESSO Nº 112/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para a execução de obras de implantação de galeria de águas pluviais para melhorias na microdrenagem urbana da Avenida da Saudade, localizada entre a Av. da Saudade e a Rua Nivaldo Hernandes e Rua João Demétrio, Votuporanga-SP, com latitude: -20.428874 e Longitude: -49.985795, conforme projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo anexo. **ENTREGA DOS ENVELOPES (PROTOCOLO):** Documentos de Habilitação e Propostas no **dia 01 de fevereiro de 2023 às 14h00. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa, Eng. Ambrósio Riva Neto da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, **de 29 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023**, das 8h às 16h, nos dias úteis, ou ainda pelo site www.saev.com.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9195.

Votuporanga, 28 de dezembro de 2022.
Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente

INTERSINDICAL - CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL DA INTERSINDICAL - A Direção Nacional da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, CNPJ 20.937.429/0001-17, através de seu Secretário Geral, nos termos do estatuto social da entidade, CONVOCA todas as entidades, oposições sindicais e movimentos sociais filiados, a participarem do CONGRESSO NACIONAL DA INTERSINDICAL, a ser realizado nos dias 10, 11 e 12 de março de 2023, na Rua Tamandaré, 348 - Liberdade, São Paulo - SP, conforme programação a ser disponibilizada na página eletrônica e nas redes sociais da entidade. A pauta do Congresso será a seguinte: 1) Análise de Conjuntura; 2) Balanço; 3) Resoluções; 4) Plano de Lutas; 5) Eleição e posse da direção nacional (gestão 2023-2025). Os critérios para tiragem de delegados estão estabelecidos nos termos do estatuto, e de acordo com a convocatória que será disponibilizada por correspondência eletrônica, e que ainda, poderá ser solicitada através de mensagem para o endereço eletrônico: intersindical.central@gmail.com. São Paulo, 29 de dezembro de 2022. **Edson Carneiro** - Secretário Geral

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33300272909
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Dezembro de 2022

1. Data, Horário e Local: Aos 06 (seis) de dezembro de 2022, às 14:00 horas, na sede social da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos regimentais e presença da totalidade dos membros. **3. Mesa:** Presidente: Jean-Charles Henri Naouri; Secretária: Aline Pacheco Pelucio. **4. Ordem do Dia:** (i) Análise e deliberação acerca da proposta de emissão de ações no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia e do respectivo aumento de capital; (ii) Análise e deliberação acerca do Calendário de Eventos Corporativos para o ano de 2023; (iii) Análise e deliberação acerca da composição dos Comitês de Assessoramento da Companhia. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1** Análise e deliberação acerca da proposta de emissão de ações no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia e do respectivo aumento de capital: os Srs. membros do Conselho de Administração discutiram sobre (i) o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020 ("Plano de Remuneração") e (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020 ("Plano de Opção", em conjunto com o Plano de Remuneração, os "Planos") e decidiram: Em decorrência do exercício de opção de compra de ações das Séries B6 e B7 do Plano de Remuneração e das Séries C6 e C7 do Plano de Opção, aprovar, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social e observado o limite do capital autorizado da Companhia, o aumento do capital social da Companhia no valor de R$1.571.593,87 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), mediante a emissão de 181.920 (cento e oitenta e um mil, novecentas e vinte) ações ordinárias, sendo: (i) 23.442 (vinte e três mil, quatrocentas e quarenta e duas) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,01 (um centavo) por ação, fixado de acordo com o Plano de Remuneração, totalizando o valor de R$234,42 (duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) relativas ao exercício da Série B6; (ii) 139.610 (cento e trinta e nove mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$10,65 (dez reais e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado de acordo com o Plano de Opção, totalizando o valor de R$1.486.846,50 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), relativas ao exercício da Série C6; (iii) 7.931 (sete mil, novecentas e trinta e uma) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,01 (um centavo) por ação, fixado de acordo com o Plano de Remuneração, totalizando o valor de R$79,31 (setenta e nove reais e trinta e um centavos), relativas ao exercício da Série B7; (iv) 10.937 (dez mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$7,72 (sete reais e setenta e dois centavos) por ação, fixado de acordo com o Plano de Opção, totalizando o valor de R$84.433,64 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), relativas ao exercício da Série C7. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias ora emitidas terão as mesmas características e condições e gozarão de forma integral dos mesmos direitos, benefícios e vantagens das ações ordinárias existentes na presente data, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia. Tendo em vista o acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R$1.261.646.786,96 (um bilhão, duzentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos) para R$1.263.218.380,83 (um bilhão, duzentos e sessenta e três milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e três centavos), integralmente subscrito e integralizado, dividido em 1.349.165.394 (um bilhão, trezentos e quarenta e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil, trezentas e noventa e quatro) ações ordinárias sem valor nominal. **5.2** Análise e deliberação acerca do Calendário de Eventos Corporativos para o ano de 2023: Os Membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o Calendário de Eventos Corporativos para o ano de 2023. **5.3** Análise e deliberação acerca da composição dos Comitês de Assessoramento da Companhia: Os Membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, eleger, para um mandato unificado, com prazo até a reunião do Conselho de Administração que aprovar as demonstrações financeiras de 2022, os seguintes membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: **Comitê de Gente, Cultura e Remuneração:** • *Philippe Alarcon* (Presidente), francês, casado, administrador, com Passaporte da República da França nº 18FV13172, com endereço comercial em 148, rue de l'Université, CS 70638, 75345, Paris Cedex 07; • *Christophe José Hidalgo*, francês, casado, contador, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE V194572-X, inscrito no CPF/ME 214.455.098-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3.172, Jardim Paulista, CEP 01402-000; • *David Julien Emeric Lubek*, francês, casado, administrador de empresas, com Passaporte da República da França nº 13BA92149, com endereço comercial em 148, rue de l'Université, CS 70638, 75345, Paris Cedex 07; e • *José Flávio Ferreira Ramos*, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.919.840-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 315.119.536-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Reseda, nº 183, Bairro Cidade Jardim, CEP 05675-010. **Comitê Financeiro:** • *Christophe José Hidalgo* (Presidente), acima qualificado; • *Philippe Alarcon*, acima qualificado; • *David Julien Emeric Lubek*, francês, casado, administrador de empresas, com Passaporte da República da França nº 13BA92149, com endereço comercial em 148, rue de l'Université, CS 70638, 75345, Paris Cedex 07; • *Luiz Nelson Guedes de Carvalho*, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.561.055-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 027.891.838-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 - Edifício FEA3, Cidade Universitária (USP), Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05508-010; e • *Geraldo Luciano Mattos Júnior*, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.021.122 SSP/CE e inscrito no CPF/ME sob o nº 144.388.523-15, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Antonele Bezerra, nº 6, apto. 600, Bairro Meireles, CEP 60160-070. **Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:** • *Philippe Alarcon* (Presidente), acima qualificado; • *Christophe José Hidalgo*, acima qualificado; • *Josseline Marie-José Bernadette De Clausade*, francesa, viúva, administradora de empresas, com Passaporte da República da França nº 18FV02580, com endereço comercial em 148, rue de l'Université, CS 70638, 75345, Paris Cedex 07; e • *Belmiro de Figueiredo Gomes*, brasileiro, divorciado, comerciário, portador da cédula de identidade RG nº 52.669.074-0, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 805.421.589-49, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, 5555 - Jardim Marília, São Paulo-SP, 03523-020. **Comitê Estratégico e de Investimentos:** • *Christophe José Hidalgo* (Presidente), acima qualificado; • *Philippe Alarcon*, acima qualificado; • *David Julien Emeric Lubek*, acima qualificado; e • *Geraldo Luciano Mattos Júnior*, acima qualificado. **Comitê de Auditoria:** • *Luiz Nelson Guedes de Carvalho* (Coordenador e especialista em assuntos de contabilidade societária), acima qualificado; • *José Flávio Ferreira Ramos*, acima qualificado; • *Philippe Alarcon*, acima qualificado; e • *Heraldo Gilberto de Oliveira*, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.402.930-1-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 454.094.479-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Bandeira Paulista 104, apto. 161, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04532-000. **6. Aprovação e assinatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2022. Presidente: Sr. Jean-Charles Henri Naouri; Secretária: Sra. Aline Pacheco Pelucio. Membros presentes do Conselho de Administração: Srs. Jean-Charles Henri Naouri, Belmiro de Figueiredo Gomes, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, Christophe José Hidalgo, Philippe Alarcon, David Julien Emeric Lubek, Josseline Marie-José Bernadette De Clausade, José Flavio Ferreira Ramos e Geraldo Luciano Mattos Júnior. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2022. Aline Pacheco Pelucio - **Secretária de Governança Corporativa. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Certifico o arquivamento em 21/12/2022 sob o número 00005216261. Protocolo: 00-2022/920454-6. Data do Protocolo: 15/12/2022. **Jorge Paulo Magdaleno Filho** - Secretário Geral.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº125/2022** - que tratará da **contratação de empresa especializada no ramo de seguros para fornecimento de cobertura securitária aos veículos oficiais da frota municipal**. O encerramento dar-se-á no dia **16 de janeiro de 2023 às 08h30**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 28 de dezembro de 2022.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

daem — DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 46/2022 – P. E. 11/2022. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 11/2022. **OBJETO:** Aquisição de 142 (cento e quarenta e duas) barras de 06 (seis) metros de tubos de aço carbono, diâmetro de 8" (200mm) para condução de água, com costura, sem novo, em barras de 6m de comprimento, espessura da parede do tubo Schedule 20 (6,35mm), fabricação conforme a norma ABNT/NBR 5590/2015. **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO:** O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, ratifica a adjudicação proferida pela Pregoeira Ana Cristina Rego Piveta, designada pela Portaria nº 713/2021, homologando no dia 28/12/2022 o resultado do Processo Administrativo nº 10.720/2022, Edital nº 46/2022, modalidade Pregão Eletrônico nº 11/2022, Lote 01 à empresa **CENTERVAL INDUSTRIAL LTDA.**, localizada na Rodovia SP-127 Cornélio Pires, Km 43 + 250 metros, Bairro Campestre, CEP: 13.400-970, em Piracicaba – SP. Marília, 28 de dezembro de 2022. Ricardo Hatori – Presidente.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 027/2022.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 027/2022. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia e arquitetura, devidamente inscrita no CREA/CAU, dotada de responsável técnico habilitado na mesma condição, para fornecimento de mão de obra e material, visando a reconstrução da EMEMI CLIMENE CAVALLETTI TOYGO, localizada na Avenida das Macieiras, 360, Laranjeiras, Caieiras, conforme projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico e financeiro e memorial descritivo. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** as 08h30min do dia 01/02/2023. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO:** dia 01/02/2023 às 08h35min. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 28 de Dezembro de 2.022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220104 - IG No 1200845000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220104, de interesse da Secretaria da Educação – SEDUC, cujo OBJETO é: Serviços de transporte de passageiros das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, em ônibus, micro-ônibus ou van, envolvidos nos eventos referentes à práticas de campo das unidades escolares, distribuídas em todo o Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23182022, até o dia 12/01/2023, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Dezembro de 2022. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. "EM LIQUIDAÇÃO"
C.N.P.J. Nº 62.464.904/0001-25

EDITAL DE CITACAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO No 0106345-35.2010.8.26.0100 O(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 9a VARA CIVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, DR. RODRIGO GALVAO MEDINA, NA FORMA DA LEI, ETC, FAZ SABER A(O) MARCELA LOPES DA COSTA, INSCRITA NO CPF N.092.418.087_05 E ORACY NUNES DE OLIVEIRA JUNIOR, INSCRITO NO CPF N.282.828.618_55, QUE POR PARTE DE DERSA ? DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A ?EM LIQUIDACAO?, CADASTRADA NO CNPJ/MF SOB O No 62.464.904/0001_25, COM SEDE NA RUA IAIA, 126, ITAIM BIBI, SAO PAULO ? SP, LHE FOI PROPOSTA UMA ACAO DE REPARACAO DE DANOS MATERIAIS OBJETIVANDO O PAGAMENTO DOS DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO RODOVIARIO. DEU_SE A CAUSA O VALOR DE R$ 2.477,06 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SEIS CENTAVOS). ENCONTRANDO_ SE OS REQUERIDOS EM LUGAR INCERTO E NAO SABIDO FOI DETERMINADA A CITACAO POR EDITAL, PARA QUE OS MESMOS, NA PESSOA DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, NO PRAZO DE 15 DIAS, A FLUIR APOS O PRAZO DE 20 DIAS CONTADOS DA PUBLICACAO DO PRESENTE, CONTESTE A ACAO SUPRA, SOB PENA DE PRESUMIREM_SE ACEITOS COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR. NAO SENDO CONTESTADA A ACAO, O REU SERA CONSIDERADO REVEL, CASO EM QUE SERA NOMEADO CURADOR ESPECIAL. SERA O PRESENTE EDITAL, POR EXTRATO, AFIXADO E PUBLICADO NA FORMA DA LEI. NADA MAIS. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE SAO PAULO, 24/10/2022.

SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL – SINDICOMIS

CNPJ Nº 61.762.290/0001-03
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA ALTERAÇÃO DA BASE TERRITORIAL (PARA NACIONAL) E
ALTERAÇÃO DE CATEGORIAS REPRESENTADAS

Em conformidade com disposto na letra "t" do Art. 26, c.c. o § 1º do Art. 16 e o inc. "e" do Art. 17, todos do Estatuto Social, o Presidente do SINDICATO acima mencionado, **CONVOCA: a. As categorias econômicas atualmente representadas pelo SINDICOMIS na base territorial do Estado de São Paulo envolvendo pessoas jurídicas já associadas ou não e já filiadas ou não a este SINDICATO, que fazem parte das seguintes categorias: a. Comissárias de Despachos; b.Agentes de Carga Aérea, Transitários; c. OTM – Operadores de Transporte Multimodal; d. NVOCC – Armadores sem navios, Transitários e Consolidadores de Carga Marítima; e. Agentes de Logística na prestação de serviços de Comércio Exterior e f. Operadores Intermodais; b. As categorias econômicas a serem futuramente representadas pelo SINDICOMIS na base territorial nacional congregando pessoas jurídicas situadas em qualquer parte do TERRITÓRIO NACIONAL BRASILEIRO** (envolvendo portanto os Estados do Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), bem como o Distrito Federal (DF), **empresas essas já associadas ou não e já filiadas ou não a este SINDICATO, que façam parte das seguintes categorias econômicas: a. Agentes de Carga Aérea, Marítima e Cabotagem; b. Agentes Transitários; c. Comissárias de Despachos; d. OTM – Operadores de Transporte Multimodal; e. Operadores Intermodais; f. NVOCC – Armadores sem navios, Transitários e Consolidadores de Carga Marítima; g. Agentes de Logística na prestação de serviços de Comércio Internacional e h. Agentes de Fretes em Comércio Internacional; Para participar** tanto virtualmente (por meio do link eletrônico abaixo indicado) quanto presencialmente, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 4º-A (Incluído pela Lei nº 14.309 de 2022) **da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada de forma híbrida (virtual e/ou presencial), como segue: **Data: 13 de fevereiro de 2023, 2ª feira. Horário:** às **10:00h** em primeira convocação e às **10:30h** em segunda convocação. **Local:** sede do **SINDICOMIS**, (Rua Avanhandava, 126, 6º andar, conj. 60/61, Bela Vista, São Paulo, Capital. **Link:** https://meet.google.com/dt-dfij-eyp. **Pauta: 1.** Deliberação a respeito das seguintes alterações estatutárias. **I. Nome da entidade Sindical (ratificando a alteração já produzida na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2022): Nome atual:** SINDICATO DOS COMISSÁRIOS DE DESPACHOS, AGENTES DE CARGA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOMIS. **Nome sugerido à Assembleia:** SINDICATO NACIONAL DAS COMISSÁRIAS DE DESPACHO, AGENTES TRANSITÁRIOS E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA E FRETES EM COMERCIO INTERNACIONAL – SINDICOMIS; **II. Ampliação da base territorial (retificando e ratificando a alteração já produzida na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2022) de sindicato atuante no Estado de São Paulo, para SINDICATO NACIONAL**, envolvendo portanto os Estados do Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), bem como o Distrito Federal (DF); **III. Categorias representadas (retificando e ratificando a alteração já produzida na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2022, para atender exigências da Análise Técnica nº 2813 da Coordenação Geral de Registro Sindical do Ministério do Trabalho e Previdência constante do Processo 19964.121278/2022-73 – SA06682 de dezembro de 2022), tal como segue: Categorias atuais** tal como atualmente consta da Carta Sindical e do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES: **a.** Comissárias de Despachos; **b.** Agentes de Carga Aérea; **c.** Agentes Transitários; **d.** Operadores de Transporte Multimodal (OTM); **e.** NVOCC – Armadores sem navios, Transitários e Consolidadores de Carga Marítima; **f.** Agentes de Logística na Prestação de Serviços de Comércio Exterior e **g.** Operadores Intermodais. **Categorias Atuais** (redação atual do § 1º do art.1º do Estatuto Social tal como consta registrado sob nº 482.168 de 28/11/2022 e averbado no registro nº 137341 de 03/12/1990 no Livro de Registro A do 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo): **a** – Agentes de Carga Aérea e Marítima (linhas internacionais e cabotagem ou vias navegáveis interiores); **b** – Agentes Transitários; **c** – Comissárias de Despachos; **d** – OTM – Operadores de Transporte Multimodal; **e** – Operadores de Transporte Intermodal; **f** – NVOCC – Armadores sem navios, Transitários e Consolidadores de Carga Marítima; **g** –Agentes de Logística em Comércio Internacional; **h** – Agentes de Fretes em Comércio Internacional; **i** – Empresas de Logística Internacional de Cargas; **j** – Pessoas Jurídicas que envolvam atividades de Despachante Aduaneiro; **k** – Outras Pessoas Jurídicas que, em qualquer parte do território nacional brasileiro, atuem, ainda que não enquadráveis nos incisos anteriores, como agentes transitários e/ou intermediários na organização logística do transporte de carga e/ou comercialização de fretes internacionais, ou que atuem coordenando, produzindo, administrando e/ou executando fases logísticas da operação de transporte de mercadorias, seja por via aérea, marítima (linhas internacionais, cabotagem ou por vias navegáveis interiores) e/ou terrestre, em percurso nacional ou internacional, desde que decorrentes de comércio internacional; **l** – todas as demais pessoas jurídicas, ainda que não enquadráveis nos incisos anteriores, com atividade econômica classificada no CNAE 52.50-8, desde que essa atividade seja decorrente de comércio internacional. **CATEGORIAS PRETENDIDAS** (futura redação do § 1º do art.1º do Estatuto Social sugerida à Assembleia): **a.** Agentes de Carga Aérea, Marítima e Cabotagem; **b.** Agentes Transitários; **c.** Comissárias de Despachos; **d.** OTM – Operadores de Transporte Multimodal e Operadores Intermodais; **e.** NVOCC – Armadores sem navios, Transitários e Consolidadores de Carga Marítima; **f.** Agentes de Logística na prestação de serviços de Comércio Internacional; **g.** Agentes de Fretes em Comércio Internacional. **2.** Deliberação a respeito da **adaptação de redação** de todos os dispositivos do Estatuto Social que decorram das alterações aqui mencionadas, dentre as quais se destaca o § 4º do Art. 1º, **para afirmar a base territorial como nacional**, envolvendo portanto os Estados do Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), bem como o Distrito Federal (DF); **3.** Deliberação a respeito da **ratificação** de todos os dispositivos não expressamente alterados, com **consolidação** do texto final do Estatuto devidamente corrigido. **4.** Deliberação a respeito do encaminhamento dessas alterações para o Ministério do Trabalho e Previdência, para homologação e publicação, com instauração ou não de procedimento específico.

São Paulo, 27 de dezembro de 2022. **Luiz Antonio Silva Ramos - Presidente**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA DE SÃO PAULO - SIEMACO-SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, que prestam serviços em empresas de execução e manutenção em áreas verdes públicas no município de São Paulo, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas nos dias, locais e horários a seguir:

Setor	Data	Hora	Empresa	Endereço
Cemiterio da Saudade	10/01/2023	11h	Carrara Servicos e Constr.Ltda Epp/ Safira Com. de Equipamentos de Segur/	Av Pires do Rio, 2000
Cemiterio do Lageado	02/01/2023	12h	Safira Com. de Equipamentos de Segur/ J	Estrada do Lajeado Velho, 1490
Cemiterio Israelita	04/01/2023	12h	Batserv Conservacao Ambiental Eireli/ J	Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras
Cemiterio Itaquera (Carmosina)	11/01/2023	12h	Safira Com. de Equipamentos de Segur/ J	Rua Serra de São Domingos, 1597
Cemiterio Vila Formosa I e II	11/01/2023	11h	Safira Com. de Equipamentos de Segur/ J	Av João Vinte Tres, S/N
Parque Aclimação (Áreas Verdes)	12/01/2023	09h	Potenza Eng. e Construções Ltda	Rua Muniz de Souza, 1119
Parque Anhanguera (Áreas Verdes)	13/01/2023	12h	Florestana Paisag.Contrucoes e Servs.Ltd	Estrada de Perus, 1000
Parque Aterro Sapopemba	19/01/2023	07h	Ensiva X Brasil Servicos Eireli	Estrada do Rio Claro
Parque Augusta	14/01/2023	12h	Potenza Eng. e Construções Ltda	Rua Augusta 200
Parque Clube Alfredo Inácio Trindade	18/01/2023	12h	Hiplan Construcoes Serv.Manut.Urbana	Rua Viri, 425
Parque da Juventude (Limpeza)	12/01/2023	11h	Era Tecnica Eng Constru Servicos Ltda	Av Zachi Nachi, 1309
Parque do Carmo (Áreas Verdes)	03/01/2023	12h	Medeiros Paisagismo Com. e Serviços Ltda / Demax Servicos e Comercio Ltda	Avenida Afonso de Sampaio e Sousa, 951
Parque Jardim Helena	13/01/2023	12h	Construdaher Construcoes e Servicos Ltda	RUA KUMAKI AOKI
Parque Leopoldina Orlando Villas Boas	06/01/2023	11h	Potenza Eng. e Construções Ltda	Avenida Embaixador Macedo Soares
Parque Linear Mongagua	13/01/2023	14h	Demax Servicos e Comercio Ltda	Rua Professor Antônio de Castro Lopes
Parque Linear Rapadura	13/01/2023	09h	Demax Servicos e Comercio Ltda	Rua Zodiaco
Parque Linear Rio Verde	10/01/2023	14h	Ensiva X Brasil Servicos Eireli	Avenida Itaquera, 7891
Parque Linear Tiquatira	18/01/2023	12h	Demax Servicos e Comercio Ltda	Rua Rogério Armelim Guanaes
Parque Linear Zilda Arns	16/01/2023	12h	Provac Servicos Ltda	Rua Manuel Quirino de Mattos, 1909
Parque Lions Clube Tucuruvi	09/01/2023	11h	Florestana Paisag.Contrucoes e Servs.Ltd	Rua Alcindo Bueno de Assis
Parque Pinheirinho Dagua	10/01/2023	12h	Plena Terceirizacao de Servicos Ltda	Estrada das Taipas S/N
Parque Raul Seixas	10/01/2023	12h	Ensiva X Brasil Servicos Eireli	Rua Murmúrios da Tarde
Parque Rodrigo de Gasper (Áreas Verdes)	20/01/2023	12h	Plena Terceirizacao de Servicos Ltda	Av Miguel de Castro, 321
Parque Vila dos Remedios (Áreas Verdes)	06/01/2023	10h	Potenza Empr.de Trab.Temp.Ltda -	Rua Carlos Alberto Vanzolini, 413
Parque Vila dos Rodeios	10/01/2023	10h	Ensiva X Brasil Servicos Eireli	Rua Cachoeira das Abelhas, 248 / 270
Parque Villa Lobos	17/01/2023	12h	Era Tecnica Eng Constru Servicos Ltda	Avenida Professor Fonseca Rodrigues, 20
Pq Chacara do Jokey	03/01/2023	11h	Construdaher Construcoes e Servicos Ltda	Avenida Professor Francisco Morato - 530
Praça da Cultura	17/01/2023	06h	Provac Servicos Ltda	Rua Engenheiro Fox
Spua - Julio de Mesquita	10/01/2023	06h	Potenza Eng. e Construções Ltda	R. Norma de Luca, 550 - Barra Funda, SP
Subprefeitura Freguesia/Brasiland. (Áre	16/01/2023	06h	Serg Paulista Constr Servicos Tecn Ltda / Provac Servicos Ltda/ Macor Eng.Const.e Comercio Ltda	Rua Engenheiro Edgard Ferreira de Barros
Subprefeitura Perus (Áreas Verdes)	13/01/2023	06h	Macor Eng.Const.e Comercio Ltda/ Hiplan Construcoes Serv.Manut.Urbana	Rua Julio Maciel, 54
Subprefeitura Viveiro Penha (Verdes)	18/01/2023	06h	WA Ambiental & Serv.Terceirização Ltda/Molise Servicos e Construcoes Ltda/ Hese Empreen.Gerenciamento Ltd	Rua Candapui, 347
Subprefeitura Casa Verde/Cacho (Verdes)	19/01/2023	06h	Serg Paulista Constr Servicos Tecn Ltda	R. Jorn. Octávio Ribeiro - Pena Branca
Subprefeitura De Butantã (Verdes)	04/01/2023	06h	Florestana Paisag.Contrucoes e Servs.Ltd	Rua Telmo Coelho Filho, 200
Subprefeitura Jose Bonifacio (Verdes)	31/01/2023	06h	FBF Construcoes e Servicos Eireli Epp	Rua Ana Perena 110
Subprefeitura Lapa (Verdes)	17/01/2023	06h	Serg Paulista Constr Servicos Tecn Ltda	Rua Engenheiro Fox - Água Branca -
Subprefeitura Mooca (Verdes)	05/01/2023	06h	Hese Empreen.Gerenciamento Ltd/ Corpotec Construt.e Empreend.Imob	Praça Barão de Tietê, 218
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá (Verdes)	06/01/2023	06h	Hiplan Construcoes Serv.Manut.Urbana	Rua Valdir podavan n, 100
Subprefeitura Santana Tucuruvi (Verdes)	12/01/2023	06h	Hiplan Construcoes Serv.Manut.Urbana/ FBF Construcoes e Servicos Eireli Epp	Rua Álvaro de Abreu, 290
Subprefeitura São Matheus (Verdes)	20/01/2023	06h	Potenza Eng. e Construções Ltda	Avenida Forte do Leme, 936
Subprefeitura Sé	03/01/2023	06h	Serg Paulista Constr Servicos Tecn Ltda/ Provac Servicos Ltda	Rua das Olarias, 500
Subprefeitura Viveiro Itaquera (Verdes	26/01/2023	06h	Demax Servicos e Comercio Ltda/ Molise Servicos e Construcoes Ltda	Rua Blecaute, 303
Subprefeitura Viveiro São Miguel (Verde	24/01/2023	06h	Demax Servicos e Comercio Ltda	Rua Craval, 19
Sub-Regional Norte (Verdes)	11/01/2023	06h	Potenza Eng. e Construções Ltda	Avenida Zaki Narchi, 69
São Paulo	27/01/2023	15h	SIEMACO SÃO PAULO	Alameda Eduardo Prado, 648

a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do dia: **1 – Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 1º de março/2023 a 28 de fevereiro/2024 a ser encaminhada ao sindicato patronal – SINDVERDE: 2 – Autorização à diretoria do Sindicato para instauração de dissídio coletivo de trabalho, caso malogrem as negociações; 3 – Discussão, deliberação, aprovação e forma de recolhimento da cota de participação no processo de negociação e acompanhamento do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, a ser descontada de todos os empregados não filiados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não filiados a entidade sindical, em concordância ao disposto no TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, nº 446/2014, junto ao Ministério Público do Trabalho.** Não havendo nos horários mencionados, número legal de trabalhadores para realização das Assembleias em primeira convocação, serão as mesmas realizadas 1 (uma) hora após, nos mesmos dias e locais, em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes. **São Paulo, 29 de dezembro de 2022 - Edson André dos Santos Filho. Presidente.**

Prever inflação nem sempre é difícil

Do mesmo modo, não será difícil prever qual será a justificativa para o fracasso em controlar o déficit público

Solange Srour
Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

No fim do ano, é sempre válido fazermos o exercício de revisitar os erros de previsão econômica e tentar evitar sua repetição. Em 2022, acredito que o primeiro lugar nesse ranking fica com a avaliação do processo inflacionário global de 2021.

No começo de 2022, muitos economistas, inclusive os bancos centrais, ainda esperavam que a inflação fosse transitória —fruto da desorganização das cadeias produtivas e da alta dos preços de energia. Nos EUA, em particular, a expectativa era que a inflação terminasse 2022 em 3,5%. A alta acumulada até agora não somente é de quase 7%, como também se encontra bem disseminada, e o rendimento do título do Tesouro dos EUA saiu de 0,25% no começo do ano para cerca de 4,25%.

No Brasil, a alta inércia e a desancoragem das expectativas fizeram o Banco Central do Brasil (BCB) iniciar o aperto monetário quase um ano antes do Fed.

Ainda que na primeira reunião do Copom de 2022 a inflação projetada pelo BCB estivesse em 5,4% —próxima ao nível esperado agora— a hipótese para os preços administrados (que incluem gasolina e energia elétrica) era de alta de 6,6%.

Hoje o BCB espera inflação de 6% para 2022, mas deflação de 3,6% de administrados! Se não fosse a redução dos impostos e a queda do preço internacional da gasolina, a inflação estaria perto de 8%.

Ao contrário do que muitos economistas ainda afirmam, a alta inflação, no Brasil e globalmente, não é apenas derivada de choques de oferta, mas também de choques de demanda resultantes da combinação de políticas monetárias e fiscais expansionistas adotadas na eclosão da pandemia, que levaram as taxas de desemprego para níveis historicamente baixos e a reajustes de salários acima da produtividade. As pressões sobre os preços são generalizadas, com particular intensidade nos preços dos serviços.

E o que se espera para 2023? Podemos ter como perspectiva que a inflação cederá bem, já que em grande parte do mundo os juros estão menos estimulativos e no Brasil, especificamente, estão em nível bastante restritivo? A resposta deve ser: depende, pelo simples fato de que há muitas dúvidas sobre a política fiscal de diversas economias, desde a Europa até a China.

Os efeitos da política fiscal na inflação são, em geral, divididos em dois. Primeiro, gastos públicos geram demanda por bens e serviços e —quando a economia está próxima do pleno emprego, como é o caso nos EUA e no Brasil— pressionam a capacidade instalada e o mercado de trabalho, provocando aumento da inflação. Segundo, quando a expansão fiscal é forte o suficiente para gerar perspectiva de insustentabilidade da dívida, a pressão sobre os preços vem com a depreciação cambial e desancoragem das expectativas mais longas de inflação.

Entramos no ano que vem com uma expansão fiscal contratada pela PEC da Transição de cerca de 1,7% do PIB e com a determinação de que seja encaminhada ao Congresso uma proposta de regra fiscal que, se aprovada, acabará com o teto de gastos. Isso sem falar das outras benesses recém-aprovadas —e muito bem documentadas em artigo de Marcos Lisboa e Marcos Mendes publicado recentemente no Brazil Journal— que podem levar a conta para mais de 2% do PIB.

Alguns defensores dessas medidas de expansão fiscal argumentam que não devemos nos preocupar com a transmissão da política fiscal para a inflação. Eles dizem que grande parte desse montante será direcionado aos mais pobres, que têm baixa capacidade de consumir e gerar inflação.

Por mais meritória que seja a redução da desigualdade social, teríamos de reinventar a ciência econômica para diferenciarmos os "gastos do bem" dos demais na demanda agregada. Não foi à toa que a Selic saiu de 2% para 13,75% com a triplicação do gasto social, e seu efeito na inflação ainda é muito incipiente.

Adicionalmente, sem considerar os impactos da elevação da incerteza sobre qual será o arcabouço fiscal, o aumento de gastos contratados implicará um crescimento de quase 5 pontos percentuais do PIB na dívida pública nos próximos 12 meses. Sob esse aspecto, um argumento muitas vezes usado é o de que não há razoabilidade no conceito de solvência em um país cuja dívida está denominada em moeda nacional. Afinal, é sempre possível imprimir moeda para pagar os credores. A ideia de que bancos centrais possam financiar Tesouros nacionais foi enterrada no mundo, mas sobrevive no Brasil.

Se o ano de 2023 não trouxer um arcabouço fiscal crível e medidas compensatórias para tamanha expansão de gastos, não será difícil prever o que acontecerá com a inflação. Do mesmo modo, não será difícil prever qual será a justificativa para o fracasso em controlar o déficit público: os juros altos e a "ambiciosa" meta de inflação.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Solange Srour | **SÁB. Marcos Mendes,** Rodrigo Zeidan

Medo, Kanye West e má sorte apagaram o brilho da Adidas

Imagem arranhada, crises na Rússia e na China e conflito interno abalaram companhia

Eleanor Olcott e Olaf Storbeck

TÓQUIO E FRANKFURT (ALEMANHA) | FINANCIAL TIMES Quando a Adidas terminou sua parceria lucrativa com Kanye West, em outubro, após um protesto global sobre comentários antissemitas feitos por ele, os ex-gerentes sentiram que finalmente tinham sido vingados.

A equipe de alto escalão alertou internamente durante anos o grupo alemão de roupas esportivas para não confiar demais na franquia de tênis Yeezy, que administrava com o rapper e estilista americano também conhecido como Ye.

"Nos bastidores, as coisas com Ye já estavam ruins há muito tempo", disse um ex-gerente ao Financial Times. "Ele constantemente se comportava mal —mudava de ideia, adiava projetos, não respeitava os cronogramas da Adidas."

Fundada em 1949 por Adolf "Adi" Dassler, cujo irmão Rudolf lançou a Puma no mesmo ano, a Adidas cresceu e se tornou a segunda maior empresa de roupas esportivas do mundo, atrás da Nike.

Mas quando o antigo chefe da Puma, Björn Gulden, assumir o cargo principal da Adidas no próximo mês, ele herdará de Kasper Rorsted uma empresa em crise, cujas ações despencaram 54% em um ano.

A saída de Ye, que deverá eliminar a metade dos ganhos do grupo em 2022 e que foi anunciada juntamente com um terceiro aviso de lucros em quatro meses, ocorreu após dois outros choques –uma queda nas vendas na China e sua saída da Rússia, outro mercado importante da Adidas.

Alguns ex-membros da Adidas, por sua vez, afirmam que os problemas da empresa foram exaltados pela má tomada de decisões e uma cultura de liderança tóxica.

Em entrevistas com 17 atuais e ex-executivos, muitos dos que deixaram a empresa disseram que Rorsted e seu conselho posicionaram mal a Adidas para enfrentar a tempestade, demitindo funcionários-chave e tornando-se excessivamente dependente da vaca leiteira da Yeezy. Eles também alegaram que a "gestão pelo medo" do chefe de saída traumatizou a equipe e provocou um êxodo de talentos.

Pares de tênis Adidas Yeezy em loja de Nova York no dia em que a empresa rompeu contrato com o rapper americano Kanye West, chamado agora de Ye Shannon Stapleton - 25.out.2022/Reuters

A maioria dos que continuam na empresa, entretanto, defende o mandato de Rorsted, atribuindo os problemas a choques externos sem precedentes. Rorsted se recusou a comentar.

Foi em parte o desempenho da Puma que custou a Rorsted seu cargo, de acordo com pessoas familiarizadas com o pensamento do conselho supervisor. Desde o início da pandemia, as ações da Puma e da Nike superaram significativamente as da Adidas.

Nos meses anteriores à sua partida, o presidente da Adidas, Thomas Rabe, confrontou Rorsted repetidamente sobre o fraco retorno total da empresa. Eventualmente, ele não se convenceu mais com a defesa de Rorsted de que os problemas da Adidas decorriam de sua maior exposição do que a Nike e a Puma à China e à Rússia.

Alguns especialistas dizem que ficou claro que a Adidas teve problemas com sua linha de produtos já em 2019.

A Yeezy foi uma franquia da Adidas que não foi afetada pela desaceleração em 2019. A Adidas rejeita isso, enfatizando que estava gerando crescimento de dois dígitos em categorias como fitness e basquete.

Naquele ano, a Adidas dobrou a marca, que na época representava apenas cerca de 3% das vendas, intensificando o marketing, expandindo a coleção de tênis e aumentando a oferta em mercados como América do Sul e Oriente Médio.

Já estava claro que Ye expôs o grupo a um risco de reputação –ele emitiu um pedido público de desculpas em 2018 por dizer que 400 anos de escravidão "soam como uma opção".

No final de 2022, a altamente lucrativa Yeezy quase dobrou de tamanho, contribuindo com 1,7 bilhão de libras em receita anual (R$ 10,8 bilhões), cerca de 7% do total do grupo. No entanto, a Adidas não divulgou esses números aos investidores na época.

Figuras-chave da Adidas argumentam que o grupo tentou resolver isso, lançando novas parcerias com celebridades como Beyoncé, Jerry Lorenzo e Pharrell Williams. No entanto, nenhuma das novas parcerias chegou perto do sucesso comercial da Yeezy.

A Adidas está agora com tênis Yeezy não vendidos no valor de mais de 500 milhões de euros (R$ 2,8 bilhões) em receita potencial e luta para encontrar maneiras de vendê-los com sua própria marca para evitar um prejuízo doloroso.

O desastre da Yeezy encerrou um período já turbulento para a empresa.

Após a invasão da Ucrânia neste ano, a Adidas decidiu parar de fazer negócios na Rússia, país onde há muito era líder de mercado e gerava mais de 500 milhões de euros (R$ 2,8 bilhões) em vendas anuais.

Ela sofreu um golpe ainda maior com a queda nas vendas na China, onde a receita anual dobrou para 5 bilhões de euros (R$ 28 bilhões) nos quatro anos até 2019, com uma enorme margem de lucro operacional de 30%.

No início do ano passado, a Adidas foi pega em uma reação dos consumidores chineses contra marcas ocidentais que se recusaram a comprar algodão da região de Xinjiang, por preocupações sobre trabalho forçado e outras violações dos direitos humanos. Desde então, as celebridades chinesas evitam parcerias com a empresa, que perdeu participação de mercado para rivais nacionais.

Quando Rorsted ingressou, em 2016, vindo do conglomerado alemão de bens de consumo e produtos químicos Henkel, as esperanças eram altas. Ele fez nome aumentando a eficiência, com a margem de lucro operacional da fabricante do detergente Persil, do sabão Dial e da supercola Loctite subindo 50%, com o pagamento a acionistas e as ações mais que triplicando.

Ele chegou à Adidas com a missão de cortar custos e melhorar a lucratividade. Inicialmente, ganhos elevados confirmaram a reputação de Rorsted, com as vendas subindo mais de 40%, para 23,6 bilhões de euros em 2019, enquanto o lucro operacional e o dividendo mais que dobraram. Um antigo déficit de lucratividade em comparação com a Nike, que durante anos vinha obtendo uma margem operacional de 11% a 13%, parecia praticamente encerrado.

Insiders dizem que Gulden precisa sacudir o conselho executivo de seis líderes principais e reforçar o investimento na equipe criativa para fazer linhas de produtos que possam preencher o vazio deixado pela Yeezy. Um gerente pragmático e sensato, ele trará uma compreensão profunda de como administrar uma marca esportiva premium.

Em entrevista ao FT em 2019, Gulden explicou que costumava dormir no chão das fábricas de calçados asiáticas na década de 1990 enquanto procurava fornecedores locais e que, mesmo como chefe da Puma, visitava a sala de amostras, conversava com designers e oferecia ideias. "Felizmente, eles não fazem tudo o que eu sugiro", disse.

"É uma escola de administração muito diferente da de Kasper", diz Adam Cochrane, analista do Deutsche Bank.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Prévia do Censo projeta que Brasil tem 207,8 milhões de habitantes

Queda ante 2021 pode ser explicada por diferença nos levantamentos; resultado sai a partir de março

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A população brasileira foi calculada em 207,8 milhões de habitantes, indica uma prévia do Censo Demográfico 2022 publicada nesta quarta-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O instituto fez a divulgação devido à necessidade de encaminhar dados populacionais para o TCU (Tribunal de Contas da União). As estatísticas são necessárias para os cálculos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), fonte de recursos das prefeituras.

O IBGE entrega os números anualmente para o TCU. Nos anos de Censo, são enviados os dados do próprio recenseamento.

Mas, como a coleta de 2022 só será finalizada em 2023, o instituto teve de fazer adaptações na metodologia, utilizando projeções para complementar os resultados apurados nos domicílios até 25 de dezembro.

Nos anos sem levantamento, o IBGE compartilha as chamadas estimativas populacionais com o TCU. Essas projeções seguem um modelo de tendência a partir dos dados do último Censo concluído —neste caso, seria o de 2010.

Recorrer a essa metodologia era uma das alternativas estudadas pelo instituto em 2022, mas acabou rejeitada. A nova edição do Censo deveria ser realizada em 2020, mas foi adiada duas vezes, até este ano.

Conforme as estimativas populacionais, a população brasileira havia sido de 213,3 milhões em 2021, ou seja, a prévia do Censo de 2022 representa queda de 2,6%.

"É muito comum essa diferenciação entre estimativa e Censo. Em 1980, a gente tinha um Maranhão a menos se comparado com a estimativa", disse o diretor de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, em entrevista nesta quarta.

"Isso tem a ver com problemas que podem ter ocorrido em Censos anteriores, pode estar relacionado com não ter sido feita uma contagem no meio da década. Se você tiver problema em um dos Censos, pode se arrastar."

Azeredo disse estar "muito seguro" em relação às informações divulgadas. Ele lembrou que uma nova estimativa populacional estaria 12 anos afastada do último Censo, sem nenhuma outra contagem ao longo da década.

Esse levantamento no meio da década, recomendado por estatísticos e mais enxuto do que o Censo, foi cancelado em 2015 por falta de verba. O número de 207,8 milhões ainda pode passar por ajustes até o final da operação censitária.

"É um dado bem mais apurado do que a estimativa, reflete muito melhor a realidade. Está muitíssimo próximo do dado definitivo do Censo", afirmou Claudio Stenner, diretor de geociências do IBGE.

No Censo de 2010, a população brasileira foi calculada em 190,8 milhões, abaixo da estimativa populacional de 2009 (191,5 milhões).

Na visão de Roberto Olinto, ex-presidente do IBGE, é esperada uma diferença entre esses dois levantamentos, mas a falta de uma contagem no meio da última década pode ter contribuído para uma divergência maior entre os números prévios do Censo 2022 e os da estimativa de 2021.

A operação censitária deste ano já contou mais de 178 milhões de pessoas no Brasil, o equivalente a mais de 83% da população estimada em 2021.

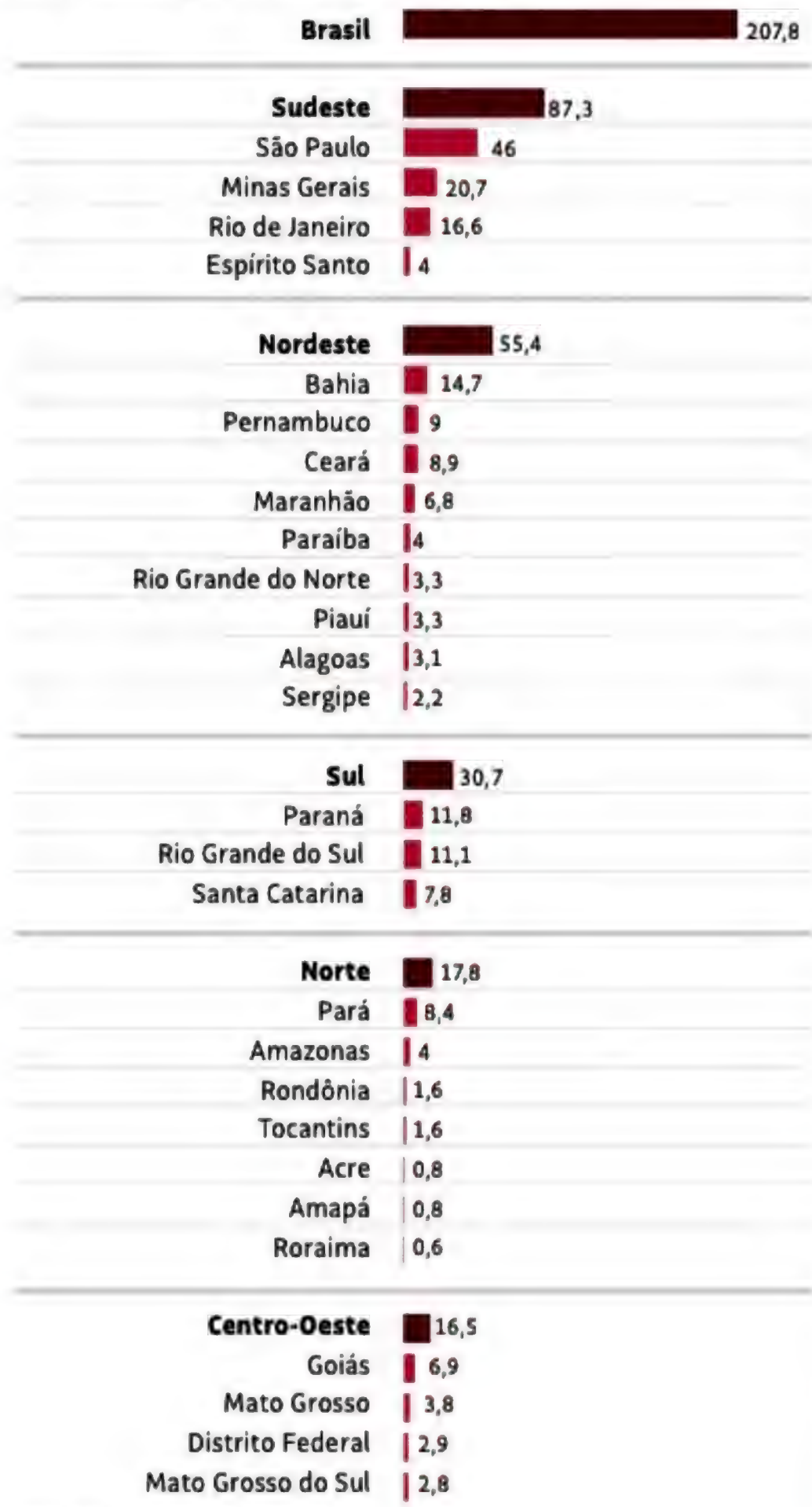
"O que foi feito foi uma imputação, você pega os resultados que já tem e estima aqueles das áreas ainda não recenseadas. Mas uma coisa é fazer para 2%, 3% da pesquisa, e outra para 17%", afirma Olinto, que foi presidente do IBGE de junho de 2017 a fevereiro de 2019 e hoje atua como pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Segundo ele, o novo modelo está tecnicamente correto, mas abre brecha para uma necessidade maior de ajustes de possíveis erros, já que uma parcela considerável dos municípios ainda não foi fechada.

Olinto lamenta o atraso na coleta do Censo e critica o planejamento feito para a pesquisa, que incluiu cortes no orçamento.

Conforme nota técnica do IBGE, 4.410 municípios brasileiros foram considerados como coletados no Censo 2022. Nesses casos, a população considerada nos cálculos foi aquela observada na pesquisa concluída.

Os demais 1.160 municípios foram considerados não totalmente coletados. Ou seja, ainda não finalizaram a coleta.

"A divulgação tem como objetivo cumprir a lei que determina ao instituto fornecer, anualmente, o cálculo da população de cada um dos 5.570 municípios do país para o Tribunal de Contas da União (TCU)", afirmou o IBGE.

"Após análises, a equipe do IBGE concluiu que o melhor modelo é o que utiliza os dados do Censo 2022 nos municípios onde a coleta já havia terminado e uma combinação de dados coletados e estimativas para os demais municípios", acrescentou.

As entrevistas do levantamento começaram em 1º de agosto. Inicialmente, o instituto planejava a conclusão para outubro, mas o prazo foi estendido para janeiro de 2023.

Isso significa que a operação levará pelo menos seis meses para ser concluída, o dobro da previsão inicial.

O IBGE projeta checagens residuais para fevereiro. O plano é divulgar novos dados do Censo a partir de março.

O atraso gera risco de judicialização. Como os valores do FPM são alvos de disputa, seja por municípios que têm o coeficiente rebaixado, ou por aqueles que querem ampliar seus recursos, há expectativa de que a metodologia ou a demora do levantamento possa servir para questionamentos.

Segundo Azeredo, os locais com a coleta mais atrasada são grandes centros urbanos, incluindo capitais como São Paulo, menos impactados por eventuais mudanças no fundo.

O IBGE também argumenta que o Censo deste ano é mais tecnológico do que os anteriores, o que garantiria um controle maior das informações levantadas, mesmo com o atraso na coleta.

Análise da CNM (Confederação Nacional de Municípios) indicou que 800 municípios teriam perdas imediatas no FPM de 2023 se não existisse a Lei 165/2019, que determinou o congelamento dos coeficientes do fundo desde 2018 até a finalização do Censo.

Outros 382, por outro lado, poderiam ganhar coeficiente. A lei, diz a CNM, só impede as perdas.

A entidade afirma ainda que 90 municípios estão próximos de mudanças no FPM, na faixa de até 500 habitantes. No grupo, poderia haver algum tipo de contestação, já que esses locais ficariam muito próximos de serem beneficiados.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, chama de "irresponsabilidade da União" o atraso do Censo, o que forçou o novo modelo de entrega para o TCU.

O TCU, por sua vez, afirmou que não cabe ao órgão avaliar a metodologia do IBGE.

Segundo os dados prévios divulgados nesta terça, o Sudeste tem a maior população das grandes regiões do país: 87,3 milhões (42% do total).

São Paulo é o estado mais populoso do Brasil, com 46 milhões de habitantes. A capital (12,2 milhões) segue no topo entre os municípios.

Ao alcançar 207,8 milhões em 2022, a população brasileira cresceu 8,9% na comparação com o Censo de 2010 (190,8 milhões), conforme os dados prévios. Em 2010, a alta havia sido maior, de 12,3%, frente ao Censo de 2000 (169,9 milhões).

Prévia da população no Censo 2022

Dados calculados a partir da coleta até 25.dez, em milhões

Fonte: IBGE

> "É muito comum essa diferenciação entre estimativa e Censo. Em 1980, a gente tinha um Maranhão a menos se comparado com a estimativa [do ano anterior]
>
> **Cimar Azeredo**
> diretor de pesquisas do IBGE, sobre a variação da prévia do Censo de 2022 em relação ao levantamento em 2021

Transporte público de SP não terá aumento no início de 2023

SÃO PAULO As tarifas de transporte público de São Paulo não terão aumento no início de 2023, segundo a prefeitura da capital e a equipe do futuro governo do estado. Desta forma, o valor de R$ 4,40 nas passagens de ônibus, metrô e trens da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) deverá ser mantido por mais um ano.

"Não vai ter aumento de tarifa, pelo menos agora nesta virada de ano, quando é cultural que as cidades reajustem. É o terceiro ano consecutivo de manutenção", disse o prefeito Ricardo Nunes (MDB) à **Folha**.

No estado, a decisão foi confirmada pela assessoria do governador eleito, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em nota. "A tarifa será mantida de acordo com o compromisso de campanha do Tarcísio e como ele já vinha sinalizando agora na transição."

Em relação ao transporte municipal, Nunes condicionou a continuidade da medida durante todo o ano a um acordo com Tarcísio.

Nunes disse ainda que a prefeitura se propõe a aumentar sua participação no subsídio do transporte público para que a população possa usufruir da tarifa congelada.

Segundo o prefeito, o subsídio pago em 2022 chegou a quase metade do valor da operação dos ônibus municipais. Enquanto cerca de R$ 5,2 milhões foram obtidos pela tarifa cobrada dos usuários, outros R$ 4,7 milhões saíram dos cofres do município. **Fábio Pescarini e Claudinei Queiroz**

IPTU terá reajuste de 5,5% na capital

A Prefeitura de São Paulo anunciou reajuste de 5,5% sobre o IPTU para 2023. Em 2021, a Câmara Municipal aprovou mudança na regra do imposto sobre imóveis que prevê reajuste pela inflação até 2024, com uma trava que limita este aumento em até 10% ao ano. Segundo o IBGE, a inflação acumulada de 12 meses fechou em 5,9% em novembro. A gestão prevê que 1,1 milhão de imóveis recebam isenção.

Feliz 2023 é simples constatação

Voto de ano novo é uma espécie de Mega-Sena acumulada desde 2019

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

"Feliz 2023" é mais do que um voto, expressão clichê com que comunicamos ao outro que lhe desejamos o bem. Esses são os votos de feliz ano novo em geral, mas agora é diferente.

Como uma Mega-Sena acumulada, "feliz 2023" traz em si, em camadas, os votos de felizes 2019, 2020, 2021 e 2022 que ficaram presos na garganta —ou foram proferidos de modo apenas protocolar— enquanto o país era seviciado pelo pior governo da história.

Entra ano bolsonarista, sai ano bolsonarista, lá vinha a consulta à coluna: fazia sentido desejar um ano novo feliz quando sabíamos que ele seria repleto de desgraças, com mais desmatamento e matança impune de pobres, negros e indígenas?

Não era um debate vão. Ano novo feliz para quem, se o Congresso a princípio se acovardou e depois foi comprado, topando ser cúmplice do armamentismo miliciano, da erosão da democracia e da fascistização do país?

Minha resposta àquelas consultas angustiadas (ainda não enxergávamos o fim do túnel) era que a fórmula expressava um voto, não um diagnóstico político. Além disso, aplicava-se a outras dimensões da vida —afetiva, profissional etc. Podia ser usada sem contraindicação em qualquer contexto.

Até em meio a um boicote sanitário que matou centenas de milhares de compatriotas e à demolição de um edifício institucional custosamente construído para dar alguma dignidade aos excluídos de um dos países mais injustos do mundo.

Até mesmo, sim, em meio à vandalização da educação, à criminalização da cultura, à volta da fome em larga escala, ao golpismo das Forças Armadas e à onipresente cara cínica de uma autoridade que sabia ser podre até os ossos e alardeava isso com um sorriso perverso, transformando defeito em qualidade aos olhos de multidões.

Agora é diferente. O país conseguiu extirpar pelo voto o tumor que catalisou e potencializou todas as velhas mazelas nacionais. "Feliz 2023" é um grito de alívio, além de uma simples constatação: o Brasil sadio derrotou o Brasil doente.

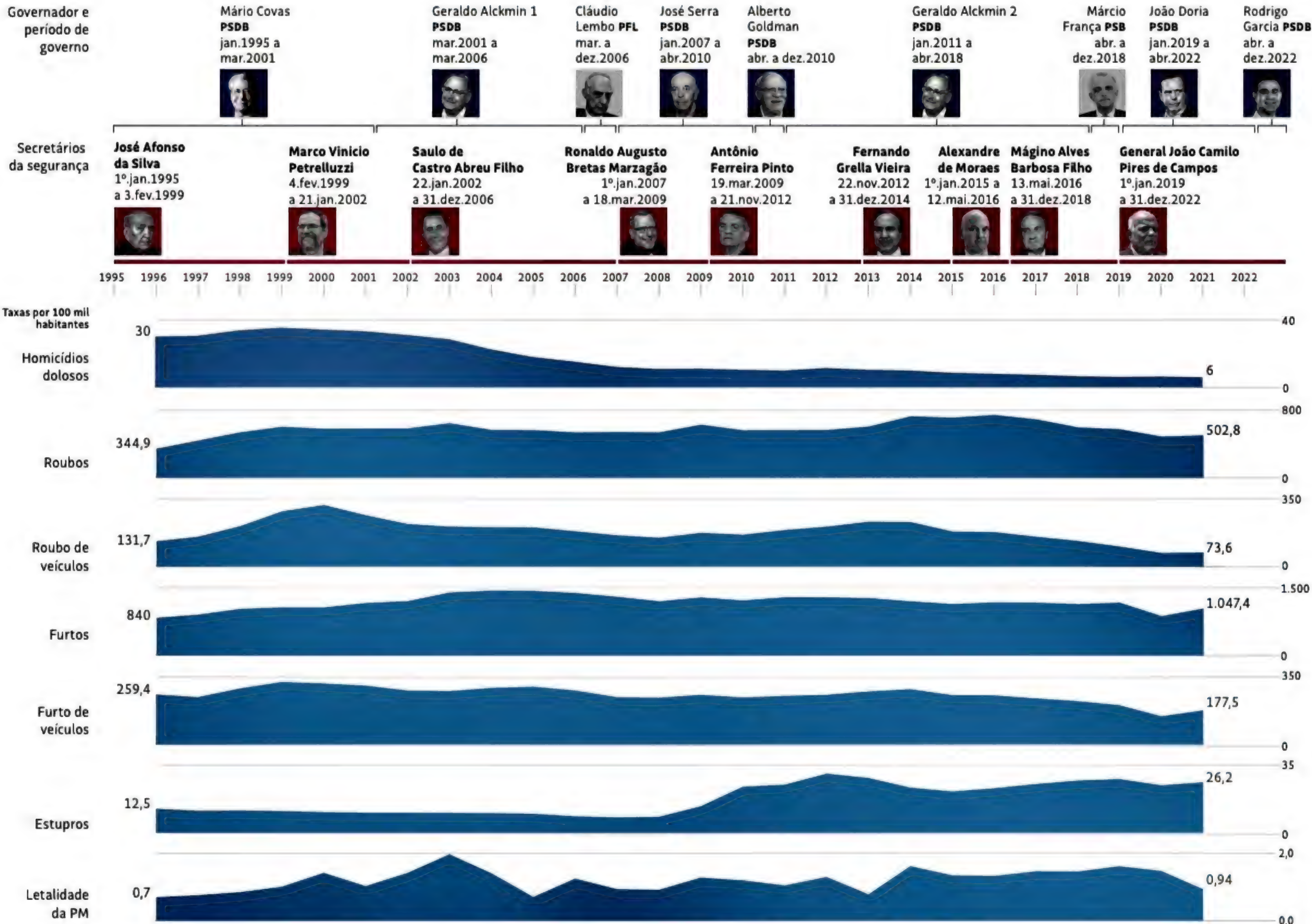
E como estivemos perto de cair num abismo do qual não haveria volta! O bolsonarismo representou —e ainda representa, mas agora derrotado na maior das batalhas— uma inédita condensação da matéria vil acumulada por séculos no lado escuro, onde o sol não bate, deste país banhado em raios fúlgidos.

Derrotamos os traficantes de escravos, os capitães do mato, os milicos que massacraram Canudos, Venceslau Pietro Pietra, Hermógenes que matou Diadorim, Ustra em seu porão infernal, gerações de tecnocratas covardes que bebem sangue com canudinho sobre planilhas assépticas.

Demos a vitória —por muito pouco, pouco mesmo, mas demos— a Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Capitu, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha, Garrincha, Herzog, Macabéa, Marielle. Isso é um motivo de felicidade tão desvairadamente absurdo que ficam desculpadas até as enumerações piegas como esta.

Não, "feliz 2023" não quer dizer que será um ano fácil. Vai ser difícil demais. Os fascistas, agora desmascarados como os terroristas que sempre foram, andam soltos por ruas e gabinetes. Estão grogues da porrada que tomaram no meio do nariz, mas têm armamento pesado e sonham com uma guerra civil.

Derrotá-los de vez vai exigir coragem, determinação e sabedoria, mas já não há desculpa para fingir que não sabemos exatamente quem somos e o que desejam. Saio de férias desejando a todos um feliz combo de 2019, 2020, 2021, 2022 —e 2023. Até fevereiro!

28 anos de PSDB na segurança pública

Fontes: Seade, Polícia Militar, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Secretaria da Segurança Pública de SP

Crises com polícia e PCC moldaram segurança paulista

Gestões do PSDB foram cobradas por transparência e melhoraram estatísticas

Rogério Pagnan

SÃO PAULO As notícias do Palácio dos Bandeirantes naquele 23 de abril de 1997 deixaram os policiais atônitos. Em resposta ao rumoroso episódio de violência policial conhecido como caso da Favela Naval, o governador tucano Mário Covas anunciava uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que, na essência, pretendia acabar com a Polícia Militar.

A medida acabou não prosperando em Brasília, mas a crise instalada à época, aliada a outras que vieram nos anos seguintes, ajudou a forjar o atual modelo de segurança pública paulista. Para especialistas, apesar de haver questões ainda a serem resolvidas, a segurança é um dos legados da "dinastia do PSDB" que termina neste mês, após 28 anos.

Também é, por outro lado, uma das áreas que mais correm risco de retrocesso na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Uma das razões é o perfil do secretário escolhido, o PM da reserva e deputado federal Guilherme Murano Derrite, conhecido como Capitão Derrite (PL-SP), que teve participação de ações violentas quando esteve na Rota, a tropa de elite da corporação.

"Espero que o novo secretário respeite o que vem sendo feito na PM. Todo o progresso preventivo que, infelizmente, ele não acompanhou, ou porque estava nos Bombeiros ou estava lá no Congresso. É uma evolução grande que tem que ser respeitada, porque ela é modelo não só para o Brasil, mas um modelo internacional", diz José Vicente da Silva, coronel reformado.

O episódio da Favela Naval, caso de extorsão, agressão e homicídio praticados por PMs em uma favela Diadema (Grande SP), revelado pela TV Globo em março de 1997, é apontado de maneira unânime como o estopim de mudanças estruturais do policiamento no estado, até devido a uma reinvenção da própria Polícia Militar.

"Para não acabar, a PM se articulou. Começou a repensar a suas práticas, incluindo a discussão da criação do Gespol, que é o sistema de gestão policial de qualidade total, direitos humanos e polícia comunitária", afirma o sociólogo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda conforme Lima, Covas e os primeiros secretários José Afonso da Silva e Marco Vinício Petrelluzzi foram essenciais nessa reformulação porque provocaram uma ruptura do modelo herdado da ditadura militar.

"O que o Covas mostrou com José Afonso e Petrelluzzi foi: 'Polícia, você pode contar com todo o nosso apoio para fazer seu trabalho de forma mais moderna, tecnológica e eficiente possível. Mas, na hora que cometer algum excesso, você vai ser responsabilizado. E você vai ter que mostrar o que você está fazendo'. Aí, são as estatísticas."

As primeiras estatísticas organizadas foram publicadas trimestralmente pelo governo em 1995, no início da gestão Covas. Com o passar dos anos, a divulgação ganhou novos formatos até que, em 2011, na gestão de Geraldo Alckmin, passou a ser mensal. Ambas as medidas são consideradas pioneiras no país.

A divulgação mensal passou a ocorrer, porém, na esteira de suspeitas de venda de informações por um funcionário da Secretaria da Segurança, em período que pasta restringia acesso a elas. Negativas do tipo permearem os governos tucanos, e a própria **Folha** acionou a Justiça para conseguir dados públicos.

Também pairaram suspeitas sobre os números divulgados, em especial sobre as taxas de homicídios dolosos (intencionais), que apresentaram as maiores quedas. Elas foram de 35,33 casos de homicídio a cada grupo de 100 mil habitantes, no final dos anos 1990, para os atuais cerca de 6 casos por 100 mil.

As quedas dos assassinatos, ao final, se mostraram sólidas e se tornaram objeto de estudos. O trabalho da PM e da Polícia Civil é apontado como fator dessa redução, mas o domínio territorial da facção PCC (Primeiro Comando da Capital) nas periferias, que sufocou a disputa pela venda de drogas, também é citado frequentemente.

O presidiário Marco Willians Herbas Camacho, chefe do PCC, chegou a reivindicar influência do crime organizado nessa redução. "Sabe o pior? É que há dez anos todo mundo matava todo mundo por nada... Hoje pra matar alguém é a maior burocracia [estatuto do PCC teria disciplinado condutas]. Os homicídios caíram não sei quantos por cento. Aí eu vejo o governador [Alckmin] chegar lá e falar que foi ele", disse Marcola, em março de 2011, em conversa grampeada.

O estado sempre negou tal influência, assim como tentou a negar a própria existência do PCC. A admissão da facção, nascida nos presídios paulistas em 1993, ocorreu após a megarrebelião em fevereiro de 2001. Covas estava na época licenciado do cargo, assumido por Alckmin. Mas o governo ainda minimizava o alcance do grupo.

"O PCC é uma organização falida e desmantelada", disse o então diretor do Deic (departamento de investigações da Polícia Civil), Godofredo Bittencourt, em 2002. "Presos do PCC choraram aqui porque estavam próximos de receber uma progressão da pena e vão ficar mais alguns anos da cadeia. Se o PCC tinha uma boca cheia de dentes, agora tem um dentinho ali e outro lá. Não morde mais ninguém."

O poder dos criminosos acabou mensurado pela população paulista em 2006, quando as forças de segurança foram atacadas em uma das maiores crises da área. Foi nessa época, no mandato-tampão de Cláudio Lembo (do antigo PFL), que o estado percebeu a fragilidade de seus serviços de inteligência.

Assim como em 2006, outra crise na segurança paulista ocorreu em 2012 em nova ação contra o PCC. O então secretário Antônio Ferreira Pinto elevou a Rota como principal força de combate à facção. Uma série de suspeitos foi morta em supostos confrontos, o que levou a uma represália por parte de criminosos.

Ao menos 82 PMs de folga foram assassinados em todo o estado nesse período, parte em emboscadas. O número de civis mortos no estado também subiu. O aumento das taxas de homicídios acabou levando à queda de Ferreira Pinto, hoje apoiador de Tarcísio de Freitas e membro da equipe de transição do governo. paulista

Uma das atuações da Rota criticadas nesse período é conhecida como "Caso Barracuda". Seis suspeitos foram mortos nessa ação, que tinha o então tenente Derrite como um dos principais comandantes. Na ocasião, após a apresentação da ocorrência à Polícia Civil, três PMs foram presos sob a suspeita de terem torturado e matado um suspeito já rendido. Os PMs acabaram absolvidos.

"Quem não reagiu está vivo", disse Alckmin, governador na época, em defesa de uma ação da Rota em um sítio de Várzea Paulista (58 km da capital), que deixou nove mortos em setembro de 2012.

Para o delegado Marcos Carneiro Lima, delegado-geral entre 2012 e 2013, o tucanato também fica marcado pela forma como tratou a Polícia Civil, em especial com os salários entre os mais baixos do país. A briga por melhores vencimentos, lembra ele, quase levou a uma tragédia em 2008, quando PM e civis entraram em conflito próximo ao Bandeirantes, ocupado na época por José Serra.

"Essa foi uma marca negativa do PSDB que nunca vão conseguir tirar. Criaram uma situação em que duas instituições, que são para servir o povo de São Paulo, quase entrassem em conflito. E só não teve morte por pura sorte."

Os especialistas também concordam que a Polícia Civil não acompanhou a evolução da PM, quer por problemas próprios de gestão, quer por maior atenção dada pela gestão tucana aos policiais fardados.

"A PM conseguiu muito investimento e conseguiu se estruturar, é uma polícia mais forte, mais equipada. A Polícia Civil foi ficando de lado, extremamente sucateada e abandonada", diz a socióloga Carolina Ricardo, diretora-executiva do instituto Sou da Paz

Para ela, apesar de haver pontos a serem melhorados, como os crimes patrimoniais, entre eles os latrocínios e as quadrilhas do Pix, São Paulo registra uma importante queda na letalidade policial (com implantação das câmeras corporais em 2020) e nas taxas de homicídios dolosos (intencionais).

"Se eu assumisse como governador, eu falaria: 'Está bonitinho assim, não mexe. Não quero que volte a ser um problema'. Isso não é pouca coisa", afirma.

Relembre 5 crises da gestão tucana

CASO DA FAVELA NAVAL (1997)
Reportagem exibida pela Rede Globo mostrou cenas de extorsão, agressão e homicídio envolvendo PMs em favela de Diadema, no ABC paulista

MEGARREBELIÃO NOS PRESÍDIOS (2001)
Em fevereiro, presos de 29 penitenciárias de todo o estado iniciaram motim –o maior já registrado no país– sob a coordenação do PCC. Ao menos cinco detentos morreram

"ATAQUES DO PCC" E "CRIMES DE MAIO" (2006)
Em represália à transferência de 756 presos, criminosos do PCC iniciaram atentados. Ao menos 59 agentes policiais foram mortos. A resposta da polícia foi uma ação que deixou 505 vítimas em dez dias

CHACINA DE OSASCO E BARUERI (2015)
A maior chacina do estado ocorreu em agosto de 2015 na Grande SP, com ao menos 17 mortos. Os ataques ocorreram logo após a morte de um guarda municipal e um PM

MORTES EM PARAISÓPOLIS (2019)
Ação da PM acabou com a morte de nove jovens em um baile funk. Um grupo de 12 PMs foi denunciado por homicídio doloso

Maior desafio na educação é reconstruir o MEC

Para estudantes e especialistas, a reorganização do ministério é essencial para a recuperação da aprendizagem

Laura Mattos

SÃO PAULO Com o fim da gestão de Jair Bolsonaro (PL), o novo governo brasileiro vai precisar reestruturar o Ministério da Educação para poder dar início à principal tarefa da área nos próximos anos: conseguir com que alunos recuperem o aprendizado perdido na pandemia de Covid-19.

O fortalecimento da pasta é o primeiro passo para salvar essa geração de crianças e jovens afetadas pela crise sanitária, afirmaram estudantes, educadores e especialistas em políticas educacionais consultados pela **Folha**.

"Ficamos sem o MEC nos últimos quatro anos, no papel de um agente preocupado com o aprendizado, em apoiar Estados e municípios nessa tarefa, em desenvolver políticas nacionais", diz Denis Mizne, diretor-executivo da Fundação Lemann.

O desmonte não é só orçamentário, ressalta Priscila Cruz, presidente da ONG Todos Pela Educação e integrante do grupo técnico da educação da equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O MEC sofreu corte de 96% na linha orçamentária em 2022 da educação infantil, de 95% para a manutenção e o desenvolvimento de ensino. Nos últimos quatro anos, perdeu R$ 20 bilhões", aponta. "Esse é o aspecto mais visível, mas o outro, menos debatido, é o desmonte da gestão."

Professora de português em uma escola estadual de Lagarto (SE), Cleciane Alves diz que sentiu no "chão da escola" a ausência do ministério. "É preciso haver a retomada do MEC, com políticas públicas para a recuperação da aprendizagem", afirma.

Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Jade Beatriz pede a reconstrução urgente do Inep, órgão responsável pelo Enem — que teve em 2022 o seu menor número de inscritos.

Negra, filha de faxineira e de vendedor de frutas de Fortaleza, a estudante relaciona a queda nas inscrições à alta da evasão escolar nas classes mais pobres, agravada pela pandemia e pela falta de políticas públicas sob Bolsonaro.

Ela defende ainda que seja realizada uma busca ativa por alunos que abandonaram a escola, através de uma ação permanente e articulada pelo MEC, em parceria com as secretarias de educação.

A Ubes defende ainda que o MEC desenvolva um programa emergencial de alfabetização, posição que é também da Fundação Lemann.

"Os números, que já eram muito ruins antes da pandemia, pioraram. Em 2021, só 31% das crianças do 2º ano das escolas públicas sabiam ler", aponta Mizne, citando o percentual dos que obtiveram resultados considerados adequados pelo Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). "Temos 70% que não se alfabetizaram. São 70% de uma geração."

"É possível alfabetizar essas crianças e não custa caro. Não fazer isso é que custará muito caro para o país", afirma ele.

Para o especialista, o caminho é aproveitar modelos bem-sucedidos, como o do Ceará, que, entre as ações voltadas à educação, destina parte dos recursos do ICMS a municípios com bons resultados na aprendizagem — Camilo Santana (PT), anunciado como ministro de educação de Lula, é ex-governador do Ceará, e Izolda Cela, a número 2 da pasta, é a atual governadora e já chefiou a Secretaria de Educação do Estado.

Além do Ceará, Priscila Cruz cita como exemplos o ensino integral de Pernambuco e iniciativas de municípios como Teresina (PI), Sobral (CE) e Coruripe (AL), que colocaram a educação como prioridade, definindo programas, metas e investindo nos professores.

> Ficamos sem o MEC nos últimos quatro anos, no papel de um agente preocupado com o aprendizado, em apoiar Estados e municípios nessa tarefa, em desenvolver políticas nacionais
>
> **Denis Mizne**
> Diretor-executivo da Fundação Lemann

O investimento em avaliações diagnósticas e em um plano de recuperação são essenciais, e isso passa por currículos que definam prioridades. "Não vai dar para ensinar tudo, é preciso escolher bem, além de entender em que ponto do aprendizado cada aluno está", afirma Mizne.

O sistema educacional tende a considerar, por exemplo, que os matriculados no 7º ano em 2023 realmente estão no 7º ano", critica. "É preciso gritar: 'Não estão!' Perderam o 4º e o 5º ano com o fechamento das escolas, então, em 2023, não estão no 7º. Ignorar isso só fará a evasão explodir."

A recuperação também exige um aumento do tempo de aula, defende. "Seja com educação em tempo integral, seja com o uso de tecnologia, de atividades no contraturno, o que der para fazer e o mais rápido possível".

Cleciane também defende a expansão da educação em tempo integral. "Sou professora em um colégio com esse modelo, então falo embasada na minha prática. O tempo integral é importante sobretudo para combater os efeitos e as desigualdades agravados pela pandemia", avalia. Investir na formação dos professores de forma continuada também é fundamental, diz ela.

Sobre esse aspecto, Priscila Cruz defende que o MEC deve rever a regulamentação sobre o ensino a distância na formação de professores. Segundo levantamento do Todos Pela Educação, seis em cada dez docentes formados entre 2010 e 2020 fizeram EAD, que tem notas piores do que as do ensino presencial no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

Por fim, mas não menos importante, Jade Beatriz, da Ubes, menciona o cuidado com a saúde mental dos estudantes e a melhora da qualidade da merenda escolar. "O governo federal repassa R$ 0,36 para a alimentação de cada aluno, e temos 10 milhões de lares com crianças passando fome."

Juliano Spyer
O colunista está em férias

Passageiros no terminal de ônibus Capelinha, na capital paulista Karime Xavier - 13.ago.2021/Folhapress

Proposta de tarifa zero no transporte público carece de estudo sobre quem paga a conta

MOBILIDADE URBANA

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Viagens sem cobrança em ônibus urbanos que vão além das gratuidades previstas em lei são realidade em 52 cidades brasileiras. Entre elas, apenas São Luiz (MA), tem mais de 1 milhão de habitantes. A única entre as capitais brasileiras a implementar a tarifa zero no transporte público optou por um modelo parcial, com restrições geográficas.

Os dados são da NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos) e mostram a complexidade do tema, que carece de estudos de viabilidade e equilíbrio das contas públicas.

"A tarifa de remuneração, que é o valor necessário para cobrir o custo da realização do serviço, independe da tarifa de utilização, que é o valor que a população paga", diz Francisco Christovam, presidente executivo da NTU.

De acordo com os números da associação, a tarifa zero é aplicada predominantemente em municípios com até 250 mil habitantes. Na maior parte dos casos, os custos são pagos pelas prefeituras.

Os dados, que se referem ao mês de novembro, mostram ainda casos em que a opção pela gratuidade ocorreu pela falta de adesão de empresas às licitações. Foi o que ocorreu nas cidades mineiras de Campo Belo, Cláudio e Monte Carmelo.

"Se o poder concedente tem os recursos necessários para pagar pela prestação dos serviços e não cobrar nada da população, para as empresas operadoras o importante é que a remuneração dos serviços seja justa e adequada em função dos requisitos exigidos pelas prefeituras e pelos estados", afirma Christovam.

As exigências mencionadas pelo presidente da NTU incluem a adequação a normas ambientais. Na cidade de São Paulo, a Lei de Mudanças Climáticas determina que a frota tenha, no mínimo, 20% de veículos elétricos até o fim de 2024.

"Se faz necessário uma nova discussão sobre o subsídio que caminha rumo à gratuidade do sistema, sobretudo nos rumos que levam à nova matriz energética com a eletromobilidade", diz Hugo Alexander Martins Pereira, mestre em engenharia de transportes e professor do curso de engenharia civil da UP (Universidade Positivo).

"Em São Paulo, considerando os dados divulgados pela SPTrans, o sistema tem um custo de aproximadamente R$ 900 milhões, frente a uma arrecadação de R$ 416 milhões", completa.

Embora colaborem com a qualidade do ar nas grandes cidades, modelos elétricos têm valor elevado de aquisição. O biarticulado BYD D11B, por exemplo, custa aproximadamente R$ 3,5 milhões. Modelos de mesmo porte movidos a diesel têm preço inicial estimado em R$ 1 milhão.

Esse é um dos pontos em que a conta não fecha. A inclusão de ônibus a diesel no sistema de transportes está proibida desde 17 de outubro na capital paulista, o que força as empresas a buscarem alternativas e aumenta a pressão financeira.

Combustíveis de origem renovável também estão entre as possibilidades: embora não zerem as emissões por veículo, têm menor impacto ambiental. Entretanto, além de custarem cerca de 30% a mais em relação às opções a diesel, é preciso desenvolver o sistema de abastecimento para uma frota movida a biometano ou GNV (gás natural veicular).

Seja qual for a escolha para se chegar a um transporte público menos poluente, a receita disponível é uma barreira difícil de ser superada. Segundo estimativa da SPTrans, há uma diferença entre o valor da passagem definido pela prefeitura, fixado em R$ 4,40 desde janeiro de 2020, e o seu custo, que é de R$ 7,96.

Ao analisar os valores envolvidos, o caminho que leva à tarifa zero pode ser interrompido pela judicialização. "Há uma questão regulatória, jurídica e econômica de várias nuances, é preciso que se faça um estudo de caso aprofundado", diz Ane Elisa Perez, especialista em direito público e sócia da PDG Sociedade de Advogadas.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Landão se divertiu no hospital e partiu de bem com a vida

ORLANDO PETROCILLO (1946 - 2022)

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Como guarda de uma funerária, Orlando Petrocillo, o Landão, cochilava mais do que vigiava. Fazia do seu trabalho uma piada na qual dizia que durante o expediente, das 17h30 às 7h, conseguia dormir sem ser importunado pela companheira de quase 60 anos, Zélia.

Na pacata Urupês, no interior paulista, de quase 14 mil habitantes, o telefone da funerária Rede Mil toca pouco. Neste ano, a cidade registrou 136 óbitos, uma média de 11 por mês, segundo o portal Transparência do Registro Civil.

Brincalhão e gozador, como dizem no interior, Landão não perdeu o sorriso nem às vésperas da sua morte, no dia 1º de dezembro, de câncer no pulmão, aos 76 anos.

Internado no hospital padre Albino, em Catanduva (a 50 km de Urupês), ele se referia à cadeira de rodas como Uber e às sopas como lasanhas. Em seu leito, recebia as enfermeiras com charadas do tipo "o que a galinha foi fazer na igreja? Assistir à Missa do Galo".

Landão deixou, além de Zélia, os filhos Cristina, Sílvio e Fernando, sete netos (Diego, Fernandinho, Felipe, Clara, Samuel, Tiago e João Victor) e Urupês, ainda mais pacata. "Nesses dias que fiquei em Urupês, todo mundo tinha uma história para contar dele", disse o filho Fernando, o Feijão, que mora na Flórida (EUA).

Feijão, aliás, viria para o Brasil para as festas de final de ano e havia comprado uma assistente virtual a pedido de Landão, que ficou impressionado que a peça tocava até as músicas que ele pedia e contratou um serviço de internet para utilizá-la. Não deu tempo.

"A vida dele foi a de alegrar as pessoas, queria ver a família junto e não tinha hora ruim. Até nos velórios ele fazia as pessoas sorrirem", diz Feijão.

A família diz só se lembrar de ter visto Landão chorando uma vez, quando a filha Rita morreu, aos 28 anos.

"A perda da Rita, tão jovem, foi muito dolorida. Ela foi tirar uma verruga nas costas, que estava incomodando, e viram que era câncer", recorda Cristina. "Mas ele logo começou a superar o luto. Nunca vimos meu pai reclamar da vida, ficar se lamentando."

No caso de Landão, o câncer foi diagnosticado quase um mês antes do óbito. "Ele não fez os procedimentos como quimioterapia, radioterapia, a médica viu que o câncer era maligno", afirma Cristina.

Companheiro de Landão nos últimos 14 anos, o papagaio Louro demonstra saudades. O bichinho permitia que somente ele tocasse na sua cabeça. Diariamente, ambos passeavam de carro e tomavam café. Agora, Louro recorre aos braços de Zélia.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Fila para vacinação na UBS Nossa Senhora do Brasil, em São Paulo Danilo Verpa - 9.nov.2022/Folhapress

Saúde precisará reduzir filas e avançar vacinação em 2023

Brasil tem 11 milhões de cirurgias eletivas represadas; atraso em diagnósticos elevou pressão sobre o sistema

Natália Cancian

BELO HORIZONTE Gestores de saúde terão que lidar em 2023 com cenário de fila de cirurgias e exames represados, queda na cobertura vacinal em crianças, alerta por piora em indicadores de saúde e necessidade de, entre outros pontos, planejar novas medidas de controle e de monitoramento da Covid —sob risco ainda de novas emergências.

A avaliação é de especialistas, secretários de saúde e membros da equipe de transição do novo governo ouvidos pela **Folha**. "Serão vários desafios sobrepostos", diz Nésio Fernandes, presidente do Conass, conselho que reúne gestores de saúde estaduais.

Uma das primeiras tarefas, segundo o grupo, deve ser a reestruturação do Ministério da Saúde, pasta responsável por coordenar nacionalmente a gestão do SUS junto a estados e municípios e alvo de sucessivas crises e trocas de gestão nos últimos três anos.

"O principal desafio do primeiro trimestre vai ser colocar o Ministério da Saúde para funcionar novamente, porque ficou paralisado", diz Rosana Onocko, presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva). Ela questiona a falta de informações da pasta sobre o planejamento de vacinas contra a Covid para 2023, por exemplo.

A atual presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, foi anunciada como nova ministra da Saúde a partir de janeiro. Segundo especialistas, ela terá o desafio de recuperar a capacidade técnica da pasta. "Sem isso, não se consegue fazer um programa de vacinação funcionar, por exemplo", diz o médico sanitarista e professor da FGV Adriano Massuda.

Secretários de saúde apontam ainda outras questões. Uma delas é lidar com a fila de cirurgias e exames represados devido à pandemia —levantamento do Conass aponta déficit de 1,6 milhão de internações por cirurgias eletivas e 10,4 milhões de cirurgias ambulatoriais nos anos de 2020 e 2021, passivo que ainda precisa ser resolvido.

Outros atendimentos também ficaram represados, diz Massuda. A partir do volume de atendimentos nos anos anteriores, e incluindo dados de 2022, ele estima que o total de procedimentos represados e não ligados à Covid passe de 1 bilhão desde o início da pandemia.

"Houve um volume grande de exames que deixou de ser realizado, fazendo com que problemas que poderiam ser detectados precocemente não fossem identificados", completa. "Vemos chegar casos de câncer com piora no prognóstico. As filas de especialidades também aumentaram."

A Covid, aliás, segue como desafio. Para especialistas, faltam dados sobre efeitos prolongados da doença, a chamada Covid longa. Outra urgência é reorganizar meios de monitorar a epidemia diante da baixa testagem e da queda na mortalidade pela vacinação.

> Houve um volume grande de exames que deixou de ser realizado, fazendo com que problemas que poderiam ser detectados precocemente não fossem identificados
>
> **Adriano Massuda**
> Sanitarista, professor da FGV

Será necessário ainda estimular as pessoas a completarem o esquema vacinal contra a doença. Dados do Ministério da Saúde apontam que 61 milhões de pessoas não buscaram o primeiro reforço.

"Temos muitos brasileiros com dose incompleta, que estão indo para intubação", diz Mauro Junqueira, secretário-executivo do Conasems, conselho que reúne secretários municipais de saúde.

Ele pede que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) faça algum gesto simbólico em defesa da imunização. "O presidente vai ter que nos primeiros dias chamar a imprensa, arregaçar as mangas e tomar vacina. Precisa dar o exemplo", diz.

A lista de desafios vai além.

De acordo com gestores, 2023 deve iniciar com a necessidade de preencher vagas geradas pelo fim de contratos de parte dos profissionais do Mais Médicos, por exemplo. Nos últimos meses, o programa vinha sendo substituído por uma nova versão, o Médicos pelo Brasil, mas ainda com poucos editais.

Entram ainda no conjunto de urgências a necessidade de reverter a queda na cobertura vacinal entre crianças — situação que se agrava desde 2015 e traz o risco de retorno e avanço de doenças antes tidas como eliminadas — e a piora recente de alguns indicadores de saúde em áreas diversas.

A taxa de mortalidade materna, por exemplo, passou de 75,74 mortes a cada 100 mil habitantes, em 2020, para 114,62 em 2021, ano dos dados completos mais recentes disponíveis. Até então, essa taxa vinha em patamar de estabilidade.

Em outro sinal de alerta, levantamento da Fiocruz mostrou que, em 2021, o SUS registrou em média oito internações de bebês por dia devido à desnutrição. Ao todo, foram 2.979 hospitalizações por esse motivo, o maior número dos últimos 13 anos. Novo aumento era previsto para 2022.

Para Arthur Chioro, ex-ministro da Saúde e coordenador do grupo técnico da área na equipe de transição, a piora nos indicadores evidencia uma situação "crítica". Segundo ele, mapeamento feito pelo grupo apontou problemas de gestão do Ministério da Saúde.

"É uma situação de total caos. São milhares de doses de vacinas vencendo, ou que não sabem informar os estoques."

A reportagem questionou o Ministério da Saúde sobre pontos citados pelos especialistas, como a falta de informações sobre vacinação contra Covid em 2023.

Em nota, a pasta diz que o volume adquirido nos contratos atuais atende a demanda do próximo ano, mas não informou a quantidade a ser entregue. Também segundo o ministério, os grupos que devem ser contemplados ainda estão em definição.

Gestão ambiental de Lula, lançada para europeu ver, promete hesitação no Brasil

ANÁLISE AMBIENTE

Ana Carolina Amaral

A hesitação de Lula sobre a nomeação para o comando do Ministério do Meio Ambiente fala mais alto sobre os desafios ambientais do país no próximo ano do que o discurso feito na COP27 do clima da ONU, no Egito, quando anunciou que priorizaria a pauta climática no governo.

Enquanto garantiu o controle de pastas fundamentais para sua gestão, como foi o caso do Desenvolvimento Social, Lula cogitou acomodar no Meio Ambiente uma aliada sem trajetória na área —Simone Tebet, agora indicada para o Planejamento. Comum na política, porém recente em órgãos ambientais, a oferta está na origem da precarização da agenda e da abertura das boiadas.

Foi esse tipo de jogada política que criou o antiministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O advogado então filiado ao PP estreou na área ambiental como secretário estadual de meio ambiente de São Paulo, em 2016. Ele foi nomeado pelo governador Geraldo Alckmin uma semana após o Progressistas ter aderido ao candidato do PSDB, João Doria, na campanha pela prefeitura da capital.

"Para conter as taxas de desmatamento, uma pessoa com uma forte agenda ambiental e com determinação deve liderar o Ministério do Meio Ambiente", afirmou à **Folha** a eurodeputada Anna Cavazzini. Vice-presidente da delegação para relações com o Brasil no Parlamento Europeu, ela defende a renegociação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul para fortalecer garantias ambientais.

Cavazzini aguarda sinais de implementação da política ambiental no Brasil. Para além de recuperar o que foi desmontado sob Bolsonaro, ela cita a preocupação com a liberação de pesticidas agrícolas —algo que o bloco europeu busca banir.

O uso da pauta climática como trampolim para protagonismo internacional implicará a Lula comprar brigas políticas dentro de casa —e evitar rifar órgãos ambientais.

"Vou fazer tudo. O Meio Ambiente depende da Agricultura e a Agricultura depende do Meio Ambiente, então pode ficar tranquila", Lula se limitou a dizer à **Folha**, nos corredores da COP27, quando questionado sobre como equacionaria o comando das duas pastas.

Se Lula quer que o mundo acredite no discurso levado à COP27 —quando afirmou que a produção agrícola sem equilíbrio ambiental deve ser considerada uma ação do passado— seu governo precisará assumir a aposta diante de aliados políticos. Porém, boa parte deles tem prioridades antiambientais.

De acordo com o índice do Instituto Democracia e Sustentabilidade, a bancada antiambiental pode ter 61% dos votos da Câmara, considerando aqui os partidos que votaram contra a proteção ambiental em pelo menos três quartos das matérias na última legislatura.

Ao mirar 2023, a gestão Lula ainda terá o desafio de aproximar o discurso diplomático —feito "para europeu ver"— das prioridades dos brasileiros.

Isso significa ir além da reversão do patamar de desmatamento da Amazônia, cujas taxas são acompanhadas no mundo todo, afinal indicam a capacidade planetária de conter o aquecimento global.

Brasil adentro, o desafio é outro: a adaptação às mudanças climáticas. Aqui já se sente na pele os efeitos do eventos climáticos extremos nas cidades, nas florestas e no campo. Berço das águas, o cerrado, que abriga nascentes de 8 das 12 principais bacias hidrográficas brasileiras, sofre desmatamento acelerado. Só neste ano foram mais de 10 mil km2, segundo o Prodes/Inpe.

Apesar do potencial de garantir resiliência climática ao país, o destino do bioma está ameaçado pelo avanço de monoculturas voltadas à exportação, como soja e milho, principalmente na região do Matopiba, entre os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No oeste baiano, um estudo do Imaterra mostrou que o governo estadual tem concedido licenças irregulares ao agronegócio para desmatamento até mesmo em áreas protegidas por lei, em uma configuração de política de Estado. Há oito anos, a Bahia é governada por Rui Costa (PT), futuro ministro da Casa Civil de Lula.

Para tocar uma nova governança ambiental em 2023, o governo eleito precisará reposicionar politicamente os limites ambientais. Em vez de figurarem em um polo da dicotomia que opõe a proteção ambiental ao desenvolvimento, as condicionantes ambientais precisam entrar como denominador comum na equação das pressões econômicas, políticas e internacionais.

Bolsonaro sanciona lei da telemedicina

Legislação diz que profissionais terão autonomia para decidir sobre o uso da prática, e pacientes poderão recusá-la

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou na terça-feira (27) a lei que regulamenta a prática da telessaúde no Brasil e estabelece critérios para o atendimento a distância. O texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 13.

A telessaúde engloba, além da medicina, atendimento remoto em enfermagem, fisioterapia e psicologia, por exemplo. A modalidade foi permitida em caráter emergencial na pandemia de Covid-19, em 2020, e a partir de 2023 estará dentro de uma nova pasta a ser criada pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e chefiada pela professora e ex-primeira-dama de São Paulo Ana Estela Haddad.

Entre as regras estabelecidas pela nova legislação estão a autonomia do profissional de saúde para decidir sobre o uso da prática, inclusive em relação à primeira consulta.

Ela também garante o direito da recusa ao atendimento na modalidade a distância pelo paciente e a confidencialidade dos dados.

Os atos do profissional de saúde terão validade em todo o território nacional, e caberá aos conselhos federais a responsabilidade pela normatização ética da prestação dos serviços remotos.

Além disso, norma que pretenda restringir a telemedicina deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida para que sejam evitados danos à saúde dos pacientes.

A nova lei foi comemorada pelo setor da saúde. Em nota, a Fenasaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), que reúne 14 grupos de operadoras de planos de saúde (41% do mercado), disse que a nova lei representa um avanço e ampliará o acesso no país. Desde março de 2020, as associadas à Fenasaúde realizaram mais de 11 milhões de consultas de telessaúde.

> “O texto foi muito discutido durante dois anos e meio com entidades civis e conselhos de classe e reflete bem as necessidades atuais
>
> **Caio Soares**
> Presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Empresas de Telemedicina e Saúde Digital

O fato de a legislação se ater aos princípios básicos para a prestação dos serviços e deixar em aberto algumas questões técnicas que precisam ser bem mais discutidas é um outro ganho, segundo Caio Soares, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Empresas de Telemedicina e Saúde Digital. Porque, do contrário, já nasceria engessada.

Entre as questões estão o formato e o modelo das prescrições eletrônicas e em quais ambientes, fora os consultórios, a telemedicina pode ser praticada. Por exemplo, há uma discussão se as consultas virtuais podem acontecer dentro de shoppings, de supermercados e de farmácias.

Atualmente, por exemplo, a consulta médica não é permitida dentro das farmácias. Esses limites deverão ser debatidos no âmbito da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Conselho Federal de Medicina.

Pela norma, é obrigatório o registro das empresas intermediadoras de serviços médicos, bem como o registro de um diretor técnico médico dessas empresas, nos conselhos regionais de medicina dos estados de suas sedes.

Atualmente há mais de cem empresas praticando telessaúde no país, sem contar as startups, segundo dados da Saúde Digital Brasil. Em 2021, foram realizadas 14 milhões de teleconsultas. A expectativa é que 2022 encerre com 30 milhões.

Dados da entidade mostram um índice de resolutividade das teleconsultas de 94%. Ou seja, só em 6% dos atendimentos são encaminhados a um pronto-socorro ou a um atendimento presencial.

A expectativa é que, a partir desta nova lei, haja ampliação dos serviços de telessaúde também no SUS. Segundo Zeliete Linhares Leite Zambom, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, o uso da ferramenta na atenção primária à saúde aumentará o acesso.

“Há muitas questões triviais do dia a dia que poderiam ser resolvidas mais facilmente por teleconsulta, não precisaria a pessoa ir até a unidade de saúde e ficar horas esperando por atendimento.”

Ela lembra que a atenção primária prevê um atendimento longitudinal (ao longo tempo) e um planejamento de coordenação de cuidados das pessoas, que podem ser dificultados com os serviços a distância, além dos que necessariamente demandam atendimentos presenciais.

A médica reforça, porém, que será preciso avaliar e se adaptar às realidades de cada local. Por exemplo, há pessoas que não têm smartphones e que não poderão receber ou fazer videochamadas.

Para Chao Lung Wen, chefe da disciplina de telemedicina da Faculdade de Medicina da USP, o ensino superior deverá se adaptar à nova realidade: “Ao se tornar lei, basicamente, todas as faculdades da área de saúde e as residências médicas e multiprofissionais precisarão incluir a telessaúde como matéria obrigatória, pois é função das instituições ensinar sobre o SUS”.

equilíbrio

Buscar diálogo deve ser prioridade com familiares tóxicos, mas se afastar é opção

Relações não saudáveis, pautadas pela violência, podem impactar a autoestima do afetado, além de criar medo de abandono

Luiz Paulo de Souza

RIBEIRÃO PRETO Quando o isolamento social chegou ao fim, Pedro Henrique Lages, 24, sentiu que precisava se afastar da família. O professor do ensino básico percebeu que passou a ser criticado por tios e primos maternos sobre o peso que ganhou durante o isolamento.

Mesmo deixando claro que se sentia incomodado com os comentários, os parentes continuavam fazendo piadas, tocando seu corpo e dizendo que Pedro precisava "voltar a ficar bonito" —sugeriam, inclusive, cirurgias e procedimentos.

Mas será que o afastamento é sempre necessário? Para especialistas consultados pela **Folha**, a primeira tentativa deve ser sempre a comunicação. Eles ponderam, porém, que se distanciar pode ser necessário caso o familiar não esteja aberto ao diálogo.

O caso do professor apresenta características do chamado relacionamento tóxico. O termo se popularizou para descrever comportamentos desrespeitosos, invasivos e que causam sofrimento e desconforto, segundo Manuela Moura, psicóloga na UFBA (Universidade Federal da Bahia) e especialista em terapia de casal e família. A profissional descreve como tóxicas relações que são pautadas pela violência.

Para Moura, conflitos são necessários para que as expectativas dos indivíduos sejam alinhadas. Quando resolvidos na base do diálogo, fazem com que os laços familiares sejam estreitados, e que os membros se respeitem e se conheçam de maneira mais íntima.

Por outro lado, a falta de validação e segurança promovida por relações tóxicas faz com que os indivíduos se sintam negligenciados. O psicólogo especialista em terapia cognitivo comportamental Bruno Luiz Avelino Cardoso, professor adjunto da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), afirma que essas relações são perigosas pois podem interferir em outros aspectos da vida.

Segundo ele, a insegurança que esses relacionamentos podem causar, faz com que o indivíduo desenvolva baixa autoestima e espelhe o medo do abandono em relações futuras. Para interromper o ciclo de violência, especialistas recomendam falar sobre o desconforto com os familiares.

Para que a comunicação funcione, os parentes precisam estar dispostos a resolver os conflitos. Isso pode ser mais fácil caso os envolvidos já tenham vivido, em algum momento, uma relação harmônica e o embate tenha surgido após um período de dificuldade como a adolescência, por exemplo.

Eu tenho esperança de aumentar esse grupo de pessoas que me fazem sentir acolhido

Pedro Henrique Lages
Professor do ensino básico

Quando a falta de diálogo existe há mais tempo e a relação tóxica está mais enraizada, a ajuda de um profissional pode ser necessária. Uma alternativa é a terapia familiar, um processo que pode ser demorado e os indivíduos aprendem a identificar comportamentos prejudiciais e a respeitar opiniões e decisões do outro.

O afastamento, entretanto, pode ser necessário, diz a psicóloga e conselheira do CRP-SP (Conselho Regional de Psicologia de SP), Valéria Braunstein. Isso acontece quando o familiar não está aberto ao diálogo ou quando a violência —mesmo que não for física— se torna insuportável.

Os psicólogos recomendam que, quando o distanciamento for indispensável, o indivíduo busque uma rede de apoio que possa proporcionar carinho e acolhimento.

Braunstein aponta, entretanto, que durante esse período é importante buscar autoconhecimento e autocuidado para evitar reproduzir os padrões tóxicos vividos em outras relações. A profissional afirma que esse afastamento não precisa ser absoluto e que deve ter, quando possível, o objetivo de abrir espaço para o diálogo futuro.

É o que Pedro decidiu fazer. Ele ainda visita a família no dia das mães, Natal e aniversário da avó.

Não foi a primeira vez que ele e os parentes se distanciaram. Quando fez 15 anos, Pedro se descobriu gay e sofreu represálias das mesmas pessoas. Eles ficaram três anos sem se falar, até que a avó tomou a iniciativa de reunir a família e exigir que o neto fosse respeitado —hoje a homofobia não é mais um problema.

Apesar de ter o apoio da mãe, de um dos tios e de vários amigos, o professor diz esperar que seja possível se reaproximar dos outros familiares no futuro. "Eu tenho esperança de aumentar esse grupo de pessoas que me fazem sentir acolhido", diz.

Apesar de você, amanhã há de ser outro dia

A nossa luta contra a velhofobia no Brasil vai continuar no próximo ano

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da UFRJ, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Um pouco antes da pandemia, em 11 de dezembro de 2019 (dia do meu aniversário), almocei com uma das minhas editoras para conversar sobre os meus projetos para 2020. Contei que estava com vontade de escrever uma espécie de manual didático para combater a violência, discriminação e preconceito contra os mais velhos no Brasil. Eu já tinha até o título do meu novo livro: "Velhofobia".

O objetivo principal do meu livro era denunciar a violência física, psicológica e verbal, abuso financeiro, negligência, falta de cuidados básicos de saúde, maus-tratos e abandono dos mais velhos dentro das próprias casas e famílias: 50% dos agressores dos mais velhos são os próprios filhos, e mais de 10% são netos, cônjuges, genros e noras.

Ela gostou do projeto, mas, como eu já havia escrito sete livros sobre envelhecimento e felicidade e havia acabado de publicar "Liberdade, Felicidade e Foda-se!" com vários capítulos sobre os nonagenários que venho pesquisando desde 2015, achou melhor publicar, primeiro, um livro com minhas pesquisas sobre amor, sexo e traição e, depois, o livro sobre velhofobia.

Passei quase três anos escrevendo o livro sobre amor, sexo e traição e, obviamente, não consegui escrever "Velhofobia". Confesso que me arrependi da decisão, pois, com a chegada da pandemia de coronavírus em março de 2020, me tornei uma espécie de "porta-voz na luta contra a velhofobia no Brasil", como muitos jornalistas me chamaram. Tenho certeza de que o livro "Velhofobia" poderia ter sido um instrumento poderoso para combater os estigmas, preconceitos e abusos contra os mais velhos na pandemia.

A velhofobia sempre existiu, mas ficou muito mais escancarada e cruel nos últimos tempos. Homens e mulheres mais velhos, que já sofriam uma espécie de morte simbólica, ficaram desesperados ao constatar que estavam sendo tratados como lixos descartáveis. Será que algum brasileiro se esqueceu da sabotagem da vacinação e da postura criminosa das principais autoridades do país?

"É só uma gripezinha. Deixa de ser cagão. Vamos todos nos contaminar para criar imunidade e essa gripezinha acabar logo. Só irão morrer alguns velhinhos doentes. Eles iriam morrer mesmo, mais cedo ou mais tarde. Vai ser até bom para a Previdência se morrerem logo. O problema do Brasil é que todo mundo quer viver 100 anos."

[...]

A velhofobia sempre existiu, mas ficou muito mais escancarada e cruel nos últimos tempos. Homens e mulheres mais velhos, que já sofriam uma espécie de morte simbólica, ficaram desesperados ao constatar que estavam sendo tratados como lixos descartáveis

Gostaria que a minha luta tivesse um impacto muito maior nas vidas de homens e de mulheres que estão se sentindo inúteis, irrelevantes e invisíveis. Eu me sinto cada vez mais angustiada e impotente ao constatar o aumento da velhofobia nos últimos anos. Sempre digo que o meu trabalho é de formiguinha, sei que o que eu faço é pouco...

*Além de escrever inúmeras colunas sobre velhofobia, tive a alegria de lançar na **Folha**, junto com o meu querido amigo Jairo Marques, a campanha: "Escute bonito os seus velhos". Também na **Folha**, junto com as irreverentes Avós da Razão, lancei o meu "Manifesto das Velhas Sem Vergonhas".*

*Nos últimos dias de um ano de tantos sofrimentos, lutos e perdas, quero agradecer ao time maravilhoso da **Folha** que, todas as semanas, cuida das minhas colunas e, especialmente, a cada um dos meus leitores e leitoras. Acho que vocês nem imaginam como são importantes na minha luta para fazer uma verdadeira Revolução da Bela Velhice. Ou será que imaginam?*

Desejo um 2023 com mais saúde, amor, paz, esperança e coragem para continuar a nossa revolução amorosa, generosa e libertária. Quero terminar o ano cantando, junto com vocês, uma música para espantar todos os ratos velhocidas que saíram do esgoto nos últimos anos: "Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia".

esporte

NEYMAR É EXPULSO APÓS SIMULAÇÃO NO FRANCÊS O atacante brasileiro encarou o árbitro ao receber o segundo cartão amarelo por simulação, minutos após o primeiro, em vitória do PSG sobre o Strasbourg por 2 a 1; Neymar desfalca o time contra o vice-líder, Lens, no domingo (1º) Julien de Rosa/AFP

Silas Malafaia para presidente da CBF

Futebol brasileiro precisa usar o poder da palavra para difundir seus valores essenciais e mobilizar os torcedores

Marcelo Damato

Tem 35 anos de jornalismo. Dedica-se à cobertura do poder, no futebol e fora dele

Que susto, hein?

Mas o assunto é sério.

Eu não sou da turma do Malafaia. Não compartilho sua visão de mundo, nem concordo em geral com suas posições. E, por fim, não sou evangélico.

Mas é inegável que o bispo, como vários pastores, é um excelente comunicador. Ao longo de décadas, esses pregadores vêm fazendo um consistente trabalho de atração de fiéis, baseado no poder da palavra. Se a palavra é mesmo de Deus ou deles mesmos, não interessa aqui.

O que isso tem a ver com a CBF e o futebol brasileiro? Bastante.

O futebol tem muitos pontos em comum com uma religião. Sem desmerecer a gestão e a beleza do jogo, comum a muitos esportes, sua força depende da crença de que esse esporte representa algo superior, acima dos homens.

O que se viu em Buenos Aires, na festa do tri argentino, é uma prova inquestionável. Cinco milhões de pessoas não se aglomeram sem uma crença comum muito forte.

No Brasil, não se vê a mesma força da palavra do "deus" Futebol. Aqui, são os resultados que ditam o ânimo da torcida. Grande parte dos torcedores agem como consumidores, exigindo vitória e espetáculo em troca do dinheiro gasto. Futebol não é ópera.

Na Copa do Mundo, essa atitude se agrava. Em 2014, a intensidade das vaias contra a seleção repercutiu no mundo todo. Futebol também não é geladeira.

Volte a pensar em religião. Dá para imaginar um devoto cobrando de seu deus resultado para sua vida e em caso negativo, vaiá-lo ou demiti-lo?

É claro que a força da fé depende de resultados. Mas os verdadeiros torcedores estão sempre com o time e cobram apenas empenho. O Brasil precisa reaprender a agir assim.

A construção desse elo, essa sensação de pertencimento, não depende só da torcida. É muito fruto da ação dos pastores e bispos, que neste caso são jogadores, técnicos e cartolas.

Aqui dirigentes são tachados de desonestos e os jogadores, de displicentes. Será que é isso que realmente importa?

Os dirigentes mais populares são os que são tidos como mais honestos ou aqueles que têm mais carisma? Se o comportamento extracampo fosse a medida da popularidade, Kaká seria tão reverenciado quanto Pelé.

Por outro lado, e Maradona? Foi alguma vez um exemplo? Seus títulos e exibições foram essenciais, mas é o poder da palavra que explica por que os torcedores não o abandonaram mesmo nos momentos mais "policiais" da sua vida. Que outra explicação pode ter o fato de Maradona ser muito mais adorado na Argentina do que Pelé no Brasil?

Em contrapartida, os dirigentes e parte dos jogadores brasileiros parecem dizer: quero fazer meu trabalho em paz.

Jogadores de futebol não são engenheiros que desenvolvem smartphones. Da mesma forma, os dirigentes não são apenas o departamento financeiro. Entregar resultados é fundamental do trabalho, mas essa é a meta de curto prazo.

O que mantém um futuro ainda mais poderoso para cada clube e para o todo é manter os torcedores com fé no que virá. A comunicação e a fé são a diferença entre jogar na Copa do Mundo e na pelada da firma.

E, mesmo para um produto tão impessoal como um celular, o impacto de um pregador da capacidade de Steve Jobs fez daquele aparelho um novo deus por muitos anos.

Quem deve comandar o futebol são profissionais do futebol. Mas é importante reconhecer que os evangélicos têm a ensinar sobre como reforçar o laço entre torcedores, jogadores e dirigentes.

| DOM. Tostão, Juca Kfouri (em férias) | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri (em férias) | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri (em férias) | **SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo** | SÁB. Marina Izidro

2023 terá Copa feminina e jovens consolidados

Calendários do futebol, do tênis e da NBA prometem duelos e passagem de bastão entre craques veteranos e novatos

SÃO PAULO Quem acompanha as grandes modalidades do esporte deve se deparar com um 2023 mais típico que os dois anos anteriores, que tiveram Olimpíadas atrasadas (Tóquio-2020, em 2021 por causa da Covid-19) e Copa masculina fora de época, no fim de 2022.

Isso porque, fora a Copa do Mundo feminina de futebol, prevista para começar no dia 20 de julho, não há grandes eventos além do calendário habitual de competições nas principais modalidades.

O Mundial feminino deve ter uma seleção brasileira que mescla veteranas como Marta, 36 (terá 37 anos na Copa), e Tamires, 35, mas também jovens atletas convocadas para amistosos recentes, casos de Lauren, 20, do Madrid-ESP, e Geyse, 24, do Barcelona-ESP. Será o primeiro Mundial da seleção sob o comando da sueca Pia Sundhage, que ainda fará a convocação para o torneio.

As americanas, tetracampeãs e vencedoras dos dois últimos Mundiais, defendem o trono na Copa de 2023, que será realizada na Austrália e na Nova Zelândia. A final será no dia 20 de agosto.

Futebol lá e cá

No futebol masculino, a vitória da Argentina de Messi no Qatar teve show de Mbappé, 24, craque consolidado que, mesmo com o vice na Copa, mostrou estar pronto para herdar o posto de melhor jogador do planeta e comandar o Paris Saint-Germain ao esperado título da Liga dos Campeões.

Mas ele terá como adversários Erling Haaland, 22, centroavante do Manchester City que busca a taça também inédita para seu time, além dos atuais campeões Vinicius Junior, 22, e Rodrygo, 21, companheiros de Karim Benzema, melhor jogador do mundo, no Real Madrid.

No Brasil, o também atual campeão nacional, Palmeiras, terá mais um ano com o atacante Endrick, 16. Vendido ao clube merengue em transação que pode chegar a R$ 407,7 milhões, o garoto foi revelação do Brasileiro e fica no clube paulista até completar 18 anos.

O Flamengo vai defender seus títulos de Copa do Brasil e Libertadores, além de disputar o Mundial de Clubes, quando poderá encontrar o Real Madrid na final.

Alcaraz número 1

Carlos Alcaraz, espanhol de apenas 19 anos, começa 2023 como o número 1 do ranking mundial masculino de tênis, enquanto craques que dominaram o esporte nas últimas duas décadas começam a se despedir — Roger Federer, 41, se aposentou em setembro e, no feminino, Serena Williams, 41, anunciou o fim da carreira.

NBA equilibrada

Na liga de basquete dos Estados Unidos, a temporada tem craques atingindo números impressionantes e fazendo do torneio um dos mais disputados dos últimos anos.

Entre os muitos destaques está Luka Doncic, 23. Nesta terça (27), ele anotou 60 pontos, 21 rebotes e 10 assistências na vitória do Dallas Mavericks sobre o New York Knicks — métricas inéditas na liga.

Lebron James, 37, deve passar Kareem Abdul-Jabar como o maior pontuador da história da NBA. A marca de 38.387 pontos está a 601 de ser ultrapassada. Mantida sua média de pontos da temporada passada, Lebron precisa de 20 jogos para bater a marca.

QUIZ DE FIM DE ANO

Teste sua memória sobre 2022

Da Guerra da Ucrânia ao tapa no Oscar e à Copa do Mundo do Qatar, relembre os principais acontecimentos do ano

Bárbara Blum e Beatriz Izumino

1
Em 2022, os tenistas Roger Federer e Serena Williams anunciaram suas aposentadorias. Quantos títulos de Grand Slams em simples têm os dois jogadores somados?
- ☐ **A.** 40
- ☐ **B.** 23
- ☐ **C.** 43
- ☐ **D.** 60

2
Quantos dias durou o mandato de Liz Truss como primeira-ministra do Reino Unido?
- ☐ **A.** 54
- ☐ **B.** 44
- ☐ **C.** 45
- ☐ **D.** 15

3
Quantos anos durou o reinado da rainha Elizabeth 2ª, morta em setembro?
- ☐ **A.** 68
- ☐ **B.** 75
- ☐ **C.** 70
- ☐ **D.** 85

4
Qual destes discos de Gal Costa, morta em 9 de novembro, teve a capa censurada pela ditadura militar?
- ☐ **A.** Índia
- ☐ **B.** Legal
- ☐ **C.** Água Viva
- ☐ **D.** Profana

5
Na fase de grupos da Copa do Mundo no Qatar, que seleção hasteou bandeira com o arco-íris em seu centro de treinamento?
- ☐ **A.** Marrocos
- ☐ **B.** Inglaterra
- ☐ **C.** Alemanha
- ☐ **D.** País de Gales

6
Qual foi a primeira cidade importante tomada pela Rússia nas ofensivas da Guerra da Ucrânia?
- ☐ **A.** Odessa
- ☐ **B.** Kreminna
- ☐ **C.** Kiev
- ☐ **D.** Kherson

7
Em qual cidade do Egito foi realizada a COP27, a conferência do clima da ONU?
- ☐ **A.** Luxor
- ☐ **B.** Cairo
- ☐ **C.** Sharm El Sheikh
- ☐ **D.** Beni Suef

8
Durante qual feriado foi realizado o Carnaval de rua de 2022 em São Paulo depois que blocos foram proibidos de desfilar em fevereiro por causa da pandemia?
- ☐ **A.** Tiradentes
- ☐ **B.** Corpus Christi
- ☐ **C.** Revolução Constitucionalista
- ☐ **D.** Dia do Funcionário Público

9
Qual aplicativo de mensagens foi alvo de ordem de bloqueio pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes durante ações contra fake news?
- ☐ **A.** Telegram
- ☐ **B.** Signal
- ☐ **C.** WhatsApp
- ☐ **D.** Facebook Messenger

10
Por quantos bilhões de dólares o empresário Elon Musk comprou o Twitter em 27 de outubro?
- ☐ **A.** 28
- ☐ **B.** 44
- ☐ **C.** 42
- ☐ **D.** 144

11
Qual foi o maior preço máximo de revenda da gasolina comum em 2022, segundo o levantamento mensal da ANP?
- ☐ **A.** R$ 8,99
- ☐ **B.** R$ 8,59
- ☐ **C.** R$ 7,99
- ☐ **D.** R$ 9,09

12
Quantos metros de altura tem a Roda Rico, maior roda-gigante da América Latina?
- ☐ **A.** 168
- ☐ **B.** 88
- ☐ **C.** 91
- ☐ **D.** 191

13
Com quantas rodadas de antecedência o Palmeiras já era matematicamente campeão do Campeonato Brasileiro?
- ☐ **A.** 2
- ☐ **B.** 5
- ☐ **C.** 3
- ☐ **D.** 12

2 Transmissão ao vivo do jornal Daily Star comemora que pé de alface durou mais que mandato de Liz Truss Reprodução Daily Star no YouTube

12 A roda-gigante Roda Rico, inaugurada em dezembro no parque Cândido Portinari, na zona oeste de São Paulo Gabriel Cabral - 9.dez.22/Folhapress

16 Os candidatos Padre Kelmon (PTB) e Soraya Thronicke (União Brasil) durante debate presidencial na TV Globo em setembro Reprodução TV Globo

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 29.dez.1922

Polícia impede a circulação de três jornais matutinos no Rio

Os jornais matutinos Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil e Imparcial, os três do Rio de Janeiro, tiveram as suas edições desta sexta-feira (29) apreendidas pela polícia sob o pretexto de que se excederam aos limites da censura.

Essa medida é o indício de que o estado de sítio será prorrogado até maio, como vem sendo comentado.

Segundo as alegações da polícia, principalmente a Gazeta de Notícias por vezes ultrapassou as indicações dadas pela censura.

Ainda no Rio, rumores diziam que existia a chance de uma greve de operários, o que não ocorreu. As classes de trabalhadores estão em calma.

Folha da Noite

Mirian Goldenberg
Excepcionalmente a coluna está na pág. B6

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

14
O que motivou o tapa que o ator Will Smith deu no comediante Chris Rock na cerimônia do Oscar?
- ☐ **A.** Uma piada sobre a música de abertura de "Um Maluco no Pedaço"
- ☐ **B.** Uma piada sobre a falta de cabelo da esposa de Smith, Jada
- ☐ **C.** Uma piada sobre a interpretação de Smith em "King Richard: Criando Campeãs"
- ☐ **D.** Uma piada sobre a cientologia

15
Qual escândalo derrubou o ministro da Educação Milton Ribeiro?
- ☐ **A.** Suspeita de realização de cultos evangélicos em espaços do ministério
- ☐ **B.** Suspeita em distribuição de kits de robótica para escolas em Alagoas
- ☐ **C.** Suspeita de pedido de propina, inclusive em ouro, para liberação de recursos federais para a educação municipal
- ☐ **D.** Suspeita de desvio de recursos destinados à realização do Enem

16
A que igreja pertencia Padre Kelmon, candidato que tumultuou os debates presidenciais nas eleições brasileiras?
- ☐ **A.** Igreja Católica Apostólica Ortodoxa do Peru
- ☐ **B.** Igreja Católica Apostólica Romana
- ☐ **C.** Igreja do Evangelho Quadrangular
- ☐ **D.** Igreja Ortodoxa Russa

17
De que formas os jogadores protestaram durante a Copa?
- ☐ **A.** Ajoelharam antes do jogo, vestiram uniformes do avesso, não cantaram o hino
- ☐ **B.** Cobriram a boca em foto, vestiram cores do arco-íris, não cumprimentaram o presidente da Fifa
- ☐ **C.** Ajoelharam antes do jogo, não cantaram o hino, usaram braçadeiras com mensagens políticas
- ☐ **D.** Usaram braçadeiras de apoio à causa LGBTQIA+, vestiram camisas com o rosto de Mahsa Amini, recusaram entrevistas

18
A Suprema Corte dos EUA reverteu a decisão que garantia o acesso ao direito ao aborto no país. Quais estados já proibiram inteiramente a prática?
- ☐ **A.** Dakota do Sul, Texas, Michigan
- ☐ **B.** Arkansas, Montana, Iowa
- ☐ **C.** Mississipi, Maine, California
- ☐ **D.** Idaho, Oklahoma, Texas

19
Qual era o propósito da missão espacial Artemis?
- ☐ **A.** Avaliar as condições dos objetos deixados na Lua por outras missões
- ☐ **B.** Descobrir água na superfície da Lua
- ☐ **C.** Medir a qualidade do solo na Lua
- ☐ **D.** Fazer testes não tripulados para, um dia, levar humanos de volta à Lua

20
Com qual música a cantora Anitta se tornou a primeira artista brasileira no top 1 Spotify global?
- ☐ **A.** Vai Malandra
- ☐ **B.** Envolver
- ☐ **C.** Bang
- ☐ **D.** Girl From Rio

21
"Pantanal" é um remake da novela homônima de 1990. Que folhetins cada versão sucedeu?
- ☐ **A.** "Kananga do Japão", "Amor de Mãe"
- ☐ **B.** "A História de Ana Raio e Zé Trovão", "Amor de Mãe"
- ☐ **C.** "Olho por Olho", "Travessia"
- ☐ **D.** "Kananga do Japão", "Um Lugar ao Sol"

22
O que motivou os protestos dos chineses contra o governo em novembro?
- ☐ **A.** Restrições à liberdade de expressão
- ☐ **B.** Restrições de circulação da política de Covid zero
- ☐ **C.** Acusações de violações de direitos humanos dos uigures
- ☐ **D.** Campanha de vacinação compulsória contra a Covid

23
Qual o nome do furacão que destruiu parte da costa da Flórida em setembro?
- ☐ **A.** Gaston
- ☐ **B.** Ian
- ☐ **C.** Julia
- ☐ **D.** Nicole

Respostas 1 - C; 2 - B; 3 - C; 4 - A; 5 - D; 6 - D; 7 - C; 8 - A; 9 - A; 10 - B; 11 - A; 12 - C; 13 - A; 14 - B; 15 - C; 16 - A; 17 - C; 18 - D; 19 - D; 20 - B; 21 - D; 22 - B; 23 - B

noite

À meia-luz

Baladas retomaram a força e ganharam público sem perder a identidade no pós-pandemia de festeiros vacinados

Público na festa Bute, no clube N/A, em São Paulo Fred Othero/Divulgação

João Perassolo

SÃO PAULO Quem diz que a noite está caída ou que as baladas morreram é porque não sai de casa. Neste ano, a cena noturna de São Paulo retomou seu gás total pela primeira vez desde a pandemia, num retorno com entradas esgotadas dias antes dos eventos, festas completamente lotadas e ingressos e bebidas inflacionados.

Dois movimentos bem distintos marcaram a noite na cidade —o aumento de público das festas eletrônicas em fábricas abandonadas e o retorno das baladas tipo clubinho para poucos.

Isso deixa as casas noturnas tradicionais numa posição mais complicada, espremidas entre os dois extremos, num contexto em que os jovens passaram a se desinteressar por boates, segundo uma pesquisa do Datafolha.

A novidade inesperada de 2022 foi o retorno dos clubinhos. Não que eles não existissem antes, mas neste ano eles ganharam força e se multiplicaram. Durante alguns meses, funcionou nos fundos de um boteco na avenida São João o Club Privet, frequentado por pessoas interessadas em ficar nuas em público e gente que sai à noite há décadas.

Ao contrário do que o nome indica, o local não era secreto, no sentido estrito, mas a balada não tinha redes sociais —algo inimaginável para uma casa noturna— nem sinalização na rua. Quem chegava precisava bater à porta de uma garagem para entrar.

A divulgação era feita pelos DJs e promoters na semana da festa, o que naturalmente selecionava o público e filtrava os paraquedistas que não tinham nada a ver com o lugar. Justamente por isso, a pista do Privet tinha clima amigável até para quem ia sozinho. A cabine do DJ era frequentada por nomes respeitados da cena eletrônica, como Pil Marques, Vermelho e Gezender.

A poucas quadras dali, a Bute levou o povo do design gráfico, da moda e quem tinha Fotolog em 2007 para uma pistinha subterrânea no novo clube N/A, de "not available", não disponível. No som, acid, disco, house e dub, no que os produtores chamam de "uma viagem soft frita". Lembra as fotos de balada do final da década de 2010, com o flash estourado na cara do povo? É esse o espírito da festa, que casa bem com a adoção, pela geração Z, das câmeras digitais do tipo "point and shoot", comuns naquela época.

[...]

Em 2022 muito mais gente teve acesso ao espaço de índole progressista das baladas eletrônicas paulistanas, que acolhem todas as sexualidades e corpos. Em outras palavras, o que já foi 'underground' virou 'mainstream'

Quem buscava um local pequeno mas sem ambiente de inferninho tinha mais opções. É o caso da Katz, festa que ocupa um apartamento no topo do edifício Mirante do Vale, um dos mais altos da cidade, de onde se tem uma vista absurda do vale do Anhangabaú.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MELHOR LUGAR

A família do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está sendo orientada a permanecer no hotel em que ficará hospedada em Brasília nos dias que antecedem a posse, por razões de segurança.

LUGAR 2 A ideia é evitar que os parentes, que devem comparecer em grande número, fiquem expostos a ataques violentos ao circularem pela capital federal.

TODO CUIDADO A recomendação foi dada a eles depois dos atos de violência e terrorismo em Brasília, e da tentativa de explosão de uma bomba nos arredores do aeroporto da capital federal. Os fatos levaram a equipe de segurança do petista a redobrar os cuidados com ele e com os que o cercam.

EM FAMÍLIA São esperados para a posse de Lula seus três irmãos vivos –Maria, Ruth e Frei Chico–, os cinco filhos –Lurian, Marcos, Fabio, Sandro e Luís Claudio–, as noras e o genro, os oito netos e a bisneta, Analua.

REFORÇO A segurança em Brasília por causa da posse de Lula preocupa autoridades. Na quarta (28), o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu temporariamente as autorizações para todas as espécies de porte de armas de fogo no Distrito Federal. A restrição está em vigor das 18h da quarta até 2 de janeiro.

REFORÇO 2 O Ministério da Justiça do governo de Jair Bolsonaro (PL) também autorizou, em portaria publicada no Diário Oficial da União de quarta, a utilização da Força Nacional na posse, em apoio à PRF (Polícia Rodoviária Federal).

NO CAMINHO A decisão de Moraes também abrange o transporte de armas e munições, por parte de colecionadores, atiradores e caçadores em todo o território do DF. Caso seja descumprida, o ministro determina que seja considerado flagrante delito por porte ilegal de arma ao cidadão.

VIAGEM A maior parte da população brasileira (57%) diz acreditar que seria mais bem atendida se a emissão de passaportes pudesse ser realizada por cartórios, aponta pesquisa do instituto Datafolha contratada pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR) e pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR).

VIAGEM 2 A confecção de cadernetas de passaporte é hoje feita pela Polícia Federal. Por falta de recursos orçamentários, na semana passada a fila de espera chegou à marca de 100 mil pessoas. A emissão foi restabelecida no sábado (24).

FUNÇÕES Na pesquisa Datafolha, os respondentes ainda apontaram outros serviços que prefeririam que fossem realizados por cartórios, como a emissão de documentos de identidade (66%), o registro de empresas (66%) e a papelada relacionada aos benefícios previdenciários do INSS.

ESTUDO O levantamento ouviu 944 pessoas que declararam já ter usado serviços dos cartórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília. A margem de erro é de três pontos percentuais.

Guillermo Calvin/Divulgação

O compositor e produtor musical Felipe Puperi lançará no dia 20 de janeiro a canção "Colors". A faixa fará parte do álbum "Tanto", segundo disco do seu projeto autoral Tagua Tagua. O trabalho será distribuído para Brasil, Estados Unidos e países da Europa em uma parceria com a gravadora norte-americana Wonderwheel Recordings

REAL Depoimentos exclusivos e imagens inéditas da noite do incêndio que matou 242 pessoas no Rio Grande do Sul em 2013 poderão ser vistos na série documental "Boate Kiss – A Tragédia de Santa Maria", que será lançada pelo Globoplay em 26 de janeiro.

REAL 2 A produção retrata, em cinco episódios, a busca de sobreviventes e de familiares das vítimas por justiça. O projeto tem direção de Marcelo Canellas, repórter da TV Globo que passou a infância e a adolescência na gaúcha Santa Maria e cobriu os desdobramentos da tragédia nos últimos dez anos.

MAIS UM A Netflix também prepara uma produção sobre o incêndio. Inspirada nos acontecimentos reais, a série de ficção "Todo Dia a Mesma Noite" tem estreia programada para janeiro.

HOMENAGEM A escritora e colunista da **Folha** Djamila Ribeiro será condecorada com o prêmio Franco-Alemão de Direitos Humanos. A cerimônia ocorrerá no domingo (1º), na Embaixada da Alemanha em Brasília.

HOMENAGEM 2 O prêmio é um reconhecimento ao trabalho que Djamila realiza ao chamar a atenção para a desigualdade de gênero e raça existente no Brasil e que afeta especialmente as mulheres negras.

INCENTIVO O Museu da Língua Portuguesa abre no dia 16 de janeiro as inscrições para a segunda edição do Plataforma Conexões. Serão selecionados dez projetos de artistas iniciantes, que contemplem linguagens como literatura, teatro ou performance. Cada iniciativa receberá R$ 7.500. As apresentações vão acontecer de março a dezembro de 2023.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

DJ Due se apresenta no festival Selvagem, em 2022, no estádio do Canindé, na zona leste de São Paulo Divulgação

À meia-luz

Continuação da pág. C1

Outra opção quando o quesito é lugar pequeno, mas sem ambiente de inferninho, foi a Opa, uma balada itinerante de música brasileira que rola sempre em bares que tenham uma área aberta e que tem o diferencial de acontecer cedo, entre cinco da tarde e meia-noite, atraindo uma galera que quer ferver mas diz que não tem mais idade para varar a madrugada.

O ano será também lembrado pela explosão no número de frequentadores de festas antes populares mas não tanto, como Blum, ODD e Mamba Negra —esta foi lembrada por Linn da Quebrada na última edição do reality show Big Brother Brasil, numa cena que viralizou nas redes, e teve até uma versão no parque de diversões Hopi Hari, no interior de São Paulo.

Muito já foi falado sobre como essas baladas eletrônicas, uma assinatura da noite paulistana, oferecem um espaço bastante livre e de índole progressista que acolhe todas as sexualidades e todos os corpos, e em 2022 muito mais gente teve acesso a isso. Em outras palavras, o que já foi "underground" virou "mainstream", mas o aumento de público não significa que as festas tenham perdido seus fundamentos.

Com sua política de oferecer entrada grátis para pessoas trans, não binárias e drag queens, e também com uma leva de ingressos a valores mais acessíveis, a cena das chamadas "festas nos galpões" não é só uma reunião de gente de classe média ou alta que pode gastar R$ 200 numa balada —um valor até realista em 2022—, embora esse público esteja presente.

Exagerando um pouco, a junção de tipos tão diferentes nessas pistas, todos unidos pelas batidas do techno, é a democracia que se realiza na prática, mesmo que só ocorra num sábado por mês, de madrugada.

Com muita gente vacinada com três ou quatro doses contra a Covid, o ano possibilitou ainda a volta dos grandes festivais, como DGTL e Time Warp, sem falar na estreia de outros, a exemplo dos vinculados às festas Batekoo —proposto por e para a comunidade negra— e Selvagem.

Sobre esse último, que tinha três pistas com som diferente em cada uma, a escritora Gaía Passareli, conhecedora da noite paulistana, afirma que ele foi "um exemplo de como a noite de São Paulo continua diversa e divertida". "É muito legal ver a Selvagem, que começou pequenininha, de graça, ali no Paribar, e agora é uma festa para sei lá quantas mil pessoas no estádio do Canindé."

Quem faz as festas são também seus personagens. Nisso, o troféu personalidade da noite 2022 vai para Stella Pilagallo, frequentadora, influenciadora e hostess de baladas que mostrava para seu seguidores, pelos stories do Instagram, as suas maratonas em brechós e na rua 25 de Março atrás dos looks mais incríveis para arrasar nas pistas. Quando as festas acabavam, já de manhã, ela se postava comendo hambúrguer e batata frita, clássica larica antes de ir para casa.

Além disso, na ausência de roteiros com as melhores festas da cidade, Pilagallo fazia uma seleção de aonde iria naquela semana e avisava seus seguidores, numa sequência de stories que funcionava como uma agenda do que estava rolando. Só ficou em casa quem quis.

Cultura deve renascer com MinC e Aldir Blanc 2

Expectativas de investimento público são altas para o setor, agora com a volta das atividades presenciais pós-pandemia

Bárbara Blum

SÃO PAULO A virada do ano vem como uma luz no fim do túnel para a área cultural no Brasil. O anúncio da volta do Ministério da Cultura, antes acochambrado ao da Educação e depois reduzido a uma secretaria subordinada ao Turismo no governo Jair Bolsonaro, elevou as expectativas de que o setor voltará a ganhar atenção —e investimento— por parte do governo federal.

A pasta, que terá orçamento recorde, será encabeçada por Margareth Menezes, cantora negra ícone do Carnaval baiano. A escolha ecoa o mandato pop de Gilberto Gil e tem significado para os que clamam por mais representatividade.

Mas nem tudo são flores. O nome de Menezes, apoiado pela mulher do futuro presidente Lula, despertou discordâncias dentro do próprio PT, com alas que preferiam um perfil mais técnico para o ministério.

A cantora, porém, parece saber o desafio que tem em mãos e se refere ao trabalho como "missão" e "força-tarefa". Ela herda os escombros de uma secretaria que protagonizou escândalos, como a alusão ao nazismo de Roberto Alvim.

A implementação da Lei Aldir Blanc 2, sancionada em agosto, que garante repasse anual de R$ 3 bilhões da União para estados e municípios, é outro alento para a classe.

O montante é inédito na área da cultura, mas não tira a necessidade de reforma e revisão da Lei Rouanet, atacada por Bolsonaro e fonte favorita de fake news de seus apoiadores. A expectativa é que a reforma da Rouanet seja prioridade do novo ministério.

Também deve entrar na pauta do dia a regulamentação dos serviços de streaming. Juca Ferreira, ex-ministro da Cultura de Dilma Rousseff e coordenador da transição, se posicionou a favor das cotas de tela para produções brasileiras, nos moldes do que acontece com a TV e o cinema, e a taxação dos serviços.

Política à parte, e algo que pode ser alvo dela, as superproduções marcaram 2022 no streaming, com títulos como "A Casa do Dragão" e "Stranger Things", e 2023 deve seguir a mesma linha —e turbinar a aposta em títulos de pegada retrô, caso de "That 90s Show", versão dos anos 1990 da cultuada "That 70s Show".

Na toada do repeteco, os remakes e as franquias também ditarão o tom dos lançamentos no cinema. Além das tramas de heróis, como "Aquaman", "Homem-Aranha", "Guardiões da Galáxia" e "The Marvels" para o público nerd, entram em cena filmes inspirados em jogos, caso dos longas baseados no game do encanador Mario, da Nintendo.

"Creed 3", "Pânico 6", "Duna 2" e os novos "Velozes e Furiosos" e "Missão Impossível" engordam a lista das franquias.

Prometem causar frisson, "The Flash", com Ezra Miller, acusado de assédio sexual, e "A Pequena Sereia", com Halle Bailey, que agitou as redes sociais por ser a primeira atriz negra a viver a criatura mítica. "Barbie", de Greta Gerwig, e "Wonka", de Paul King, são ofertas para o público cult que não larga o osso pop. Entre os nomes consagrados, 2023 promete "Oppenheimer", novo filme de Christopher Nolan, e "Assassinos da Lua das Flores", de Martin Scorsese.

Margareth Menezes, que assumirá o MinC Gabriel Cabral/Folhapress

Na TV, a novidade é a renovação das concessões de emissoras por Bolsonaro. Entre as beneficiadas pela medida está a Globo, que foi alvo de ameaças ao longo do atual governo.

A emissora viveu um 2022 de altos e baixos, com o sucesso de "Pantanal" e o fracasso da última edição do Big Brother Brasil, além da debandada de nomes importantes da casa, como a atriz Marieta Severo.

Se "Pantanal" uniu gerações e fez bonito nas redes sociais, o mesmo não pode ser dito de "Travessia", mergulhada em apostas furadas, como a influenciadora Jade Picon, e nomes carregados de escândalos, caso de Cássia Kis, religiosa fervorosa que causou desconforto nos bastidores.

"Todas as Flores", novela que estreou direto no Globoplay, faz muito mais sucesso e pesa a favor dos defensores do streaming —o que revela um novo norte para as novelas na guerra dos serviços sob demanda.

No teatro, o mero anúncio da volta do Ministério da Cultura já causou rebuliço. Espaços históricos, caso do teatro Paiol Cultural e do Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC, entram em 2023 com promessas de reformas e reativações.

Sem grandes novidades, a agenda continua tomada de grandes produções e roteiros importados, caso dos musicais "Mamma Mia!", "Wicked", "Rei Leão" e "Bob Esponja".

Vêm de fora do país, também, os grandes shows do ano, entre eles Coldplay e The Weeknd.

A bola da vez, porém, é a consolidação dos festivais. Com a retomada das atividades presenciais, 2022 teve eventos gigantes como Rock in Rio e Lollapalooza, mas também deu espaço para os festivais de nicho, caso do Primavera Sound.

Nessa seara, a agenda paulistana vai ganhar sua versão própria do Rock in Rio. Em setembro, o The Town vai ocupar um Autódromo de Interlagos que vai passar por reformas.

A cena eletrônica também deve ser privilegiada com a volta do festival Tomorrowland, após um hiato de sete anos, e o Goptun, que reúne os DJs favoritos dos moderninhos.

O Brasil volta com ar positivo aos holofotes internacionais das artes visuais com a nomeação de Adriano Pedrosa, diretor artístico do Masp, para o comando da próxima Bienal de Veneza. E a arte contemporânea ganha novo ponto de exibição em São Paulo com a inauguração da Pina Contemporânea, voltada a artistas do nosso tempo.

Na literatura, o ano que chega será marcado por grandes centenários, celebrando a memória de autores como a polonesa Wislawa Szymborska, o italiano Italo Calvino, o chileno Pablo Neruda e o brasileiro Millôr Fernandes. Todos eles devem protagonizar edições comemorativas de sua obra.

Nova sede da Pinacoteca terá obras grandiosas

Reforma mantém traços modernistas de antiga escola pública, valorizando espaço aberto e o contato com o público

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Duas colunas sustentam a marquise, que se projeta diante da avenida Tiradentes, no bairro paulistano do Bom Retiro. A entrada da Pinacoteca Contemporânea, a terceira sede da instituição, com data de abertura marcada para 25 de janeiro, pouco mudou desde os anos 1950, década dourada da arquitetura brasileira.

Todo traço modernista está ali —a assepsia do caixote branco e a graça dos cobogós, que adornam a fachada principal, recebendo os visitantes. O edifício foi erguido aproveitando a estrutura da Escola Estadual Prudente de Moraes, um antigo projeto do arquiteto Hélio Duarte.

Mesmo com a reforma, assinada pelo escritório mineiro Arquitetos Associados, o mesmo por trás de vários pavilhões do Instituto Inhotim, em Minas Gerais, o ar colegial ainda se mantém. O prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan. Os portões da entrada lembram a nostálgica hora da saída, e o pátio central, a hora do recreio.

"Pensamos em aproveitar tudo o que uma escola tem de bom e derrubar tudo o que tem de ruim, os muros", diz Jochen Volz, diretor-geral da Pinacoteca. "Esse novo espaço não vai só expor arte contemporânea, antes, é um espaço contemporâneo para a arte."

Ao todo, R$ 85 milhões foram investidos para que as obras terminassem no atual governo —sendo R$ 55 milhões dos cofres públicos e R$ 30 milhões doados pelo empresário Marcel Telles, um dos fundadores da Ambev.

Com quase 6.600 metros quadrados de área construída —e 3.550 metros de área expositiva—, a Pinacoteca Contemporânea se junta à Pina Luz e à Pina Estação para formar um complexo com pouco mais de 22 mil metros quadrados de área no centro da cidade.

Dessa forma, o museu passa a ser um dos maiores da América Latina, atrás de poucos, como o Museu de Antropologia Nacional do México —de quase 80 mil metros quadrados.

Segundo Volz, o novo edifício terá maior flexibilidade para receber obras tridimensionais de grandes dimensões, além de projetos especiais, que demandam mostras de grande escala. Por isso, estão previstas para o início do ano exposições da sul-coreana Haegue Yang, que desafia o espaço convencional dos museus, e de itens do próprio acervo da Pinacoteca, antes impossíveis de serem mostrados ao público.

Croquis da entrada, das galerias e do café da nova sede da Pinacoteca, dedicada a obras de arte contemporânea Fotos Divulgação

Mais importante ainda é a expansão da reserva técnica do acervo, com sistema de climatização criado para aquele ambiente e tecnologia anti-incêndio de última geração.

A estrutura da Pina Contemporânea funciona como vasos comunicantes para o Bom Retiro. Além das portas para a avenida Tiradentes, há uma entrada lateral e outra que se conecta com a Pina Luz, com uma passagem pelos jardins.

"Cada prédio tem uma especificidade, mas aqui o mais relevante é o contato direto com o público", afirma Volz. Logo depois dos cobogós, o visitante encontra a bilheteria. À direita, ficam as reservas técnicas, ocupando dois pisos. Do lado oposto, estão o centro de documentação, uma biblioteca e também uma cafeteria.

Seguindo em frente, atingimos o pátio, de onde se tem ampla visão do edifício. Parte dele, nas laterais, fica a céu aberto, com um jardim e uma arquibancada, para palestras e artes cênicas. O novo projeto agrega ainda um prédio de Ramos de Azevedo, remanescente do terreno e revitalizado como sede administrativa.

Ao fundo, ficam dois ateliês para projetos educativos, a Galeria da Praça, com 200 metros quadrados, uma lojinha e banheiros. O piso inferior, na continuidade do jardim, abrigará a Grande Galeria, que tem mil metros quadrados.

O desejo de construir uma terceira sede para a Pinacoteca surgiu em 2006, quando a Associação Pinacoteca Arte e Cultura, a Apac, que administra a instituição, se mostrou disposta a aumentar o espaço arquivístico e expositivo.

Só em 2020, depois de uma conversa com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, o plano pôde ser efetivado. Para Sérgio Sá Leitão, que está à frente da pasta, o novo edifício é mais uma iniciativa para uma tentativa de mudar a situação nos arredores da Luz, dominada pela cracolândia e com altos índices de assalto.

"A cultura não resolverá o problema de todo o território urbano, mas esse conjunto de vetores positivos pode dar uma contribuição à vizinhança", afirma o secretário.

Marilia Marton, como antecipou este jornal, foi escolhida por Tarcísio de Freitas, do Republicanos, para assumir o cargo no próximo governo. "Eu entrego uma secretaria mais organizada e estruturada, com um orçamento 42% maior, se comparado com 2018, então espero que a nova gestão dê continuidade aos projetos, mas também os aperfeiçoe", afirmou Sá Leitão.

Libero

Promessas para os 80 anos

Apesar dos fracassos anuais, juro que 2023 será diferente

Drauzio Varella
Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru'

Todo fim de dezembro, prometo a mim mesmo ser outra pessoa no ano que virá. Revejo os defeitos que me enxovalham a autoimagem e dificultam a minha existência.

Para não transformar a coluna de hoje num rosário de lamúrias, prezada leitora, vou me restringir aos defeitos publicáveis, não falarei daqueles que relego às catacumbas da consciência.

Meu pai era contador, dizia preferir o inferno depois da morte para ficar livre dos papéis. Talvez por traço genético, sempre tive problemas com a papelada, nem a internet me libertou dela. Quando um artigo científico ou texto literário impresso cai em minhas mãos, por irrelevante que pareça, coloco sobre a mesa de trabalho para ler ou reler mais tarde, mesmo sabendo que envelhecerá naquele local.

Se tivesse lido 10% dos livros que se acotovelam nas estantes e das revistas científicas empilhadas entre eles, seria um médico de notório saber e o homem culto que sempre desejei ser. As prateleiras abarrotadas no escritório de casa olham para mim como um anátema bíblico que vocifera: "Lembra-te homem: és ignorante e da ignorância jamais te libertarás".

Planejo, então, doar os livros adormecidos há décadas, comprados para atender a interesses que perdi ou que chegaram a mim porque me foram dados por pessoas queridas ou pela incapacidade de me separar deles. Apesar dos fracassos anuais em realizar essa tarefa, juro que agora será diferente.

A mesma dificuldade tenho com as roupas que disputam centímetro a centímetro o espaço no armário. Órfão de mãe desde a tenra infância, aprendi a pregar botões, a fazer pequenos reparos, a manter passadas as camisas e as calças e a engraxar os sapatos até o couro brilhar.

Eles me retribuem com a longevidade: tenho calças e camisas com 20, 30 anos e até mais. Muitas saíram de moda, são usadas quase nunca, mas permanecem ao alcance de meus olhos para deixar claro que sou um desses privilegiados que acumulam mais do que o necessário.

A despeito das tentativas infrutíferas dos anos anteriores, prometo que desta vez vou doar as roupas que passo meses sem vestir. Mas cada peça traz uma recordação: uma viagem, a pessoa que me presenteou, um momento de vida, a qualidade da confecção, a beleza da estampa ou outra desculpa qualquer para disfarçar o apego despropositado do acumulador.

Tenho mais amigos do que tempo para conviver com eles. Todo ano prometo visitá-los, convidá-los para vir em casa, sair para tomar cerveja. Promessas vãs, embora reiteradas toda vez que um deles se vai, acontecimento cada vez mais frequente à medida que envelhecemos, porque a vida é um palco em que o cenário muda a toda hora e os personagens se retiram um a um, condenando o espectador desatento à perplexidade da solidão.

Cinquenta anos de medicina me ensinaram que o corpo é nosso bem mais precioso. Você, caríssimo leitor, perguntará: "O idiota levou meio século para descobrir o óbvio?". Claro que não, mas demorei mais do que devia para agir como quem adquiriu a consciência de que a atividade física é essencial para uma vida mais plena e, possivelmente, mais longa.

Comecei a correr maratonas quando fiz 50 anos. No início, quis provar a mim mesmo que se conseguisse completar 42 quilômetros, não me sentiria velho. Continuo a corrê-las com o mesmo objetivo e para evitar as condições patológicas que afligem homens da minha idade, manter a vitalidade para trabalhar e para as atividades que sempre tive.

A disciplina que dediquei aos treinamentos para ter corrido cerca de 25 maratonas permitiu que eu completasse a última delas em outubro passado, aos 79 anos. Apesar de reconhecer o privilégio de chegar a essa idade nessas condições, quando muitos de meus contemporâneos já se foram, enquanto outros ainda resistem, mas cheios de limitações, não estou satisfeito.

Você, leitora, vai me achar ridículo, absurdo, mas carrego a frustração de que o excesso de trabalho, a indisciplina e a preguiça nunca me permitiram fazer uma prova bem preparado. Chego ao fim destruído, com ímpetos de deitar no asfalto e chorar de exaustão.

Em 2023, farei 80 anos, pretendo treinar com a regularidade exigida para cruzar a linha de chegada ainda com disposição para continuar correndo. É, talvez eu seja ridículo mesmo.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

ilustrada

Premiação dos piores de 2022

Do coração de dom Pedro a Zambelli pistoleira, o ano foi um infortúnio

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da Globo

Faltam dois dias para 2023 e, como sempre, surgem inúmeras listas dos "melhores do ano". Mas vamos combinar que, com crise econômica, ômicron e desastres climáticos, 2022, para muitos, foi um infortúnio. Dissemos tanto "que ano horrível" que até Keanu Reeves veio para cá, se é que alguém entende.

Para fazer jus ao clima trágico, segue a lista dos piores de 2022, com alguns fatos que deixaram a vida do brasileiro ainda mais catastrófica nos últimos 363 dias.

Café da manhã na piscina: Serviço oferecido por pousadas à beira-mar, o desjejum flutuante parece interessante, mas na prática não é nada prático. A bandeja é levada pelo vento e os farelos caem na piscina. Ruim para quem gasta uma fortuna pela experiência, pior para o cidadão obrigado a ver a experiência pela internet.

O coração de dom Pedro: Não bastou o governo se apropriar da Independência, ainda obrigou o brasileiro a ver um pedaço de carne destroçado recebendo honras de chefe de Estado. Não surpreende que tal fetiche por órgãos humanos venha de um presidente que já ameaçou comer carne de indígena.

Hits da internet: Canções como "Acorda Pedrinho" e "Desenrola, Bate, Joga de Ladin" geraram uma avalanche de coreografias de crianças e celebridades que agem como crianças. As redes sociais deveriam incluir o aviso: "contém música que gruda na cabeça e perturba madrugadas insones".

Harmonização facial: Depois de deixar todo mundo com a mesma cara, de blogueiras a padres, a técnica que alia preenchimento e botox deixou bocas com a aparência de uma peça de açougue e a sobrancelha como a do protagonista do filme "O Iluminado".

Zambelli pistoleira: Não contente em defender o governo Bolsonaro, criticar as vacinas, usar verba pública em viagem e mostrar unhas encravadas na internet, a deputada Carla Zambelli resolveu correr armada atrás de um jornalista a dois dias das eleições. Pior ainda foi ela perder o porte de armas, mas não o mandato.

Jair Bolsonaro: Depois de devastar o meio ambiente, aniquilar a cultura, ser responsável por centenas de milhares de mortes e outros milhões de disparates que não cabem nesta coluna, o presidente Jair Bolsonaro resolveu fugir para Orlando, nos Estados Unidos. Sorte do brasileiro. Azar do Mickey.

Só não o ter no governo já faz 2023 um ano melhor. Feliz Ano-Novo. Nos vemos em 2023.

Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Maeve Jinkings brilha em filme de diretora brasileira que estreia agora

Carvão
Aluguel no Now e Vivo Play, 18 anos
Em troca de dinheiro, uma mulher do interior concorda em se livrar do pai doente, para abrir espaço em sua casa e receber um traficante argentino em fuga. O longa de estreia de Carolina Markowicz ficou entre os seis pré-candidatos a representar o Brasil na corrida pelo próximo Oscar internacional (o escolhido foi "Marte Um") e traz uma grande atuação de Maeve Jinkings no papel principal.

A Ilha de Bergman
Mubi, 14 anos
Um casal de cineastas visita a ilha sueca de Fårö, onde viveu Ingmar Bergman. O filme de Mia Hansen Løve tem Tim Roth e Vicky Krieps nos papéis principais.

Ascensão: Império Otomano
Netflix, 16 anos
A segunda temporada da série turca que narra a expansão de um dos maiores impérios da história foca o embate entre o sultão otomano Mehmet 2º e o príncipe Vlad Dracul, da Transilvânia, que inspirou a lenda de Drácula.

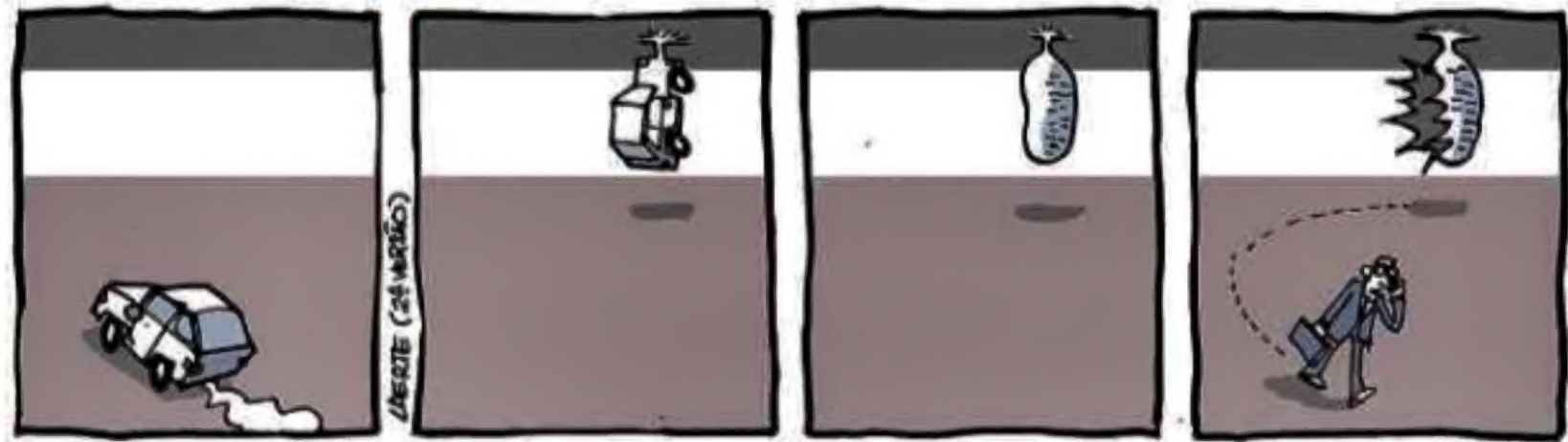
Segredos no Ar
Globoplay, 14 anos
Depois que morre um colega de trabalho, uma funcionária de uma companhia aérea se envolve com um glamoroso esquema de acompanhantes de luxo, sem se dar conta do perigo que corre.

The Voice Brasil
Globo, 22h25, livre
A grande final da 11ª temporada do concurso musical — e a primeira apresentada por Fátima Bernardes — é transmitida ao vivo, com o público decidindo qual candidato leva o prêmio de R$ 500 mil e assina contrato com uma gravadora.

Sozinhos
History, 21h15, 12 anos
A nona temporada do reality, em que dez participantes tentaram sobreviver no gelado litoral da província canadense de Labrador, chega ao fim. O vencedor leva US$ 500 mil (cerca de R$ 2,6 milhões).

Ema
Telecine Cult, 22h, 16 anos
Um casal entra em crise depois de devolver a criança que havia adotado. Gael García Bernal estrela este filme do chileno Pablo Larraín, que chega em janeiro ao catálogo do Mubi.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

GODOKU

texto.art.br/fsp

		E	N	A				O
	N							C
A					R		N	
O		X		U				
E	U						X	V
				X		O		A
	E		C					U
C							O	
N				E	U	C		

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de uma raiz comestível.

SOLUÇÃO

U	X	E	N	A	C	V	R	O
V	N	R	U	O	X	A	E	C
A	O	C	E	V	R	U	N	X
O	V	X	R	U	A	E	C	N
E	U	A	O	C	N	R	X	V
R	C	N	V	X	E	O	U	A
X	E	V	C	R	O	N	A	U
C	R	U	A	N	V	X	O	E
N	A	O	X	E	U	C	V	R

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Confiscar, apropriar-se judicialmente **2.** Dispositivo Intrauterino / (Anat.) Cristalino **3.** Diz-se de namorados que brigaram / Compartimento de prisioneiros **4.** Veste usada por grávidas / Régua para traçar perpendiculares **5.** Ser infiel à esposa / Imitação do som de um tambor **6.** Assinar abreviadamente **7.** A parte do chapéu que faz sombra ao rosto / Uma dança afro-americana **8.** Precede o sobrenome do pintor Cavalcanti / O dedo mínimo **9.** (Fig.) Sondado com cautela **10.** O Chacra jornalista paulistano / Todo ente vivo e animado **11.** De som agradável (fem.) / A última letra do nosso alfabeto **12.** Ventos que ocorrem durante o ano todo nas regiões tropicais **13.** (Leñas) Estação sul-americana de esqui / Cidade japonesa, a segunda do país.

VERTICAIS
1. Empurrado para o interior / Tempero usado na conservação da carne e do peixe **2.** (Econ.) Método de tranferência instantânea / Uma pedra preciosa vermelha / Parte da roupa que está junto ao pescoço **3.** O rutênio, em química / Toma conta de criança quando os pais se ausentam / Capital africana de uma antiga colônia francesa **4.** Deixar-se enganar, ser vítima de logro / Os Reis que um cometa guiou para adorar Jesus **5.** Diz-se de funcionário que trabalha na CESP e na Light **6.** Combinação de preposição com pronome pessoal feminino / Um objeto usado para obstruir ruas etc. / Àqueles **7.** O teste de reconhecimento de paternidade / Local, lugar / (Marina) Um sucesso de Wilson Simonal **8.** Um monstrinho do cinema / Qualidade do que está inchado, dilatado **9.** Aquele que fica em poder de outrem, como garantia / Peixe do Atlântico, também chamado babosa.

HORIZONTAIS: 1. Apreender, **2.** DIU, Lente, **3.** Ex, Cela, **4.** Bata, Tê, **5.** Trair, Bum, **6.** Rubricar, **7.** Aba, Conga, **8.** Di, Mindim, **9.** Tateado, **10.** Guga, Ser, **11.** Sonora, Zê, **12.** Alísios, **13.** Las, Osaka. **VERTICAIS: 1.** Adentrado, Sal, **2.** Pix, Rubi, Gola, **3.** Ru, Babá, Túnis, **4.** Cair, Magos, **5.** Eletricitário, **6.** Nela, Cone, Aos, **7.** Dna, Bandas, Sá, **8.** ET, Turgidez, **9.** Refém, Amoreia.

guiafolha

DJ se apresenta em noite no bar Mahau, no Itaim Bibi, que terá festa de Réveillon com show e escola de samba Thiago Duran/Divulgação

Festas de Réveillon em São Paulo vão de shows de graça a ceia de R$ 2.900

Celebração na virada contará com eventos tradicionais e moderninhos para vários gostos e bolsos

SÃO PAULO Se na confusão do fim do ano não sobrou muito tempo para planejar a festa da virada, nem tudo está perdido —São Paulo é enorme, e a lista de opções de última hora para o Réveillon também.

Após dois anos de regras severas para conter a Covid-19, neste ano —apesar de o vírus ainda circular pelo mundo— o clima é mais festivo. Haverá eventos para todos os gostos e bolsos, para que ninguém deixe de celebrar a virada.

As opções vão desde eventos tradicionais, como o Réveillon na Paulista, que neste ano terá atrações como Xamã e Fafá de Belém, a novidades, como a festa Aurora 360°, que acontece em um rooftop.

Confira, abaixo, as festanças que animam o último dia do ano em São Paulo.

Aurora 360°

Essa é a primeira edição da festa, que acontece em um rooftop com uma vista de 360 graus de São Paulo. Durante o evento, a trilha fica por conta de DJs como Kiko Franco, além de outras atrações. O cardápio de comidas tem entradas, saladas, acompanhamentos, carnes, lanches para a madrugada e café da manhã. Os festeiros ainda podem escolher entre drinques feitos com gim, vodca e uísque, ou ainda optar por bebidas prontas como cerveja.

Ilha 360 - av. Jornalista Roberto Marinho, 85, Itaim Bibi, região oeste, Instagram @reveillon_aurora. Sáb. (31), às 22h. A partir de R$ 710, em ingresse.com

Bar Brahma

Símbolo da boemia paulistana, o bar faz sua tradicional festa de Ano-Novo, com jantar exclusivo, open bar e música ao vivo. O cardápio inclui petiscos como bolinho de bacalhau, minipastéis e dadinho de tapioca. A programação musical é formada por escola de samba, além de outras brasilidades e música pop. O ambiente é dividido entre o salão principal, com pista azul e amarela, mezanino e varanda.

Av. São João, 677, centro histórico, região central, Instagram @barbrahma. Sáb. (31), às 20h. A partir de R$ 790 em Total Acesso

Mahau

O bar-balada de inspiração maori celebra a virada de ano no evento chamado Happy New Year 2023. Com início às 20h, a festa é animada pelo cantor Renan Augusto, pela escola de samba Rosas de Ouro e DJs. Durante o evento, a casa serve drinques autorais e clássicos como gim-tônica Mahau, moscow mule e negroni, além de Chandon para brindar durante o momento da virada do ano. O cardápio de comidas também acompanha toda a duração da festa, servindo opções de aperitivos, entradas, pratos principais e até café da manhã.

R. Professor Atílio Innocenti, 160, Itaim Bibi, região oeste, Instagram @mahaubar. Sáb. (31), às 20h. A partir de R$ 350, em sympla.com

Palácio Tangará

O luxuoso hotel no parque Burle Marx organiza uma festa de Ano-Novo à altura do local. A comemoração acontece no maior salão do espaço, com terraços voltados para o parque, onde serão servidos os pratos de Filipe Rizzato. Outra opção é a ceia no restaurante Tangará Jean-Georges, também assinada pelo chef, que conta com um menu-degustação de seis tempos. Nas duas festas, a trilha sonora da noite fica por conta da banda S.O.S e do DJ Gustavo Frigori.

R. Dep. Laércio Corte, 1.501, Panamby, Instagram @palaciotangara, tel. 4904-4001. Sáb. (31), às 20h. A partir de R$ 2.900 em oetkercollection.com

Rapper Xamã, que toca na virada da avenida Paulista Divulgação

Balada no Club Jerome, que começa após a meia-noite com DJs residentes Victor Vivacqua/Divulgação

Réveillon Bourbon Street 2023

A festança da casa de jazz inclui shows da cantora Bibba Chuqui e do grupo The Soundtrackers e set do DJ Crizz. O cardápio, com entrada, pratos principais e sobremesas, é inspirado nas culinárias cajun e créole, típicas do estado americano da Louisiana, e também inclui café da manhã. Para molhar o bico, a casa oferece open bar de chope e cerveja, uísque, gim-tônica e caipirinha, além de espumante na virada. Os chegados ao misticismo poderão se consultar com uma cartomante.

R. dos Chanés, 127, Moema, Instagram @bourbon_street. Sáb. (31), às 21h. R$ 1.110 em sympla.com

Réveillon da Paulista

A tradicional festa da virada na avenida mais conhecida da cidade é uma boa opção para quem não quer gastar dinheiro e se dá bem com multidões. Sob o tema "Momento do Reencontro", que faz referência aos anos passados em casa por causa da pandemia, a festa vai das 17h às 2h com shows e queima de fogos silenciosa. Estão escalados Fafá de Belém, Xamã, Leonardo, e a escola de samba Mancha Verde, entre outros.

Av. Paulista, entre as ruas Haddock Lobo e Bela Cintra. Sáb. (31), a partir das 17h. Grátis

Réveillon do Jerome

A festa na famosa casa noturna na Consolação só começa depois da meia-noite, mas segue até o dia raiar com os DJs residentes Felipe Venancio, DJ Mau Mau e Marina Dias caprichando no house e no techno.

R. Mato Grosso, 389, Higienópolis, região central, Instagram @club.jerome. Sáb (1º), à 0h30. R$ 50. Venda antecipada em sympla.com

Samba do Sol

É a terceira edição do evento no Réveillon, que neste ano conta com uma roda de samba com Fabiana Bombom e o DJ Hum. A noite com dez horas de duração promete 15 mesas com quatro lugares —quem quiser garanti-las deve chegar até as 22h para fazer a reserva.

Mural Casa de Cultura - r. Luís Murat, 370, Pinheiros, região oeste. Sáb. (31), às 21h. R$ 86 vendas no Instagram @sambadosol ou na porta

ESTREIAS DO CINEMA

A Brigada da Chef

A comédia francesa chega aos cinemas de São Paulo —após ter sido exibida na 46ª Mostra Internacional de Cinema da cidade— para contar a história de Cathy, uma chef de cozinha que está perto de abrir seu próprio restaurante. Quando os negócios não dão certo e a cozinheira começa a enfrentar grandes dificuldades financeiras, ela decide aceitar um emprego bem diferente do que esperava. Passa, então, a coordenar a cozinha de um abrigo para jovens imigrantes e precisa ensinar a eles todos os passos da arte de preparar alimentos, o que muda as vidas deles.

França, 2022. Direção: Louis-Julien Petit. Com: Audrey Lamy, François Cluzet e Chantal Neuwirth. 12 anos

Como Agradar uma Mulher

Em seu aniversário de 50 anos, Gina recebe a visita de um garoto de programa como presente de suas amigas, mas seu único pedido é que ele faça uma faxina em sua casa. Pouco tempo depois, ela perde seu emprego e decide criar um novo negócio voltado para mulheres que une serviços sexuais e de limpeza. A estreia de Renée Webster na direção de um filme já recebeu prêmios no Canadá e na Austrália.

Austrália, 2022. Direção: Renée Webster. Com: Sally Phillips, Hayley McElhinney e Caroline Brazier. 14 anos

A Saga Crepúsculo: Amanhecer - Parte 2

O filme que estreou nas salas brasileiras em 2012 volta agora aos cinemas em comemoração dos dez anos de seu lançamento, encerrando os relançamentos dos longas da saga "Crepúsculo". Nesse título, Bella aparece transformada em vampira e pronta para viver com Edward e sua filha recém-nascida, Renesmee. Mas a família Cullen volta a correr perigo com a aproximação dos Volturi e de uma guerra entre eles.

Estados Unidos, 2011. Direção: Bill Condon. Com: Kristen Stewart, Robert Pattinson e Taylor Lautner. 12 anos

Shortbus - Remasterizado

O longa premiado volta às salas de cinema de São Paulo 15 anos depois do seu lançamento. Na história, a terapeuta de casais Sofia nunca teve um orgasmo e fala sobre isso no clube chamado Shortbus, um lugar que mistura arte, música, política e sexo. Incentivada pelo grupo local, ela busca novas experiências enquanto atende aos mais diversos casais com as mais diversas questões em seus relacionamentos.

Estados Unidos, 2006. Direção: John Cameron Mitchell. Com: Sook-Yin Lee, Paul Dawson e Jay Brannan. 18 anos

Terrifier 2

O aguardado filme, continuação do longa que chegou aos cinemas em 2016, promete ser um dos lançamentos mais perturbadores do ano e já causou vômitos e desmaios nas salas dos Estados Unidos, onde estreou em outubro. A história se passa um ano depois dos eventos do primeiro filme, quando o palhaço Art ressuscita no necrotério com sede de assassinato e vai em busca da jovem Sienna e de seu irmão mais novo, Jonathan. A trama intensa e sangrenta foi indicado a dois prêmios nos Estados Unidos, um pela atuação de David Howard Thornton e outro pela direção de Damien Leone.

Estados Unidos, 2022. Direção: Damien Leone. Com: Catherine Corcoran, Lauren LaVera e David Howard Thornton. 16 anos

turismo

Malvinas propõem imersão na vida selvagem

Experiência é única, porém pode ter custo alto e isolamento provocado por disputa sobre soberania do território

Nicola Pamplona

STANLEY (ILHAS FALKLANDS/MALVINAS) Ao voltar da praia para sua colônia, um grupo de pinguins gentoo se depara com um elefante-marinho dormindo no caminho por onde costumam passar, à beira da lagoa. Dão meia-volta e decidem atravessar a lagoa, mas o elefante-marinho, como se estivesse brincando, entra na água e atravessa a nova rota.

O grupo, agora já acrescido de outros pinguins que vinham atrás, anda de um lado para o outro, sem saber por onde ir. Tentam uma saída pelo lado oposto ao caminho original, mas são impedidos pela vegetação, depois voltam a analisar a rota por terra próxima ao elefante-marinho e finalmente decidem atravessar a lagoa apressadamente.

A cena é acompanhada pela reportagem e por um casal de turistas suíços, que se divertem com a experiência de participar de uma "assembleia" dos gentoo, espécie conhecida como a nadadora mais rápida entre as aves. Em volta da lagoa, e dentro da água, dezenas de elefantes-marinhos curtem o sol da tarde.

Eles estão em Sea Lion Island, um dos destinos turísticos das Ilhas Malvinas (chamadas de Falkland pelos britânicos), arquipélago a 660 quilômetros do sul da Argentina que sediou a última grande guerra do continente sul-americano, em 1982.

Caras e isoladas do ponto de vista logístico, as ilhas oferecem uma experiência única de imersão na vida selvagem.

"É a melhor viagem de vida selvagem que já fiz. A melhor área para ver leões-marinhos, orcas e outros animais", diz o suíço Marcus Hochuli, 51. Em Sea Lions Island, as orcas costumam aparecer pela manhã na North Beach, rondando uma piscina natural usada pelos filhotes de elefantes-marinhos

No fim da tarde, em South Beach, os gentoos "surfam" as ondas após se alimentar perto de um aglomerado de algas após a arrebentação.

A ilha era uma fazenda de ovelhas até 2009, quando se tornou um parque nacional. Além de gentoos e elefantes-marinhos, abriga também pinguins-de-Magalhães e pinguins-de-penacho-amarelo, também conhecidos como "rockhoppers" (saltadores-de-rocha), gaviões carcará e os leões-marinhos que lhe dão nome.

Sedia uma pousada com capacidade máxima para 22 hóspedes com condições para pagar 185 libras (cerca de R$ 1.180) pela diária com três refeições incluídas, além dos voos em pequenos bimotores operados pelo serviço aéreo oficial do arquipélago. O preço dos voos varia, mas o proprietário do local, Mickey Reeves, diz que saem, em média, a 200 libras (R$ 1.280).

Não é o único destino no arquipélago em que se pode andar lado a lado com os animais. A cerca de duas horas de carro da capital Stanley, por exemplo, está Volunteers Point, fazenda de ovelhas que abriga colônias de pinguins-de-Magalhães e de pinguins-rei, sua atração principal.

O preço é negociado com operadores de turismo, mas pode sair por 200 libras para três pessoas em um veículo.

No local, é possível andar no meio dos pinguins-rei, espécie de grande porte, com manchas amarelas no peito e no pescoço, e de seus filhotes com plumagem marrom. As muitas ovelhas da fazenda convivem pacificamente com as aves, bem perto da colônia.

Outras colônias de gentoos e mamíferos marinhos podem ser visitadas de carro, como Cape Dolphin, a cerca de quatro horas da capital.

Na região, há uma hospedagem com capacidade para dez pessoas divididas em três quartos, com diárias de 35 libras (R$ 224) por adulto e 15 libras (R$ 96) para crianças de dois a 16 anos.

Embora o nome sugira, não há golfinhos no local, batizado em homenagem a uma embarcação que naufragou ali — como Volunteers Point e outros pontos do arquipélago.

Para conhecer as ilhas, porém, é preciso planejamento e paciência. As Malvinas recebem apenas um voo comercial por semana, que sai de Santiago e para em Punta Arenas, no Chile — e uma vez por mês com parada em Puerto Gallegos, na Argentina.

Saindo de Garulhos ou do Galeão, no Rio de Janeiro, por exemplo, são cerca de oito horas em aviões, sem contar os tempos de espera em aeroportos ou possíveis noites na capital chilena, dependendo da conexão.

Pinguins-rei em Volunteers Point (acima); turista fotografa animais (esq.); close de elefante-marinho (dir.) Eduardo Anizelli/Folhapress

Em 2019, a Latam iniciou uma ligação mensal entre Guarulhos e o arquipélago, mas a linha foi suspensa com o início da pandemia e nunca mais retomada. A companhia não revela o motivo, limitando-se a dizer que não há prazo para o retorno do voo.

A dificuldade para reservar passeios ou encontrar informações prévias é outro obstáculo, segundo os poucos turistas brasileiros que estiveram no mesmo voo que a **Folha**. É difícil encontrar preços nos sites oficiais e as reservas para voos locais ou passeios de carro, em geral, precisam ser feitas por telefone ou e-mail.

Com apenas 3.600 habitantes e isoladas politicamente do continente, já que ainda são alvo de pleitos de soberania argentina, as ilhas têm acesso à internet via satélite, o que impõe mais obstáculos à comunicação. Turistas dependem de cartões que custam entre 5 libras (R$ 32) por uma hora de acesso ou 30 libras (R$ 192) por 24 horas de acesso.

Não há caixas 24 horas, mas a maior parte dos estabelecimentos trabalha com cartões de créditos, com exceção de alguns pubs, incluindo os famosos The Globe e Victory Bar, ambos na região da Philomel Street, no centro de Stanley, onde também está o Groovy's, que costuma ter noites de karaokê.

Mas a noite na cidade termina cedo: os pubs têm que fechar às 23h30 e os restaurantes costumam encerrar o serviço às 22h. Para comer, vale visitar o Waterfront Kitchen Cafe e o recém-aberto UnWined, uma casa de vinhos com cardápio de petiscos, como a lula recheada com queijo e linguiça.

A melhor época para visitar o arquipélago é o verão, quando as temperaturas estão mais amenas e dias de céu azul são menos raros. Mas, ainda assim, roupas térmicas e casacos pesados são altamente recomendáveis, já que os fortes ventos costumam derrubar a sensação térmica.

Para deixar o país, é necessário pagar uma taxa de 26 libras (R$ 165) no aeroporto, onde o visitante certamente verá rostos que conheceu durante a viagem — como só há um voo semanal, os serviços de check in, segurança e embarque são prestados por pessoas que trabalham em outros empregos, como hotéis, bares e até por um membro da Assembleia Legislativa local.

O jornalista e o fotógrafo viajaram a convite da Embaixada Britânica no Brasil

O melhor club sandwich está em Paris

A iguaria novaiorquina, típica de hotéis, é minha preferida do serviço de quarto

Josimar Melo
Jornalista, crítico gastronômico, curador de conteúdo e apresentador do canal de TV Sabor & Arte

Chegar a outra cidade e pedir comida no quarto de hotel parece um disparate. Com a infinita oferta de pratos típicos porta afora, como comer trancado, prisioneiro do sempre mirrado e tedioso menu do room service?

É o que sempre penso — a não ser quando, chegando ao hotel, esteja tão faminto quanto cansado, e em horários que não facilitam a busca de um restaurante interessante ainda aberto.

Nesses casos, o jeito é apelar para algum quebra-galho pedido via interfone, o que me incomoda antes mesmo de aferir a qualidade da comida por dois motivos.

Para começar, num quarto comum e pequeno, não me agradam os aromas que a comida deixa no ar — que podem ser sedutores quando ela chega, mas se tornam enjoativos quando, saciado, você só quer dormir.

Em segundo lugar, tenho horror ao espetáculo de bandejas com restos de refeição pousadas no chão pelos corredores. Mesmo nas melhores casas já recebi instruções do tipo "quando acabar, basta deixar a bandeja do lado de fora".

Deve ser frescura, mas acho o espetáculo pavoroso.

(Sempre ligo para a recepção pedindo que venham retirar a bandeja — diretamente comigo, não no chão).

Em sendo inevitável comer no quarto, pelo menos não tenho dúvidas quanto ao que escolher. Diante das opções de sempre — filé com fritas, macarrão à bolonhesa, pizza de muçarela — eu peço sempre um clássico da comida de hotel: o club sandwich.

Gosto de sanduíches, inclusive em casa, mas nunca fiz um club sandwich, que, fantasio, ficaria insípido fora do ambiente que lhe parece atávico: a bandeja com uma reluzente cloche entregue na sua porta.

Não hesito em pedir, mesmo que a maioria deles seja francamente ruim. Acho que, a cada decepção, aumenta a determinação de encontrar um exemplar apetitoso e recompensador.

Não sei a história da iguaria. Pesquisando superficialmente vemos versões de que nasceu num ou noutro clube (claro) de Nova York no final do século 19.

Mas haverá também quem diga que, da mesma forma que os americanos comem BLT ("bacon, letuce, tomato", sanduíche de bacon, alface e tomate), "club" seria a abreviação de seus ingredientes ("chicken and letuce under bacon", frango e alface sob bacon). Não acho, mas vai saber...

O fato é que, por caminhos que desconheço, virou um clássico de hotel, com a mesma composição básica: pão de forma com frango (ou peru), bacon, alface, tomate, ovo e maionese. Cortado em triângulos e espetado por palitos.

Já o pedi no Lotte de Nova York, num apart-hotel em Bancoc, no Fasano de Belo Horizonte, no Grand Hyatt de São Paulo. Mas nenhum deles bateu o do Plaza Athénée de Paris, pelo menos na época em que a gastronomia do hotel era do chef Alain Ducasse.

Acredito que não tenha mudado, mas pela bagatela de 40 euros costumava vir impecável: pão de forma branco, tipo miga, sem casca, macio mas tostado; frango assado (não na chapa); tomates confitados, bacon crocante, alface, ovo caipira cozido, maionese. Ao lado, uma saladinha com incontáveis tipos de folhas, batatas chips crocantes e mais um potinho de maionese.

E sem o típico inconveniente: o club sandwich tem dois andares, ou três fatias de pão (uma delas no meio), o que lhe dá dimensões dignas de um Mercadão paulistano, antiergonômico, quase impossível de morder — o que obriga a usar talheres, um contrassenso em se tratando de um sanduíche.

Pois no Plaza Athénée (e em alguns outros lugares), ele vem alto, mas, na verdade, são duas camadas sobrepostas, cada uma com duas fatias de pão. É só agarrar com as mãos a metade de cima, ignorar a prataria que vem junto, e abocanhar com facilidade e sem pudor.

qui. Josimar Melo, **Zeca Camargo**